



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA – DF, 2018



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017, APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS ESTÁ OBRIGADA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº 161/2017 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

SECRETARIA-EXECUTIVA

BRASÍLIA – DF, 2018

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

1.1 Lista de Siglas e Abreviações

AA – Autorização Ambiental

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

Aesp – Assessoria Especial

Aicesis - Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares

APF – Administração Pública Federal

CC/PR – Casa Civil da Presidência da República

Ccaaf – Código de Conduta da Alta Administração Federal

Ccont - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos

CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

C&D - Capacitação e Desenvolvimento

CEJ - Centro de Estudos Jurídicos da Presidência da República

CEP – Comissão de Ética Pública

CGD - Comitê de Governança Digital

CGU – Controladoria-Geral da União

CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CIF - Comitê Interfederativo

Ciset - Secretaria de Controle Interno da Presidência da República

CN – Congresso Nacional

Coage - Coordenação-Geral de Administração Geral da Diretoria de Recursos Logísticos

Coenge - Coordenação-Geral de Engenharia da Diretoria de Recursos Logísticos

Cogif - Coordenação-Geral de Gestão de Informações Funcionais da Diretoria de Gestão de Pessoas

DBR - Declarações de Bens e Renda

DCIs - Declarações Confidenciais de Informações

Digep – Diretoria de Gestão de Pessoas

Dilog - Diretoria de Recursos Logísticos

Dirof - Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Ditec – Diretoria de Tecnologia da Informação

DN - Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

EAD - Ensino à Distância

EGD – Estratégia de Governança Digital

EGTIC - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações

EM – Exposição de Motivos

Enap - Escola Nacional de Administração Pública

Esaf - Escola de Administração Fazendária

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FCPE – Funções Comissionadas do Poder Executivo

GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

GT – Grupo de Trabalho

ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Imprensa Nacional

INCom - Sistema de Envio de Matérias

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

LAI – Lei de Acesso a Informação

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MRE - Ministérios das Relações Exteriores

MTb - Ministério do Trabalho

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

OEA - Organização dos Estados Americanos

PACD - Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento

PDTIC/PR - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República

PETIC/PR - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República

PIPD - Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência

PPA – Plano Plurianual

PPCD - Programação Periódica de Capacitação e Desenvolvimento

PPI - Programa de Parceria de Investimentos

PPIF - Programa de Proteção Integrada de Fronteiras

PR – Presidência da República

Redesim - Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Pessoas Jurídicas

RG - Relatório de Gestão

SA/SG – Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República

Saainst/SAJ - Subchefia Adjunta de Assuntos Institucionais da Subchefia para Assuntos Jurídicos

Sainf/SAJ - Subchefia Adjunta de Infraestrutura da SAJ da Subchefia para Assuntos Jurídicos

SAG - Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Sagep/SAJ - Subchefia Adjunta de Gestão Pública da Subchefia para Assuntos Jurídicos

SAJ - Subchefia para Assuntos Jurídicos

SAM - Subchefia de Articulação e Monitoramento

SE/CC – Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República

Sead – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Secep – Secretaria-Executiva e Comissão de Ética Pública

Secom – Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República

Sedes - Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Segov/PR – Secretaria de Governo da Presidência da República

Sei – Sistema Eletrônico de Informações

Semac - Sistema Eletrônico de Monitoramento das Ações de Controle

Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados

SG/PR – Secretaria-Geral da Presidência da República

Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços

Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira

Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

Siasg – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais

SIC/PP - Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto

Sican - Sistema de Consolidação de Atos Normativos

Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

Sidof - Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais

Sinc - Sistema Integrado de Nomeações e Consultas

Siorg - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

Sisac - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Sisnom – Sistema de Nomeações

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SNPM - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Supar - Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República

TCI - Termo de Classificação da Informação

TCU – Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

UG – Unidade Gestora

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Usoge - *United States Office of Government Ethics*

1.2 Lista de Quadros

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	29
Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos	37
Quadro 3 – Objetivos da Sedes.....	43
Quadro 4 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - CEP	53
Quadro 5 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - CEP	53
Quadro 6 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do RG - CEP	54
Quadro 7 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	54
Quadro 8 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Sedes	55
Quadro 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Sedes	55
Quadro 10 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do RG – Sedes.....	56
Quadro 11 - Despesas por Modalidade de Contratação	58
Quadro 12 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	59
Quadro 13 - Indicadores de Desempenho Sedes	72
Quadro 14 - Determinações presidenciais do 1º ciclo de grupos de trabalho (GTs) do Cdes..	73
Quadro 15 - Força de Trabalho - Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) - Situação apurada em 31/12/2017.....	86
Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva – Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) - Situação apurada em 31/12/2017).....	86
Quadro 17 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) - Situação apurada em 31/12/2017	87
Quadro 18 - Despesas do pessoal - Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) – exercício de 2017.....	94
Quadro 19 - Composição do Quadro de Estagiários dos órgãos da PR em 2017.....	97
Quadro 20 - Composição do Quadro de Estagiários dos órgãos da CC/PR em 2017	98
Quadro 21- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	102
Quadro 22 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros....	103
Quadro 23 - Imóveis sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional.....	103
Quadro 24 - Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UPC	104
Quadro 25 - Principais projetos desenvolvidos pela Ditec.....	109
Quadro 26 - Principais sistemas de informações em uso pela CC/PR	113
Quadro 27 - Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento ao final de 2017	181
Quadro 28 - Processos com prazo para resposta que passaram de 2017 para 2018.....	182

1.3 Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma da PR.....	27
Figura 2 - Organograma da CC/PR	28
Figura 3 - Eixos de Atuação da SAM.....	42
Figura 4 – Mapa Estratégico PETIC/PR 2014-2018	116
Figura 5 – Diretrizes do PDTIC/PR	117
Figura 6 - Abrangência do PETIC e PDTIC/PR.....	118
Figura 7 - Aprenda a fazer um pedido de informação.....	127
Figura 8 - Balanço Orçamentário - Sedes.....	141
Figura 9 - Balanço Patrimonial - Sedes - Recursos Externos.....	144
Figura 10 – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Sedes - Recursos Externos.....	146
Figura 11- Balanço Orçamentário - Sedes.....	149
Figura 12 - Balanço Patrimonial - Sedes	152
Figura 13 – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Sedes.....	154
Figura 14 - Balanço Orçamentário - Projeto BID 1811.....	157
Figura 15 - Balanço Patrimonial - Projeto BID 1811.....	160
Figura 16 – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Projeto BID 1811.....	162
Figura 17- Balanço Orçamentário - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação	165
Figura 18 - Balanço Patrimonial - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação	168
Figura 19– Demonstrações das Variações Patrimoniais - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação.....	170
Figura 20 - Balanço Orçamentário - Comissão Nacional da Verdade	173
Figura 21 - Balanço Patrimonial - Comissão Nacional da Verdade.....	176
Figura 22 – Demonstrações das Variações Patrimoniais – Comissão Nacional da Verdade	178
Figura 23 – Gerenciamento de Contratos.....	186
Figura 24 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal - Sedes	215
Figura 25 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal – Diretoria de Recursos Logísticos (Dilog)	216
Figura 26 - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	217
Figura 27 - Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	219
Figura 28 – Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	220
Figura 29 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial	221
Figura 30 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi - Sedes.....	222
Figura 31- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi – Projeto BID.....	223
Figura 32 – Relatório de situação contábil	224
Figura 33 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi – Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação	225
Figura 34 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi – Comissão Nacional da Verdade.....	226

1.4 Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Estágio de implementação de determinações (1º ciclo).....	74
Gráfico 2 – Participação em Eventos de Capacitação da PR	89
Gráfico 3 – Custos dos Eventos de Capacitação da PR.....	89
Gráfico 4 - Execução física das capacitações na PR	90
Gráfico 5 - Execução financeira das capacitações na PR.....	91
Gráfico 6 – Capacitação CC/PR - Áreas de Conhecimento	92
Gráfico 7 – Taxa de Absenteísmo na PR.....	93
Gráfico 8 – Taxa de Rotatividade na PR	93
Gráfico 9 – Consumo anual de água da PR nos últimos três anos	122
Gráfico 10 – Consumo de água na PR nos últimos três anos	123
Gráfico 11 - Evolução do consumo de combustível em litros.....	124

1.5 Lista de Anexos e Apêndices

Anexo 1– Colegiados dos quais a Casa Civil da Presidência da República participa.....	190
Anexo 2 – Atividade Normativa da Casa Civil da Presidência da República.....	200
Anexo 3 - Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes	206

1.6 Sumário

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS.....	3
1.1 Lista de Siglas e Abreviações	3
1.2 Lista de Quadros	7
1.3 Lista de Figuras.....	8
1.4 Lista de Gráficos	9
1.5 Lista de Anexos e Apêndices	10
1.6 Sumário.....	11
2. APRESENTAÇÃO.....	13
3. VISÃO GERAL	15
3.1 Finalidade e Competências	15
3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	25
3.3 Ambiente de Atuação.....	27
3.4 Organograma	28
3.5 Macroprocessos Finalísticos.....	32
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	40
4.1 Planejamento Organizacional	40
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	41
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	43
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	44
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	47
4.3 Desempenho Orçamentário.....	49
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	49
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	49
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	49
4.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos	52
4.3.5 Informações sobre a execução das despesas	56
4.4 Desempenho Operacional	60
4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	72
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	78
5.1 Descrição das estruturas de governança.....	78
5.2 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos	80
5.3 Gestão de riscos e controles internos	82
6. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	84
6.1 Gestão de Pessoas	84
6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	84
6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	94
6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	95
6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	96
6.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos	96
6.1.4.2 Contratação de estagiários	97
6.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura	99
6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	102
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	108
6.3.1 Principais sistemas de informações.....	113
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.....	115
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	119
6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	125

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	126
7.1 Canais de Acesso do Cidadão	126
7.2 Carta de Serviços ao Cidadão	130
7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	131
7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	132
7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	134
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	136
8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	136
8.1.1. Aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10.....	136
8.1.2. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo	136
8.1.2.1. Ativo Imobilizado – Bens Imóveis	136
8.1.2.2. Ativo Imobilizado – Bens Móveis	136
8.1.3 Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão	136
8.1.3.1. Ativo Imobilizado – Bens Imóveis	136
8.1.3.2 Ativo Imobilizado - Bens Móveis.....	137
8.1.4. O Impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício.....	137
8.2 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da unidade	138
8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	140
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	181
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	181
9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....	183
9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	184
9.4 Demonstração de conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	185
9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	187
9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	189
10. ANEXOS E APÊNDICES	190
11. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	212
11.1 Rol de Responsáveis	212
11.2 Relatório de instância ou área de correição.....	213
11.3 Declarações de Integridade.....	214
11.3.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	214
11.3.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	217
11.3.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	218
11.3.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	220
11.3.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	220
11.3.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)	222
12. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES	227
12.1 Relatório Espelho do Monitoramento – Simplificado do PPA 2016-2019	227

2. APRESENTAÇÃO

A Casa Civil, órgão integrante da Presidência da República (CC/PR), apresenta seu Relatório de Gestão (RG), referente ao exercício de 2017, como instrumento de prestação de contas de suas atividades à sociedade e em cumprimento aos termos dos artigos 70 e 71 da Constituição Federal. A elaboração do presente documento atendeu às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), estabelecidas na Portaria TCU nº 65, de 28.02.18, nas Decisões Normativas TCU nº 161 e 163, de 01.11.17, e 163, de 06.12.2017, e na Instrução Normativa TCU nº 63, de 01.09.10. A estrutura do presente RG encontra-se de acordo com as orientações e o conteúdo geral estabelecido nos normativos. Para a elaboração de cada seção do RG, a CC/PR observou o conjunto de itens de informação disponível no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) solicitados a esta Unidade Prestadora de Contas (UPC), buscando atender às necessidades do processo de prestação e análise de contas exigidas.

A CC/PR é responsável por assistir o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: na coordenação e na integração das ações do Governo federal; na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais; na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional (CN), com as diretrizes governamentais; na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal (APF). Também é atribuição da CC/PR publicar e preservar os atos oficiais.

Em 2017, além das atividades usualmente desempenhadas pela CC/PR, destaca-se o processo de modernização institucional, com foco na melhoria da gestão, em consonância com o aprimoramento da governança na APF.

São exemplos de processos modernizados no período: implantação do Sistema Eletrônico de Informações (Sei) em todas as unidades da CC/PR; estabelecimento de instâncias e instrumentos de governança para as contratações nos órgãos e entidades vinculadas; sistematização da agenda de prioridades; melhoria no processo de concessão de diárias e passagens; estruturação do processo de acompanhamento dos colegiados; operação do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc), que tornou a consulta prévia, realizada pelos demais órgãos quando da nomeação de dirigentes, mais eficiente e tempestiva; e fim da edição impressa do Diário Oficial da União (DOU) com a migração da publicação para a mídia eletrônica.

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, marco do aprimoramento da governança pública, criou o Comitê Interministerial de Governança, cabendo à CC/PR a sua

presidência e coordenação. Internamente, em consonância com este Decreto, foi implementado o Comitê de Governança, Riscos e Controles da CC/PR.

Em 2017, foram publicados 618 (seiscentos e dezoito) atos normativos e 2.061 (dois mil e sessenta e um) atos de pessoal, totalizando 2.679 (dois mil seiscentos e setenta e nove) atos sobre os quais a CC/PR desenvolveu análises de mérito e jurídica.

Em relação à abrangência deste documento, é importante destacar que, em razão do disposto no artigo 8º do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), a Imprensa Nacional (IN), o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ficaram responsáveis pela elaboração dos seus próprios RGs. Deste modo, o presente relatório trará informações da CC/PR sem tecer detalhes sobre essas UPC individualizadas (Sead, IN, e ITI).

Assim, para a elaboração do conteúdo geral deste relatório, foram consideradas as informações dos seguintes órgãos: Assessoria Especial (Aesp); Gabinete do Ministro; Secretaria-Executiva (SE/CC); Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG); Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM); Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ); Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (Secep); e Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes).

Este RG divide-se em dez capítulos: I. Elementos Pré-Textuais; II. Apresentação; III. Visão Geral; IV. Planejamento Organizacional e Resultados; V. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; VI. Áreas Especiais de Gestão; VII. Relacionamento com a Sociedade; VIII. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; IX. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle; e X. Anexos e Apêndices.

As informações relacionadas à administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, à execução orçamentária e financeira, foram fornecidas pelas Secretarias de Administração e de Controle Interno, integrantes da Secretaria-Geral da Presidência da República.

3. VISÃO GERAL

3.1 Finalidade e Competências

As competências e a estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) estão listadas na Seção I da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Anexo I - Estrutura Regimental da CC/PR, a qual foi aprovada pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016:

Art. 1º À Casa Civil, órgão essencial da Presidência da República, compete:

I - assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

- a) na coordenação e na integração das ações do Governo federal;*
- b) na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;*
- c) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;*
- d) na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal;*
- e) na reforma agrária;*
- f) na promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares;*
- g) na assistência técnica e extensão rural aos beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, assim definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;*
- h) na delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto; e*
- i) na regularização fundiária na Amazônia Legal, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.*

II - promover a publicação e a preservação dos atos oficiais.

Art. 2º A Casa Civil tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Assessoria Especial;*
- b) Gabinete do Ministro; e*
- c) Secretaria-Executiva;*

II - órgãos específicos singulares:

- a) Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais;*
- b) Subchefia de Articulação e Monitoramento;*
- c) Subchefia para Assuntos Jurídicos;*
- d) Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública;*
- e) Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;*
- f) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;*
- g) Imprensa Nacional;*

III - órgão colegiado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF; e

IV - entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; e*
- b) Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.*

Ao exercer as competências listadas no artigo 3º, tais como, assistir o Presidente da República na coordenação das ações governamentais e na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas com as diretrizes de governo, a CC/PR, órgão essencial da Presidência da República (PR), cumpre seu papel fundamental de garantir a integração e o alinhamento das ações às prioridades definidas pelo chefe do Poder Executivo federal.

As competências da Assessoria Especial (Aesp), por sua vez, estão previstas no art. 3º do Anexo I - Estrutura Regimental da CC/PR, a qual foi aprovada pelo Decreto nº 8.889, de 2016, nos termos que se seguem:

Art. 3º À Assessoria Especial compete:

I - assessorar o Ministro de Estado no exercício de suas atribuições e assisti-lo no exame e na condução dos assuntos de sua competência;

II - assistir o Ministro de Estado na preparação de análises e de documentos de interesse da Casa Civil da Presidência da República;

III - atuar de forma coordenada com os Ministérios e as Secretarias na formulação de projetos governamentais considerados prioritários e estruturantes pelo Presidente da República; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

A Aesp é composta por um Assessor-Chefe e uma estrutura horizontal de assessores. Contudo, estes se organizam de forma a replicar a organização das demais áreas da CC/PR (Políticas Sociais, Infraestrutura, Gestão Pública, e Política Econômica) para racionalizar a comunicação interna no órgão e também com os Ministérios. É recorrente, portanto, a participação da Aesp em pautas comandadas por outras subchefias da Casa Civil. Além disso, a Aesp coordena, junto aos Ministérios, as macrorreformas, com o intuito de acompanhar o debate estabelecido no Congresso Nacional (CN).

Já as competências do Gabinete do Ministro da CC/PR estão previstas no Anexo I do Decreto nº 8.889, de 2016, nos termos seguintes:

Art. 4º Ao Gabinete do Ministro compete:

I - assistir o Ministro de Estado no âmbito de sua atuação, inclusive em sua representação funcional, pessoal, política e social;

II - colaborar com o Ministro de Estado na preparação de pronunciamentos e de discursos de interesse da Casa Civil da Presidência da República;

III - assessorar o Ministro de Estado na formulação e na execução da política de comunicação da Casa Civil da Presidência da República;

IV - incumbir-se do preparo e do despacho do expediente do Ministro de Estado e de sua pauta de audiências;

V - apoiar a realização de eventos do Ministro de Estado com representações e autoridades nacionais e internacionais; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

No exercício da função e na dinâmica cotidiana, o Gabinete do Ministro atua como coordenador, em parceria com a Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da

República (SE/CC), nas ações de gestão que envolve o provimento de informações ao Ministro de Estado, no intuito de apoiar seu processo decisório.

As atribuições da SE/CC estão previstas no mesmo Anexo I do Decreto nº 8.889, de 2016, nos termos que se seguem:

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

I - assessorar e assistir o Ministro de Estado no âmbito de sua competência;

II - exercer a supervisão e a coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura da Casa Civil da Presidência da República;

III - colaborar com o Ministro de Estado na direção, na orientação, na coordenação e no controle dos trabalhos da Casa Civil da Presidência da República, na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência;

IV - consolidar a análise dos projetos estratégicos em trâmite no Congresso Nacional feita pelos órgãos integrantes da Casa Civil da Presidência da República;

V - coordenar o processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional;

VI - planejar e coordenar as ações de gestão e de modernização institucional da Casa Civil da Presidência da República, em articulação com a Secretaria de Administração da Secretaria de Governo da Presidência da República;

VII - prover informações estratégicas ao Ministro de Estado para apoiar o processo de decisão e o desempenho das competências da Casa Civil da Presidência da República;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar a implementação de sistemas de informação em apoio ao acompanhamento e ao monitoramento de ações de competência da Casa Civil da Presidência da República;

IX - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Casa Civil da Presidência da República;

X - exercer as funções de Secretaria-Executiva de câmaras, conselhos, comitês e outros grupos coordenados pela Casa

Civil da Presidência da República que não possuam Secretaria-Executiva específica, inclusive daqueles formados por diferentes instâncias governamentais;

XI - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

XII - subsidiar o Ministro de Estado nos assuntos orçamentários, financeiros e de gestão corporativa da administração pública federal; e

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

No exercício deste Relatório de Gestão (RG), a organização das Subchefias mencionadas no inciso V do art. 4º da Lei nº 13.502, de 2017, permaneceu tendo como base os eixos prioritários do governo federal, isto é, política econômica, infraestrutura, políticas sociais e gestão pública. Assim, no que se refere às Subchefias, permanece a estrutura definida pelo art. 2º do Decreto nº 8.889, de 2016, isto é:

➤ A Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas (SAG) é constituída por cinco Subchefias Adjuntas, a saber: Subchefia Adjunta de Políticas Sociais, Subchefia Adjunta de Infraestrutura, Subchefia Adjunta de Política Econômica, Subchefia Adjunta de Finanças Públicas e Subchefia Adjunta de Gestão Pública;

➤ A Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) é constituída por quatro Subchefias Adjuntas, a saber: Subchefia Adjunta de Políticas Sociais, Subchefia Adjunta de Infraestrutura, Subchefia Adjunta de Política Econômica e Subchefia Adjunta de Gestão Pública;

➤ A Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) é constituída por seis Subchefias Adjuntas, a saber: Subchefia Adjunta de Políticas Sociais, Subchefia Adjunta de Infraestrutura, Subchefia Adjunta de Política Econômica, Subchefia Adjunta de Assuntos Institucionais, Subchefia Adjunta de Gestão Pública e Subchefia Adjunta de Assuntos Internos.

Sinteticamente, a SAG da Casa Civil é responsável pelo acompanhamento da formulação e a análise de mérito de programas e projetos governamentais e dos projetos em tramitação no CN. Segundo o Decreto nº 8.889/2016, Anexo I, as competências da SAG são as seguintes:

Art. 6º À Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais compete:

I - assessorar o Ministro de Estado no acompanhamento da formulação e na análise de mérito de programas e projetos governamentais;

II - proceder à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e dos projetos submetidos ao Presidente da República e das matérias em tramitação no Congresso Nacional com as diretrizes governamentais;

III - promover, em articulação com a Subchefia de Articulação e Monitoramento, a coordenação e a integração das ações do Governo federal;

IV - solicitar informações e proceder a análises e estudos sobre projetos, propostas ou temas relativos a políticas públicas sob o seu exame;

V - preparar a mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Já de acordo com o artigo 8º do mesmo Decreto, cabe à SAM desta Casa Civil:

Art. 8º À Subchefia de Articulação e Monitoramento compete:

I - assessorar o Ministro de Estado no monitoramento dos objetivos e das metas prioritários definidos pelo Presidente da República;

II - coordenar, monitorar e avaliar os resultados dos programas e dos projetos considerados prioritários pelo Presidente da República;

III - subsidiar a formulação da agenda geral do Governo federal, em especial no que se refere às metas, aos programas e aos projetos considerados prioritários pelo Presidente da República;

IV - auxiliar as ações do Gabinete Pessoal do Presidente da República, quando solicitado; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

A SAJ tem por atribuição legal a verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais. Competem à SAJ as atribuições previstas nos art. 10 e 11, do Anexo I – Estrutura Regimental da CC/PR, aprovada pelo Decreto nº 8.889/2016:

Art. 10. À Subchefia para Assuntos Jurídicos compete:

I - prestar assessoria jurídica e consultoria jurídica no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e dos órgãos da Presidência da República que não disponham de unidades próprias de assessoramento;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação dos órgãos assessorados quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - assistir os titulares dos órgãos assessorados no controle interno da legalidade administrativa dos atos dos órgãos e das entidades a eles vinculadas;

IV - examinar os aspectos jurídicos e a forma dos atos propostos ao Presidente da República, podendo devolver aos órgãos de origem aqueles que estejam em desacordo com as normas vigentes;

V - estabelecer articulação com os Ministérios e com as suas Consultorias Jurídicas, ou com os órgãos a elas equivalentes, sobre assuntos de natureza jurídica que envolvam atos presidenciais;

VI - proceder à revisão final da redação e da técnica legislativa das propostas, inclusive retificando incorreções de técnica legislativa, inadequações de linguagem, imprecisões e lapsos manifestos;

VII - emitir parecer final sobre a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e com a boa técnica das propostas de atos normativos, observadas as atribuições do Advogado-Geral da União previstas no art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

VIII - coordenar as atividades de elaboração, de redação e de tramitação de atos normativos a serem encaminhados ao Presidente da República;

IX - registrar, controlar e analisar as indicações para provimento de cargos e ocupação de funções de confiança submetidas à Casa Civil da Presidência da República e preparar para despacho os atos de nomeação ou de designação

para cargos em comissão ou funções de confiança, a serem submetidos ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou ao Presidente da República;

X - preparar o despacho presidencial e submetê-lo ao Presidente da República;

XI - gerir o acervo da legislação federal em meio digital e disponibilizá-lo na internet;

XII - gerir o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF; e

XIII - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito dos órgãos assessorados:

a) os textos de editais de licitação e os de seus contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

XIV - coordenar a consolidação dos atos normativos no âmbito do Poder Executivo federal.

Art. 11. Às Subchefias Adjuntas da Subchefia para Assuntos Jurídicos compete, preferencialmente e sem prejuízo de outras matérias atribuídas pelo Subchefe para Assuntos Jurídicos atuação nas áreas de:

I - análise de atos normativos sobre política social - Subchefia Adjunta de Políticas Sociais;

II - análise de atos normativos sobre infraestrutura - Subchefia Adjunta de Infraestrutura;

III - análise de atos normativos sobre tributação, orçamento e política econômica - Subchefia Adjunta de Política Econômica;

IV - análise de atos normativos sobre gestão pública - Subchefia Adjunta de Gestão Pública;

V - análise de propostas em tramitação no Congresso Nacional, articulação institucional e demandas diversas oriundas de outros Poderes ou órgãos públicos - Subchefia Adjunta de Assuntos Institucionais; e

VI - atividade de consultoria jurídica em assuntos internos dos órgãos da Presidência da República assessorados pela

Subchefia para Assuntos Jurídicos - Subchefia Adjunta de Assuntos Internos.

Por fim, o Decreto nº 8.889/2016 lista as competências das últimas unidades da CC/PR que serão tratadas neste RG, isto é, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (Secep) e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes):

Art. 12. À Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública compete:

- I - prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão de Ética Pública;*
- II - acompanhar e coordenar a execução das deliberações e das diretrizes da Comissão de Ética Pública e implementar as ações por ela fixadas; e*
- III - promover a interlocução da Comissão de Ética Pública com as comissões de ética setoriais dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e auxiliá-las na supervisão da observância ao Código de Conduta da Alta Administração Federal.*

Art. 13. À Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete:

- I - prestar apoio logístico e prover os meios necessários à execução dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES;*
- II - apoiar as atividades do CDES por meio da identificação e da aplicação de métodos e técnicas que possibilitem a formação de consensos no diálogo com a sociedade, para fins do aconselhamento ao Presidente da República;*
- III - subsidiar o CDES com informações e estudos para suas deliberações;*
- IV - promover a articulação do CDES com órgãos e entidades do Poder Executivo federal, contribuindo para que suas deliberações incidam na formulação das políticas públicas;*
- V - coordenar, assessorar e apoiar a participação do CDES em atividades promovidas por órgãos e entidades do setor público, entidades e organizações da sociedade civil e do setor privado, nos âmbitos nacional e internacional;*
- VI - assistir o Ministro de Estado nos temas afetos ao CDES; e*

*VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo
Ministro de Estado*

Resta mencionar que à Comissão de Ética Pública (CEP) e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes) cabem, respectivamente, promover a ética na Administração Pública Federal (APF) e assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A evolução histórica a seguir, cujo conteúdo essencial é o conjunto das normas que instituíram a CC/PR e, até hoje, moldam sua estrutura e finalidade, traz uma boa percepção de como este órgão surgiu e ganhou relevância ao longo do tempo:

- Decreto nº 232, de 07.12.1894 - Determina que o Presidente da República teria um Secretário;
- Decreto nº 2.049, de 22.07.1895 - Transfere para a Secretaria da Presidência da República a incumbência do registro e numeração das leis e decretos;
- Decreto nº 24.796, de 14.07.1934 - Cria na Secretaria da Presidência da República o Serviço de Expediente (depois Diretoria de Expediente, em seguida, Divisão de Documentação);
- Decreto nº 1, de 1º.01.1935 - Aprova o Regulamento do Serviço do Expediente da Secretaria da Presidência da República;
- Decreto-Lei nº 920, de 1º.12.1938 - Dispõe sobre os serviços da Presidência da República, criando o Gabinete Militar e o Gabinete Civil, este chefiado pelo Secretário da Presidência da República;
- Lei nº 3.780, de 12.07.1960 - Dispõe sobre a Classificação de Cargos, prevendo na Secretaria da Presidência da República o cargo de Chefe do Gabinete Civil, símbolo 1-C;
- Decreto nº 53.876, de 02.04.1964 - Atribui a Chefia do Gabinete Civil a um Ministro de Estado Extraordinário;
- Lei nº 6.036, de 1º.05.1974 - Dá ao Chefe do Gabinete Civil a condição de Ministro de Estado;
- Decreto nº 92.614, de 02.05.1986 - Consolida e aprova o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, em que se inclui o Gabinete Civil;
- Lei nº 8.028, de 12.04.1990 - Art. 27 extingue o Gabinete Civil da Presidência da República;
- Lei nº 8.410, de 17.03.1992 - Cria a Secretaria de Governo;
- Lei nº 8.490, de 19.11.1992 - Transforma a Secretaria de Governo da Presidência da República em Casa Civil da Presidência da República;
- Lei nº 9.649, de 27.05.1998 - No art. 1º ratifica a Casa Civil na Estrutura da Presidência da República; e no art. 2º, estabelece competência;
- Decreto nº 5.135, de 7.07.2004 - Aprova a estrutura regimental desta Casa;
- Lei nº 12.462, de 04.08.2011 - Altera a competência e estrutura básica;

➤ Decreto nº 8.151, de 11.12.2013 - Transfere a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Assuntos Estratégicos para a Casa Civil;

➤ Decreto nº 8.780, de 27.05.2016 - Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil da Presidência da República;

➤ Decreto nº 8.865, de 29.09.2016 - Revoga o Decreto nº 8.780, de 2016, transfere a Sead para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

➤ Decreto nº 8.889, de 26.10.2016 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE);

➤ Lei nº 13.341, de 29.09.2016 - Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016;

➤ Decreto nº 9.004, de 13.03.2017 - Transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e dá outras providências;

➤ Portaria nº 820, de 22.08.2017 - Aprova o Regimento Interno da SE/CC;

➤ Portaria nº 320, de 28.08.2017 - Dispõe sobre a divisão temática das atividades de assessoramento ao Secretário-Executivo da CC/PR;

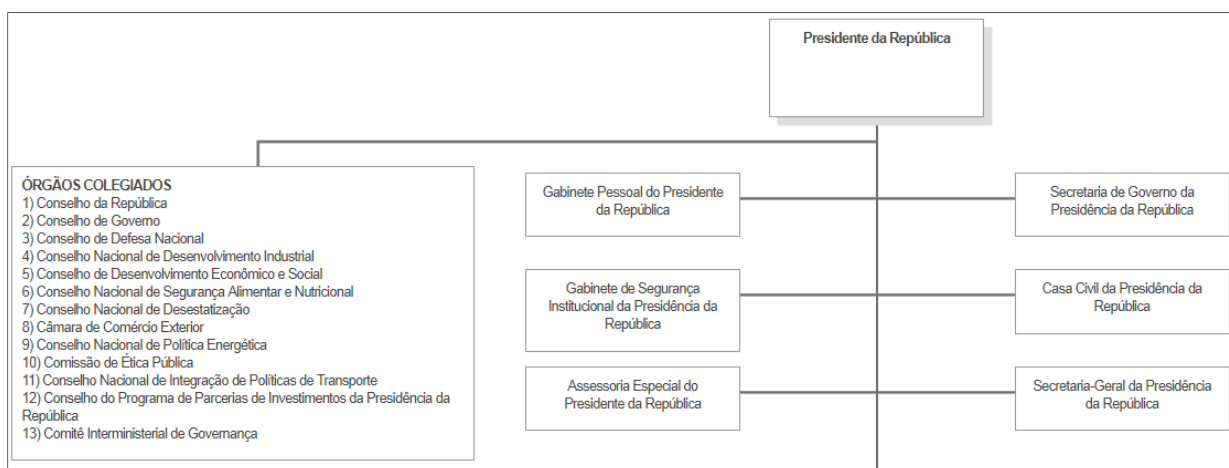
➤ Decreto nº 9.157, de 12.09.2017 - Altera o Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da CC/PR, e remaneja cargos em comissão; e

➤ Lei nº 13.502, de 1º.11.2017 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

3.3 Ambiente de Atuação

A CC/PR é um órgão que integra a estrutura da PR conjuntamente com a Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), a Secretaria-Geral (SG/PR), o Gabinete Pessoal do Presidente da República, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) e a Assessoria Especial (Aesp), conforme organograma a seguir.

Figura 1 - Organograma da PR

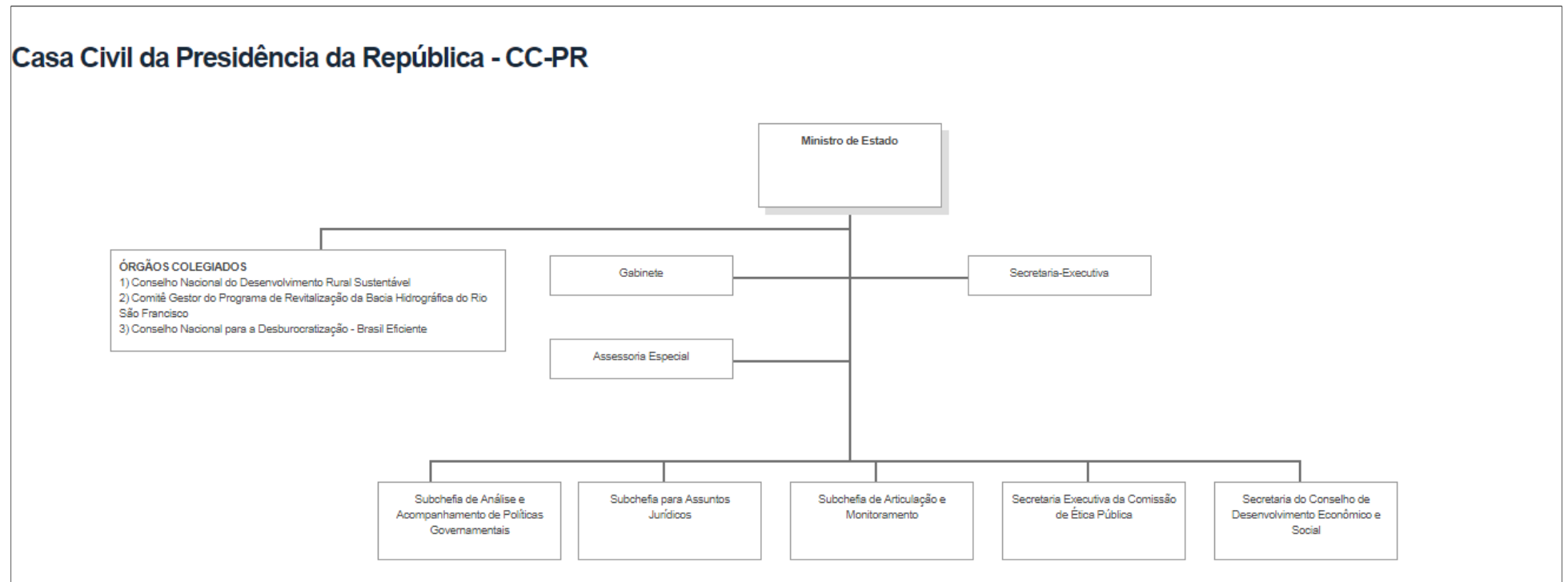


Fonte: Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg).

No desempenho de seu papel institucional, a CC/PR assiste diretamente o Presidente da República na coordenação e na integração das ações do Governo nas seguintes áreas: políticas sociais, políticas de infraestrutura, política econômica, finanças públicas e gestão pública. Além disso, atua com Ministérios e Secretarias na formulação, monitoramento e avaliação dos resultados dos programas e dos projetos considerados prioritários pela PR.

3.4 Organograma

Figura 2 - Organograma da CC/PR



Fonte: Organograma gerado pelo sistema Siorg.

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete do Ministro	Assistência, colaboração e assessoramento ao Ministro de Estado no âmbito de sua atuação, no preparo de despachos, na realização de eventos e em outras atribuições.	Roberto Severo Ramos	Chefe de Gabinete	01/01/2017 a 31/12/2017
		Thatiana de Oliveira Souza Marcial	Substituta eventual do Chefe de Gabinete	01/01/2017 a 31/12/2017
Assessoria Especial	Assessorar o Ministro de Estado e assistir no exame e na condução dos assuntos de sua competência, bem como na preparação de análises e de documentos de interesse da CC/PR; e Coordenar com Ministérios e Secretarias a formulação de projetos governamentais prioritários para o Presidente da República.	Martha Seillier	Assessora-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
		Renato Rodrigues Vieira	Substituto eventual Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
Secretaria-Executiva	Assessorar o Ministro de Estado, supervisionando as atividades das unidades organizacionais da estrutura da CC/PR e coordenando o processo de sanção e veto a projetos de lei; Planejar e coordenar as ações de gestão e de modernização institucional da CC/PR; Providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da CC/PR; e Subsidiar o Ministro nos assuntos orçamentários, financeiros e de gestão corporativa da APF, apoiando o processo decisório.	Daniel Sigelmann	Secretário-Executivo da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
		Rafaelo Abritta	Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil	01/01/2017 a 28/04/2017
		Antônio José Barreto de Araújo Junior	Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil	01/06/2017 a 31/12/2017

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais	Assessorar o Ministro no acompanhamento da formulação e na análise de mérito de programas e projetos governamentais; Proceder à análise da compatibilidade das submetidas ao Presidente e das matérias em tramitação no CN com as diretrizes governamentais; Promover a coordenação e a integração das ações de Governo; Examinar projetos, propostas ou temas relativos a políticas públicas; e Preparar a mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa do CN;	Marcelo Pacheco dos Guarany	Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
		Marcelo de Lima e Souza	Substituto Adjunto de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
Subchefia para Assuntos Jurídicos	Prestar assessoria/consultoria jurídica no âmbito da CC/PR e dos órgãos da PR sem unidades próprias de assessoramento, fixando a interpretação das normas para seus assessorados, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União; Examinar os aspectos jurídicos e a forma dos atos propostos ao Presidente da República, articulando com outros órgãos os assuntos de natureza jurídica que envolvam atos presidenciais; Emitir parecer final sobre a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e com a boa técnica das propostas de atos normativos; e Gerir o acervo da legislação federal em meio digital e disponibilizá-lo na internet, suprimindo uma relevante demanda da sociedade.	Gustavo do Vale Rocha	Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
		Felipe Cacaes Sabino Bresciani	Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subchefia de Articulação e Monitoramento	Assessorar o Ministro de Estado no monitoramento dos objetivos e metas prioritárias definidas pelo Presidente da República; e Subsidiar a formulação das metas, programas e projetos considerados prioritários pelo Presidente da República, bem como coordenar, monitorar e avaliar seus resultados.	Natália Marcassa de Souza	Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
		Viviane Esse	Subchefe Adjunto de Articulação e Monitoramento da Casa Civil	01/01/2017 a 31/12/2017
Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública	Acompanhar e coordenar a execução das deliberações e diretrizes da CEP e implementar as ações por ela fixadas; Articular-se com os órgãos da PR e com os demais órgãos e entidades da APF; e Promover a interlocução da CEP com as comissões de ética setoriais dos órgãos e entidades da APF, auxiliando-os na supervisão da observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal.	Gustavo Caldas Guimarães de Campos	Secretário-Executivo	01/01/2017 a 31/12/2017
		Clarissa dos Santos Toledo Vieira	Secretário-Executivo Adjunto	01/01/2017 a 01/03/2017
		Mariana Rodrigues Silva Melo	Secretário-Executivo Adjunto	03/08/2017 a 31/12/2017
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Apoiar as atividades do Cdes, por meio da identificação e da aplicação de técnicas que possibilitem a formação de consensos no diálogo com a sociedade, para fins do aconselhamento ao Presidente; Subsidiar o Cdes com informações e estudos para suas deliberações; Promover a articulação do Cdes com órgãos e entidades do Poder Executivo federal, contribuindo para que suas deliberações incidam na formulação das políticas públicas; e Coordenar, assessorar e apoiar a participação do Cdes em atividades promovidas por órgãos e entidades do setor público, da sociedade civil e do setor privado, nos âmbitos nacional e internacional.	Patricia Souto Audi	Secretária	01/01/2017 a 31/12/2017
		Patrícia Vieira da Costa	Secretária Adjunta	01/01/2017 a 31/12/2017

Fonte: Casa Civil, elaboração própria.

3.5 Macroprocessos Finalísticos

O Quadro 2 apresenta os macroprocessos finalísticos, estruturados em consonância com as competências da CC/PR.

Os principais processos executados pela Aesp são relacionados com o assessoramento do Ministro nas interações com outros órgãos governamentais e a sociedade. Em 2017, a Aesp conduziu a análise das políticas e da legislação, assim como coordenou outros órgãos governamentais na elaboração das propostas de Reforma Previdenciária e Reforma Trabalhista.

Já os principais macroprocessos finalísticos do Gabinete são meios para que a assistência direta ao Ministro de Estado ocorra, inclusive no que se refere à sua representação funcional, pessoal, política e social. Especificamente:

a) a “Assessoria de Comunicação Social, Publicidade e Imprensa” colabora na preparação de pronunciamentos e discursos de interesse da CC/PR, assessorando na formulação e na execução da política de comunicação;

b) a “Assessoria Técnica, de Informática e Estatística” realiza a elaboração de peças gráficas de interesse do Gabinete;

c) o “Apoio Administrativo e Documental” controla o registro e o envio de documentos e, em conjunto com a “Assessoria Técnica, de Informática e Estatística”, realiza o despacho do expediente do Ministro;

d) a “Coordenação da Agenda” dá entrada na demanda de audiência e a “Coordenação do Cerimonial” elabora o preparativo logístico das reuniões; e

e) a “Assessoria Técnica, de Informática e Estatística” adiciona dados estatísticos referentes ao solicitante e à pauta, integrando, ainda, os dados das demandas recebidas e derivadas. Também apoia o processo decisório, ao gerar indicadores estatísticos para o provimento de informações estratégicas ao Ministro de Estado.

Por sua vez, os principais processos finalísticos relacionados à SE/CC são a supervisão e a coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura da CC/PR. Para tanto, sua atuação é focada na colaboração com o Ministro de Estado na direção, na orientação, na coordenação e no controle dos trabalhos do órgão, na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência.

Cabe ainda à SE/CC providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da CC/PR. É responsável, também, por planejar e coordenar as ações de gestão e de modernização institucional da CC/PR, em articulação com a

SA/SG. Além disso, providencia o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo CN, subsidia o Ministro nos assuntos orçamentários e financeiros da União e realiza outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

Quanto à SAG, os principais macroprocessos finalísticos são os seguintes:

a) Análise do mérito e da oportunidade dos projetos e propostas submetidos ao Presidente da República

- Análise dos assessores e subchefes adjuntos para emissão de Nota Técnica e/ou alinhamento interno da CC/PR; e
- Devolução ao órgão ou encaminhamento para aprovação.

b) Participação na formulação de políticas públicas

- Condução de reuniões com ministérios setoriais e outros órgãos de governo a fim de garantir a coordenação e a integração das ações do Governo federal;
- Participação nas atividades de formulação realizadas internamente na CC/PR; e
- Foco em garantir normatização de acordo com as diretrizes governamentais.

c) Preparação da mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa do CN

- Coordenação do processo de elaboração da mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa do CN com um balanço das ações empreendidas pelo Poder Executivo no ano anterior a que se refere, bem como com as prioridades relativas ao ano a que se refere.

As competências da SAM estão intimamente relacionadas com o monitoramento, a articulação e a avaliação dos programas e projetos prioritários da PR e das ações governamentais, e o subsídio à formulação de políticas em geral, conforme detalhado abaixo:

a) Monitoramento do conjunto de projetos e programas prioritários da PR

- Estruturação do monitoramento dos projetos, utilizando ferramentas e conceitos de planejamento, gestão estratégica e gestão de projetos, tais como planos de trabalho, hierarquização de ações, marcos de referência, cronogramas, painéis de controle, indicadores e metas;
- Monitoramento sistemático e periódico de ações e atividades dos projetos, e de seus resultados, e produção de informes e balanços, disponibilizados aos níveis decisórios de governo;

- Discussão de pontos críticos e pontos de atenção relacionados à implementação de ações e definição de estratégias que permitam ações corretivas para o alcance das metas pactuadas; e
- Avaliação conjunta das ações implementadas e de seus resultados, com base em indicadores sociais e econômicos, em especial considerando o impacto na qualidade de vida da população.

b) Alinhamento e articulação para execução das ações prioritárias

- Acompanhamento da implementação das ações e da necessidade de interações diretas com órgãos e entidades executores e demais áreas de governo decisórias e/ou intervenientes;
- Articulação resolutiva entre os atores envolvidos no projeto prioritário quando identificados entraves, impasses, atrasos de cronograma ou pendências; e
- Mediação de conflitos entre os órgãos, construção de consensos e participação nas decisões colegiadas da política.

Abaixo os macroprocessos finalísticos desempenhados pela SAJ:

- a) Análise da legalidade e constitucionalidade dos projetos de Lei e demais atos normativos
- Distribuição dos projetos internamente na CC/PR;
 - Análise dos assessores e subchefes adjuntos para emissão de nota SAJ e/ou alinhamento interno da CC/PR; e
 - Devolução ao órgão ou encaminhamento para aprovação.
- b) Preparação dos atos normativos da PR
- Análise jurídica e formal realizada por seus núcleos temáticos;
 - Revisão de atos normativos quanto à forma, em atendimento ao Manual de Redação da PR, e à legislação de regência;
 - Preparação dos documentos para assinatura, envio e arquivamento; e
 - Preparação do despacho presidencial e submissão ao Presidente da República.
- c) Gestão do Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais (Sidof)
- Gestão do software em conexão com os demais Ministérios; e
 - Encaminhamento interno dos projetos na CC/PR (SAJ e SAG).

- d) Participação na formulação de políticas públicas quanto aos seus aspectos jurídicos
 - Participação nas atividades de formulação realizadas na CC/PR pela SAM, SAG e/ou SE/CC; e
 - Foco em garantir constitucionalidade e legalidade das propostas elaboradas.
- e) Assessoramento jurídico aos órgãos da PR
- f) Indicações para provimento de cargos e ocupação de funções de confiança submetidas à CC/PR
 - Registro, controle e análise das indicações para provimento de cargos e ocupação de funções de confiança submetidas à CC/PR; e
 - Preparação para despacho dos atos de nomeação ou de designação para cargos em comissão ou funções de confiança, a serem submetidos ao Ministro de Estado Chefe da CC/PR ou ao Presidente da República.
- g) Ações do Centro de Estudos Jurídicos
 - Publicação da Revista Jurídica da Presidência;
 - Realização de eventos e seminários;
 - Programa de Intercâmbio;
 - Elaboração e revisão do Manual de Redação da PR; e
 - Manutenção do banco de dados e publicação de legislação no site.

Por força do Decreto nº 6.029/2007, os principais processos desempenhados pela CEP são:

- a) Atuar como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado em matéria de ética pública;
- b) Administrar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal (Ccaaf), devendo:
 - Submeter ao Presidente da República medidas para seu aprimoramento;
 - Dirimir as dúvidas a respeito de interpretação de suas normas, deliberando sobre casos omissos; e
 - Apurar, mediante denúncia, ou de ofício, condutas em desacordo com as normas nele previstas, quando praticadas pelas autoridades a ele submetidas.
- c) Dirimir dúvidas de interpretação sobre as normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto no 1.171, de 1994; e

- d) Coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal.

Além disso, a Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, atribuiu à CEP competência para orientar altas autoridades sobre prevenção de conflito de interesses, além de analisar e fiscalizar situações que possam configurar conflitos de interesses, determinando, se for o caso, a imposição de quarentena após o exercício do cargo.

A missão do Cdes é assessorar o Presidente da República em temas do desenvolvimento, por meio de sugestões feitas pelo colegiado, sendo que a missão da Sedes é coordenar e viabilizar este diálogo e sistematizar os produtos a serem entregues ao Presidente da República.

O principal processo finalístico da Sedes consiste em “*coordenar o processo de diálogo sobre o desenvolvimento brasileiro entre atores no Cdes*” (denominado Diálogo). Os principais produtos dos diálogos são as recomendações encaminhadas ao Presidente da República.

Na Sedes, tendo em vista suas características de atuação, os processos-meio se confundem com finalísticos, ambos fundados no diálogo. Isto posto, os principais processos de apoio ao exercício das competências e finalidades da Sedes são:

- a) Eventos Nacionais – Realizar eventos, reuniões, colóquios e seminários, em âmbito nacional, cujos principais produtos são anais, atos, relatórios, publicações e vídeos;
- b) Eventos Internacionais – Participar de eventos internacionais, em uma rede de diálogo para o desenvolvimento, cujos principais produtos são declarações conjuntas, relatórios, publicações e vídeos;
- c) Apoio Técnico – Apoiar tecnicamente o diálogo, fazendo articulação com diversas instituições, governamentais ou não, a depender do assunto em questão, e aportando “informações e análises”; e
- d) Apoio Logístico – Prover o apoio logístico para as áreas finalísticas da Sedes, cujos principais produtos são emissão de passagens aéreas, pagamento de diárias e organização dos diversos tipos de eventos.

É importante ressaltar que a Sedes tem um plano orçamentário específico para execução de suas atribuições, denominado “Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, cujo produto é “Conselho mantido”. A gestão deste plano orçamentário gera outro processo, que chamaremos de “Apoio Orçamentário”, e que tem como produto a

elaboração de proposta orçamentária que atenda às necessidades da Secretaria, tendo como subproduto o acompanhamento da execução orçamentária e a efetivação de ajustes, porventura necessários no decorrer do ano.

O Quadro 2 apresenta os principais macroprocessos finalísticos da CC/PR, bem como as subunidades da Unidade Prestadora de Contas (UPC) diretamente responsáveis por desenvolvê-los e seus principais clientes:

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Análise de Políticas Públicas e da legislação de projetos governamentais prioritários.	Finalístico.	Notas técnicas.	Órgãos governamentais.	Aesp/CC/PR
Assistir o Ministro de Estado no âmbito de sua atuação, inclusive em sua representação funcional, pessoal, política e social.	Representar o Ministro em eventos e solenidades.	-	Órgãos governamentais e sociedade civil.	GAB/CC/PR
Colaborar com o Ministro de Estado na preparação de pronunciamentos e de discursos de interesse da CC/PR.	Finalístico.	Produções técnicas e gráficas: notas, relatórios, gráficos e apresentações.	Chefia de gabinete, sociedade civil, Ministro de Estado da CC/PR e órgãos governamentais.	GAB/CC/PR
Análise do mérito e da oportunidade dos projetos e propostas submetidos ao Presidente da República.	Análise dos assessores e subchefes adjuntos para emissão de nota e posterior devolução ao órgão ou encaminhamento para aprovação.	Notas técnicas e/ou alinhamento interno da CC/PR.	Órgãos governamentais.	SAG/CC/PR
Preparação da Mensagem ao Congresso Nacional.	Finalístico.	Mensagem Presidencial.	CN, órgãos governamentais e sociedade civil.	SAG/CC/PR
Monitoramento do conjunto de projetos e programas prioritários do Governo Federal.	Finalístico.	Planos de ação, indicadores, relatórios de acompanhamento de consecução de metas, informes.	Órgãos da Administração direta e indireta.	SAM/CC/PR

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Alinhamento e articulação para execução das ações prioritárias.	Finalístico.	Solução de conflitos e construção de consenso para alcance de resultados.	Órgãos da Administração direta e indireta.	SAM/CC/PR
Participação na formulação de Políticas Públicas quanto aos seus aspectos jurídicos.	Finalístico.	Atos normativos.	Órgãos governamentais.	SAJ/CC/PR
Analisar a legalidade e constitucionalidade dos projetos de Lei e demais atos normativos.	Finalístico.	Pareceres e notas técnicas.	Assessores e subchefes adjuntos.	SAJ/CC/PR
Preparar os atos normativos da Presidência da República.	Finalístico.	Atos normativos formatados para publicação.	Assessores e subchefes adjuntos.	SAJ/CC/PR
Gerir o Sidof.	Finalístico.	Gestão do <i>software</i> e encaminhamento interno dos projetos na CC/PR.	Assessores e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	SAJ/CC/PR
Assessoramento jurídico aos órgãos da Presidência da República.	Finalístico.	Notas Técnicas.	Órgãos da Presidência.	SAJ/CC/PR
Ações do Centro de Estudos Jurídicos.	Finalístico.	Revista Jurídica, Portal da Legislação e Manual de Redação da PR.	Órgãos governamentais e sociedade civil.	SAJ/CC/PR
Indicações para provimento de cargos e ocupação de funções de confiança submetidas à CC/PR.	Finalístico.	-	-	SAJ/CC/PR
Instância consultiva para a alta administração federal.	Atuar como instância consultiva das autoridades detentoras de cargo de DAS 5 ou superiores em matéria de ética pública e conflito de interesses.	Voto/ Deliberação.	Autoridades descritas no art. 2º do Ccaaf e no art. 2º, caput, da Lei n.º 12.813/2013.	Secep

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Instância de apuração da infração ética.	Apurar, mediante denúncia, ou de ofício, condutas em desacordo com as normas previstas no Ccaaf, quando praticadas pelas autoridades a ele submetidas.	Voto/Deliberação.	Poder Executivo Federal e sociedade.	Secep
Monitoramento e prevenção de conflito de interesses.	Monitorar e prevenir conflito de interesses que envolvam a alta administração federal, por meio da análise de Declarações Confidenciais de Informações (DCIs).	Relatórios das DCIs; solicitação de informações complementares; e expedição de recomendações às autoridades.	Poder Executivo Federal e sociedade.	Secep
Coordenação do Sistema de Gestão da Ética.	Coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal.	Questionário de Avaliação Anual das Comissões de Ética; Relatórios de Visitas Técnicas e Monitoramento; e Cadastro de Comissões de Ética.	Comissões de Ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal	Secep
Promoção da Ética Pública.	Promover valores éticos e articular ações com vistas a estabelecer e efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública no Executivo Federal e na Administração Pública.	Cursos, Seminários, Workshops, Palestras e Publicações.	Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal	Secep
Diálogo.	Coordenar o processo de diálogo sobre o desenvolvimento brasileiro.	Recomendações encaminhadas ao Presidente da República e realização de reuniões plenárias.	Lideranças do governo e da sociedade civil presentes no Cdes.	Sedes

Fonte: Casa Civil/PR, março de 2018.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento Organizacional

O planejamento organizacional foi desenvolvido em consonância com a reestruturação da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) a partir de maio de 2016, que se iniciou com base nas seguintes orientações estratégicas:

Missão: Apoiar a definição e coordenar de maneira efetiva as ações prioritárias do governo, atendendo às principais demandas da sociedade e contribuindo para o crescimento sustentável e inclusivo do país;

Visão: Ser exemplo de desenvolvimento institucional, excelência técnica e capacidade de articulação e de resolução de problemas, coordenando os ministérios com legitimidade e fazendo avançar a agenda prioritária do país; e

Valores: Compromisso com a gestão orientada por resultados, agilidade de resposta, excelência técnica, colaboração, disposição para ouvir, transparência e ética.

A estratégia de atuação da CC/PR foi estabelecida em consonância com a estratégia de governo, priorizando reformas essenciais para a estabilização econômica, retomada do crescimento e o aprimoramento das políticas públicas.

A instituição se reorganizou com base em quatro eixos temáticos estratégicos, que permearam a organização das diferentes unidades: infraestrutura, social, econômico e gestão pública. O Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, consagrou a nova estrutura da CC/PR.

Os processos mais relevantes foram identificados e vêm sendo mapeados, dos quais alguns já foram otimizados, com destaque para os processos que serão mencionados no item 4.4.

Dada a sua singularidade, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes) aprofundou seu planejamento estratégico. Definiu como missão “Assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, além de apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e à concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados” e como visão de futuro “Ser reconhecido nacional e internacionalmente como instituição de excelência junto à sociedade e ao Governo, com contribuições e impactos nas políticas públicas, além de ampliar a articulação com outros Conselhos de Desenvolvimento

Econômico e Social, nacionais e internacionais, no sentido de reforçar o diálogo social como elemento fundamental para o aperfeiçoamento da democracia”.

A atuação do Conselho alarga a interlocução entre o Governo e a sociedade e a capacidade de definir, de forma compartilhada, os grandes rumos do País. O diálogo plural exercitado pelo Cdes qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade.

As demandas dos atores são canalizadas por meio do Cdes, cuja Secretaria mantém registros das demandas e dos acordos de priorização, com reuniões de acompanhamento das recomendações do Conselho, que é presidido pelo Presidente da República, tendo como Secretário-Executivo o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil. A coordenação técnica do processo de debate e da formulação de análises e propostas, bem como o apoio organizativo de suas atividades são de responsabilidade da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes).

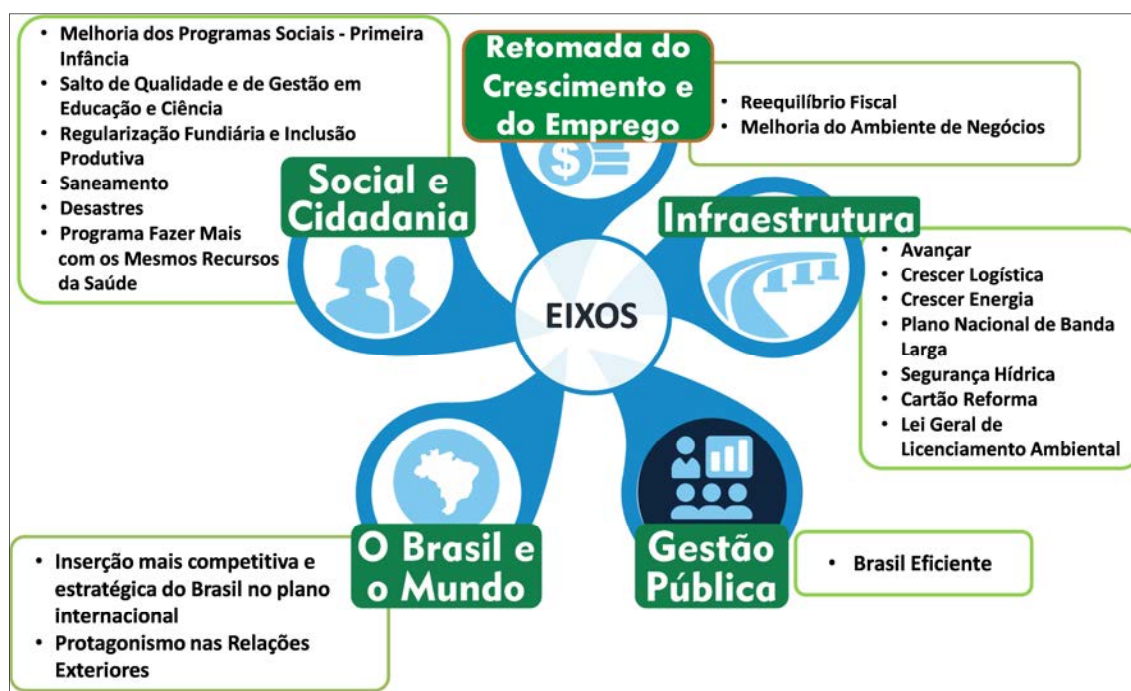
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A CC/PR, pela peculiaridade de suas competências legais, não participa especificamente de Programas Temáticos do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Um dos principais objetivos estratégicos consistiu na consolidação do monitoramento das prioridades presidenciais, conduzido pela Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM), a partir de um acompanhamento sistemático e periódico dos projetos prioritários, bem como na articulação dos diversos atores envolvidos, buscando a resolução de conflitos e a construção de consensos. O trabalho permanente, envolvendo diferentes ministérios, permitiu acompanhar os desdobramentos destas prioridades, contribuindo para melhoria do desempenho.

As prioridades foram agrupadas em cinco eixos: “Social e Cidadania”, “Retomada do Emprego e Renda”, “O Brasil e o Mundo”, “Infraestrutura” e “Gestão Pública”, conforme figura abaixo:

Figura 3 - Eixos de Atuação da SAM



Fonte: SAM, março de 2018.

Dentre os objetivos da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (Secep) para 2017, de acordo com o plano orçamentário, destacam-se:

- Capacitar cerca de 2.000 (dois mil) agentes públicos por meio de cursos de capacitação, seminário, palestras;
- Capacitar oito turmas do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, abrangendo cerca de 700 (setecentos) integrantes das comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, contribuindo, assim, para a divulgação e promoção da ética em seus respectivos órgãos e entidades e na atuação dos processos de apuração ética;
- Realizar seis Encontros Regionais, com a estimativa de 100 (cem) participantes em cada edição, com o objetivo de capacitar agentes públicos, de forma regionalizada, que integram o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, por meio da promoção de debate de temas específicos relevantes à instância ética, bem como fomentar a interação e a troca de experiências entre os membros dessas comissões;
- Realizar o XVIII Seminário Internacional Ética na Gestão com 700 (setecentos) participantes, com o objetivo de compartilhar experiências e instrumentos para implementação da Ética no Poder Executivo Federal;

- Desenvolver trabalho de coordenação e supervisão das organizações e entidades do Poder Executivo Federal pertencentes ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal; e

- Realizar 12 (doze) reuniões ordinárias mensais da Comissão de Ética Pública para deliberações acerca das consultas e processos de apuração ética.

Os objetivos estratégicos da Sedes para 2017, por sua vez, são apresentados no quadro a seguir com seus respectivos significados e macrodesafios relacionados:

Quadro 3 – Objetivos da Sedes

Objetivo Estratégico	Significado	Principais macrodesafios relacionados
Assessorar e secretariar o Cdes, bem como coordenar e supervisionar a execução de suas diretrizes e deliberações.	Colocar à disposição a logística necessária para os conselheiros exercerem na plenitude seu papel de assessorar o Presidente da República.	1. Projeto Nacional de Desenvolvimento e 2. Democracia e Participação Social
Obter, produzir e disseminar conhecimentos para tomada de decisão.	Produzir conhecimentos que sejam base para tomada de decisão do Presidente da República.	
Qualificar a participação da Sedes em Plenárias, Reuniões, Grupos de Trabalho e outras atividades.	Participar como mediador na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.	

Fonte: Sedes, março de 2018.

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em continuidade ao planejamento estratégico instituído em 2016, foram construídos Planos de Ação para atividades consideradas primordiais para a CC/PR, como um estágio de implementação do planejamento citado no item 4.1.

O Plano de Ação da SE/CC objetivou, durante o ano de 2017, consolidar a descrição das ações, os produtos entregues, as pessoas envolvidas e os benefícios alcançados, dentre outros aspectos, tendo como escopo os projetos do Gabinete e das assessorias da Secretaria-Executiva.

Foram realizadas 12 (doze) reuniões mensais de monitoramento das ações do Plano de Ação, coordenadas pelo Secretário-Executivo. Foram monitoradas 34 (trinta e quatro) ações, das quais 29 (vinte e nove) foram concluídas ainda em 2017. As demais serão executadas em 2018.

No caso da SAM, o planejamento estratégico se desdobrou na consolidação das prioridades presidenciais, enquanto a Aesp focou seu planejamento nas reformas institucionais e estruturais.

Os planejamentos da Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) e da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas (SAG) guardam estreita consonância com os objetivos principais destas unidades, vinculados ao processo de edição de normas.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Para cumprir suas competências institucionais e melhor organizar sua atuação, a Sedes tem realizado seu planejamento estratégico desde 2013. Em 24 de março de 2017, a Secretaria realizou oficina de elaboração do Planejamento Estratégico das Ações Prioritárias para 2017/18. Com o objetivo de fortalecer a atuação da Sedes diante de suas múltiplas interfaces com o Governo para esse período, este planejamento teve por diretriz definir qual deveria ser o papel da Secretaria do Conselho e desenhar entregas e respectivas atividades.

A metodologia adotada para este trabalho teve por base informações adquiridas pelo moderador (externo) junto a equipe da Sedes, com o intuito de desenhar o fio lógico, e um encontro presencial, no qual foram identificados os resultados abaixo:

- a) Papel a ser desempenhado pela Sedes;
- b) Tipos de entregas (produtos ou serviços observáveis e mensuráveis que contribuíssem diretamente para a realização do papel da Sedes);
- c) Entregas prioritárias da Sedes ao Cdes, ao Governo, à PR e à Sociedade; e
- d) Plano de ação contendo as atividades a serem priorizadas no período de 2017/2018.

A Sedes realiza o acompanhamento e monitoramento de seu planejamento durante reuniões de coordenação, verificando o andamento dos processos e reorganizando, quando necessário, a inserção de novos elementos.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os objetivos estratégicos da Casa Civil, elencados no item 4.1.1 acima, guardam estreita consonância com as competências institucionais previstas no Decreto nº 8.889, de 2016. O planejamento institucional do órgão é aderente à sua razão de existir, às suas competências e a outros planos. No caso da SAM, há forte vinculação das ações com diversos planos específicos do Governo Federal, dentre os quais, pode-se citar:

- Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes* e à Microcefalia;
- Estratégia de Governança Digital (EGD);
- Comitê Gestor da Plataforma de Cidadania Digital;
- Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente; e
- Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional.

O acompanhamento realizado pela SAM em relação aos projetos prioritários visa garantir adequada execução orçamentária dos ministérios setoriais, que ocorre tanto nas ações de articulação, quanto nas de monitoramento. Essa atividade realiza-se, em regra, por meio da marcação de Planos Orçamentários específicos para os programas prioritários.

Os planos orçamentários podem ser utilizados para diferentes finalidades, entre elas, como mecanismo de acompanhamento intensivo, utilizado para monitorar um segmento específico da ação orçamentária. Assim, a atribuição de marcadores a planos orçamentários contribui para o monitoramento realizado pela SAM, que, por sua vez, estimula o desempenho orçamentário das ações acompanhadas.

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

A Secep tem como papel prestar apoio técnico e administrativo à CEP. Esta, por sua vez, é formada por membros escolhidos pelo Presidente da República para exercerem função honorífica (não remunerada) e que, pela natureza da função exercida, gozam de plena autonomia. Desse modo, as funções da Secep vinculam-se à atuação da CEP e não, propriamente, à da CC/PR, órgão ao qual a Secep está vinculada administrativamente.

As atividades e os trabalhos desenvolvidos estão de acordo com o plano orçamentário 0001 – Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal (de responsabilidade da CEP, desde 2017) da Ação 216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da PR, cuja descrição é *“Implantação de atividades relacionadas com planejamento estratégico e modelo de gestão da ética pública; melhoria da infraestrutura institucional da CEP; capacitação e treinamento de recursos humanos; realização de estudos e pesquisas sobre os valores éticos da sociedade e aferição do alcance das ações de ética; aperfeiçoamento e consolidação do marco regulatório; produção e edição de publicações; implantação de ações de divulgação, participação e prestação de contas à sociedade e às demais instituições envolvidas: alta administração federal, membros das comissões de ética previstas nos Decreto nº 1.171/1994 e 6.029/2007, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira; atividades de supervisão e avaliação do Sistema de Gestão da ética do Poder Executivo Federal; gastos administrativos*

referentes às demandas da CEP. A referida ação visa estabelecer as condições básicas para maior efetividade do padrão ético nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; disseminar normas e valores éticos entre os gestores públicos, orientar sua aplicação, monitorar, coordenar, supervisionar e avaliar seu cumprimento, bem como apurar eventuais transgressões; constituir um centro de custos administrativos que atenda as diversas demandas da CEP”.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Nos atributos do plano orçamentário 02 da Ação 216X, cuja descrição é *“Convocação, organização e implementação da agenda do Cdes, com suporte necessário para suas reuniões plenárias, grupos de trabalho e outras atividades; manutenção e suporte logístico para o desenvolvimento das atividades da Secretaria do Cdes; realização de estudos; cooperação nacional e internacional e a relação com experiências de outros países, em cooperações bilaterais e por meio da participação na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), visando assessorar o Presidente da República e disseminar a experiência nacional e internacionalmente”*, fica demonstrada a vinculação do planejamento estratégico da unidade com suas competências normativas.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Ao longo do ano de 2017, o monitoramento dos planos foi materializado em reuniões semanais de coordenação entre o Secretário-Executivo, o Secretário-Executivo Adjunto, os Subchefes e o Assessor-Chefe da Aesp, bem como entre os representantes de suas equipes. Também foram realizadas reuniões semanais para o acompanhamento da tramitação das normas no Congresso Nacional (CN) e reuniões mensais de acompanhamento dos Planos de Ação. Houve ainda a estruturação das reuniões, encaminhamentos e do processo de acompanhamento dos colegiados.

Subchefia de Articulação e Monitoramento

Tendo em vista as atribuições de monitorar e avaliar as ações governamentais, em especial os projetos e programas prioritários e metas definidos pela PR, a SAM estabeleceu sistemática de monitoramento que permite o acompanhamento periódico desses projetos e programas, e de seus resultados.

A definição e o desenho dos projetos prioritários do governo federal derivam de compromissos programáticos previamente assumidos, ou de avaliações acerca da necessidade de intervenção em temas relevantes e complexos que demandam ação de governo. Esses projetos apresentam, em sua maioria, cunho multisetorial e interfederativo, e por isso exigem ação coordenada. O monitoramento posto em prática pela SAM tem por objetivo garantir o cumprimento das metas pactuadas para a efetivação da política pública e da oferta de serviços à população.

A sistemática de acompanhamento do desempenho dos projetos prioritários parte da avaliação do grau de complexidade de cada projeto. O monitoramento da SAM inclui os passos necessários e os marcos de implantação, as áreas responsáveis e as metas de processo.

A organização desse monitoramento sustenta-se em instrumentos que permitem observar diferentes aspectos da implementação dos projetos e programas, tanto no curto prazo, de forma a oportunizar ajustes e correções tempestivas, quanto no médio prazo, para avaliações e tomadas de decisões estratégicas. O modelo de monitoramento da SAM utiliza metodologias de gestão de projetos, tratamentos de dados e informações, com produção de relatórios gerenciais e balanços periódicos, e ainda rotinas de monitoramento e de articulação resolutive. A governança desse processo inclui relacionamento com diversas instâncias e interfaces junto a diversos órgãos.

O processo de monitoramento da SAM contemplou, ainda, um conjunto de reuniões de alto nível, com os ministros de cada pasta responsável pelos projetos prioritários, coordenadas

pelo Ministro de Estado Chefe da CC/PR. Esses encontros ministeriais são importantes para consideração, análise e deliberação de assuntos que necessitam do apoio da alta gestão, bem como para garantir que haja alinhamento entre os diversos órgãos, principalmente quando os projetos são intersetoriais, com participação de diversos ministérios.

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

O monitoramento da execução e dos resultados das atividades que constam no planejamento anual da Secep é feito pelos seguintes instrumentos:

- a) Avaliações qualitativas das capacitações e eventos preenchidas pelos agentes públicos e integrantes da sociedade civil participantes;
- b) Listas de presenças dos cursos, seminário e outros eventos promovidos pela CEP;
- c) Relatórios do setor de Análise das Declarações Confidenciais de Informações, via sistema interno ÉticaWeb;
- d) Estatística sobre a tramitação de processos referentes a denúncias e consultas, extraída por meio do Sistema Eletrônico de Informações (Sei);
- e) Questionários de avaliação preenchidos anualmente pelas comissões de ética locais a respeito da gestão da ética em seus órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e
- f) Cadastro das comissões de ética locais dos órgãos e instituições do Poder Executivo Federal junto à Secep.

As atividades são planejadas anualmente e as relativas ao ano de 2017 foram concluídas, conforme exposto no item 4.4.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

No âmbito da Sedes é executado o Plano Orçamentário 02 da Ação Orçamentária 216X - Funcionamento do Cdes, vinculada ao Programa 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, cujos objetivos e iniciativas são voltados a prover as unidades dos meios administrativos adequados para a implementação e gestão de seus programas temáticos. O monitoramento feito na Sedes refere-se a este plano orçamentário e às atividades relacionadas, referentes ao diálogo com a sociedade civil no âmbito do Conselho.

4.3 Desempenho Orçamentário

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência na supervisão e execução das atividades administrativas da PR, bem como no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da PR e da Vice-Presidência da República (VPR), por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabe à Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da PR (SA/SG). Os quadros apresentados a seguir foram obtidos junto à Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (Dirof) da referida Pasta e combinados à análise crítica e situacional das unidades pertinentes desta CC/PR.

Os recursos orçamentário-financeiros disponíveis para a Casa Civil advêm do Programa de Manutenção e Gestão da PR, coordenado e controlado pela SA/SG. As unidades da Casa Civil que dispõem de unidades gestoras próprias ou de ação orçamentária específica são a Secep, a Sedes e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead). A Sead, entretanto, apresentará sua prestação de contas de forma individualizada. As informações sobre a Secep e a Sedes encontram-se nos itens apresentados a seguir.

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Como não há Programa Temático estabelecidos no PPA da CC/PR, não há objetivos de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas (UPC) – Não se aplica.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Como não há Programa Temático da CC/PR, não há execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade desta UPC – Não se aplica.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

A dotação inicial para o ano de 2017, prevista no “Plano Orçamentário 0001 – Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal” da “Ação 216X – Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República”, teve um valor

inicial de R\$ 783.111,00 (setecentos e oitenta e três mil cento e onze reais) para a realização de todas as atividades previstas no plano de trabalho da Secep.

Entretanto, após contingenciamento anunciado no início do ano, essa dotação foi reduzida para R\$ 422.966,40 (quatrocentos e vinte e dois mil novecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos). Nos meses finais do ano, ante a necessidade de recursos adicionais para realização de eventos previstos e firmamento de parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para produção de um curso à distância, foram realocados recursos adicionais, num total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Foram executados R\$ 400.090,00 (quatrocentos mil e noventa reais) no ano de 2017, de R\$ 523.000,00 (quinhentos e vinte e três mil reais) empenhados. As despesas inscritas em restos a pagar não processados somam o valor de R\$ 119.312,08 (cento e dezenove mil trezentos e doze reais e oito centavos) referentes, sobretudo, a passagens aéreas e aos TEDs firmados com a Escola Nacional de Administração Fazendária (Esaf) e com a Enap.

Além disso, por meio do Contrato nº 43/2016, processo nº 00140.000502/2015-21, da PR, foram realizados três edições dos Encontros Regionais do Sistema de Gestão da Ética, em Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além do XVIII Seminário Internacional Ética na Gestão, no Banco Central do Brasil, em Brasília.

Destaca-se, ainda, que o valor pago de R\$ 181.607,14 (cento e oitenta e um mil seiscentos e sete reais e quatorze centavos) foi gasto em despesas referentes a passagens e diárias nacionais e internacionais para a participação dos Conselheiros da CEP nas reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias, considerando que três dos sete Conselheiros da CEP residem fora de Brasília; realização de visitas técnicas de monitoramento do Sistema de Gestão da Ética nos outros estados da Federação; participação em eventos e visitas institucionais no exterior; palestras realizadas fora de Brasília; e participação de servidores e colaboradores em cursos promovidos pela Comissão.

No ano de 2017, foram realizadas 16 visitas técnicas a organizações e entidades do Poder Executivo Federal, de fevereiro a novembro, em cumprimento à responsabilidade da CEP de coordenar, supervisionar e avaliar o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. As visitas técnicas ocorrem desde 2009, totalizando desde então 188 visitas. Entre as instituições visitadas em 2017, 75% foram no Distrito Federal e 25% em outros Estados (Tocantins e Rio de Janeiro). Entre elas, 94% nunca haviam sido visitadas, 6% receberam a segunda visita.

Cabe salientar, por oportuno, que o restante das despesas refere-se a outras atividades e serviços demandados pela CEP, a exemplo de serviços técnicos profissionais, gráficos e

editoriais de publicações desta Comissão.

O Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado com a Enap em dezembro de 2017, com o objetivo de desenvolvimento de um curso em modalidade Ensino à Distância (EAD), contabilizado no orçamento daquele ano, só terá seus trabalhos iniciados no ano de 2018, estando previsto o lançamento do curso para o segundo semestre. Portanto, os resultados do investimento executado ainda não puderam ser aferidos no ano de 2017.

Por fim, merece destaque o fato de que a meta de capacitação de 2.000 agentes públicos, constante no plano orçamentário 0001 - Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal – CEP, da Ação 216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da PR, do Programa 2101, foi amplamente ultrapassada, tendo sido capacitados 2.982 (dois mil novecentos e dois) agentes ao todo ao longo do ano de 2017.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 2017, o orçamento inicial da Sedes, em seu principal plano orçamentário, ficou estabelecido no montante de R\$ 1.116.000,00 (um milhão cento e dezesseis reais). Deste total, face ao contingenciamento do orçamento, foi efetivamente disponibilizado um valor de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais), tendo sido executados R\$ 479.000,00 (quatrocentos e setenta e nove mil reais), os quais foram inclusos em Restos a Pagar, ou seja, 75% do orçamento efetivamente disponibilizado.

O orçamento destinado a Secretaria do Conselho, no ano presente, foi utilizado para a realização de reuniões dos grupos de trabalho (dois ciclos com duas reuniões para cada ciclo); uma reunião plenária, ocorrida em março no Palácio do Planalto, com a presença dos conselheiros e do Presidente da República; quatro reuniões do Comitê Gestor do Cdes e uma série de reuniões preparatórias e de acompanhamento das atividades principais do Conselho.

A Sedes também tinha uma ação específica para pagamento de anuidade da Aicesis, com dotação de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), tendo sido executados R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) deste total, em razão de uma redução no valor do pagamento, negociada excepcionalmente junto à Aicesis.

Importante observar que o orçamento inicial foi consignado com base em um planejamento mais amplo de atividades, posteriormente reavaliado, levando em conta o cenário político do exercício, que resultou na execução orçamentária apresentada. Diante das realizações, considera-se que foi atingida a meta síntese da Sedes, referente à manutenção do funcionamento do Conselho.

4.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

No ano de 2017 foram celebrados dois instrumentos de cooperação para desenvolvimento de programas de capacitação no âmbito da ética pública.

O primeiro deles foi o TED nº 03/2017, entre a Esaf e a Presidência da República, em 8 de maio de 2017, para a realização do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública 2017, evento anualmente organizado pela Secep. Das oito turmas previstas, foram realizadas sete turmas do Curso. O objetivo do curso é capacitar os integrantes das Comissões de Ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, contribuindo para a divulgação e promoção da ética em seus respectivos órgãos e entidades, bem como para atuação nos processos de apuração ética. Cada turma conta com a carga horária de 24 horas e engloba diversas matérias, entre as quais: Fundamentos Filosóficos da Ética, Gestão da Ética, Rito Processual, Conflito de Interesses, Psicologia e Cultura Organizacional. O valor inicial do Termo firmado com a Esaf era de R\$ 91.186,02, entretanto, com a realização de uma turma a menos que o previsto, e com a ausência de alguns participantes, o valor efetivamente executado foi de R\$ 54.027,40.

O segundo, celebrado com a Escola Nacional de Administração Pública, visa o desenvolvimento de um curso à distância direcionado aos membros de comissões de ética setoriais dos órgãos do Poder Executivo Federal. A modalidade EAD do curso, intitulado Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública, busca ampliar o alcance das capacitações oferecidas pela CEP. O curso representa a primeira iniciativa da PR na adesão ao portal Escola Virtual de Governo (evg.gov.br). Firmado em dezembro, as atividades de desenvolvimento do curso, que inclui serviços gráficos, de tecnologia da informação, administrativos e pedagógicos, foram iniciadas somente em 2018. O valor previsto de repasse à Escola é de R\$ 60.000,00.

Quadro 4 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - CEP

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante						
Comissão de Ética Pública - CEP						
Instrumentos celebrados	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
TED				114.027,40	123.023,44	
Totais	2	1	0	114.027,40	123.023,44	0

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 5 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres - CEP

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Comissão de Ética Pública - CEP					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	TED
Exercício do relatório de gestão (RG)	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	1
		Montante Repassado	-	-	114.027,40
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 6 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do RG - CEP

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Comissão de Ética Pública - CEP				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do RG		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	TED
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	1
	Montante repassado (R\$)			114.027,40

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 7 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Comissão de Ética Pública - CEP					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
TED	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 2017 não foram assinados TEDs. As contas não prestadas foram referentes aos TDs 01 e 02 de 2016, assinados com a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), cujo prazo para prestação de contas venceu no primeiro trimestre de 2017 e, até o final do exercício, não foram apresentadas.

Quadro 8 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Sedes

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da CC/PR					
CNPJ	10.433.248/0001-08					
UG/GESTÃO:	110382/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
TED	-	2	1	-	284.751,37	12.900,00
Total	-	2	1	-	284.751,37	12.900,00

Fonte: Siafi Gerencial.

Quadro 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios - Sedes

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente					
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Casa Civil da Presidência da República					
UG/GESTÃO: 110382/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de repasse	TEDs
Exercício do RG	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	284.751,37

Fonte: Siafi Gerencial.

Quadro 10 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do RG – Sedes

Valores em R\$ 1,00

Unidade concedente ou contratante				
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da CC/PR				
UG/GESTÃO: 110382/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do RG		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	TEDs
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	2
	Montante repassado	-	-	284.751,37

Fonte: Siafi Gerencial.

4.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

Conforme previsão orçamentária para 2017 - plano orçamentário 0001 - Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal - CEP, da Ação 216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República, do Programa 2101 - foi disponibilizado o montante de R\$ 783.111,00 (setecentos e oitenta e três mil cento e onze reais) para a realização de todas as atividades previstas no plano de trabalho da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública. Desse valor, foram empenhados R\$ 523.000,00 (quinhentos e vinte e três mil reais), liquidados e pagos R\$ 400.090,00 (quatrocentos mil e noventa reais). As despesas inscritas em restos a pagar não processados somam o valor de R\$ 119.312,08 (cento e dezenove mil trezentos e doze reais e oito centavos).

Além do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, viabilizado por meio do TED com a Esaf, no valor de R\$ 91.186,02 (noventa e um mil, cento e oitenta e seis reais e dois centavos), foram realizadas por meio da contratação da empresa Una Marketing de Eventos Ltda, conforme o Contrato nº 43/2016, processo nº 00140.000502/2015-21, da PR, três edições dos Encontros Regionais do Sistema de Gestão da Ética e o XVIII Seminário Internacional Ética na Gestão, que ocorre anualmente. Descontando os gastos com passagens

e diárias dos servidores e colaboradores da Secep, ou seja, considerando somente as despesas de contratação da empresa Una Marketing de Eventos Ltda, os Encontros Regionais e o Seminário Internacional tiveram um custo de R\$10.986,45 (dez mil novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) e R\$69.681,56 (sessenta e nove mil seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), respectivamente.

O valor de R\$ 181.607,14 (cento e oitenta e um mil seiscentos e sete reais e quatorze centavos) foi gasto em despesas referentes a passagens e diárias nacionais e internacionais para a participação dos Conselheiros da CEP nas reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias, considerando que metade dos Conselheiros reside fora de Brasília; realização de visitas técnicas de monitoramento do Sistema de Gestão da Ética nos outros Estados da Federação; participação no XXI Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública; e participação de servidores e colaboradores nas visitas técnicas e cursos promovidos pela Comissão.

O restante das despesas refere-se a outras atividades e serviços demandados pela CEP, a exemplo de serviços gráficos de publicações desta Comissão.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Historicamente, as despesas da Sedes são basicamente com diárias (inclusive com colaboradores eventuais) e passagens, por isso se concentram nas modalidades pessoal (diárias pessoal civil e diárias para colaboradores eventuais) e contratações diretas (passagens).

Quadro 11 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	214.967,22	26,38	351.709,33	47,00	214.967,22	26,60	33.975,26	8
a) Convite	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	284.751,37	38,00	-	-	-	-
d) Pregão	214.967,22	26,38	66.957,96	9,00	214.967,22	26,60	33.975,26	8
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	351.613,13	43,15	226.484,44	30,00	344.805,83	42,67	26.484,44	56
h) Dispensa								
i) Inexigibilidade	351.613,13	43,15	226.484,44	30,00	344.805,83	42,67	226.484,44	56
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	55.534,12	6,82	54.143,45	7,00	55.534,12	6,87	54.143,45	13
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-	-	-	-	-
l) Diárias	55.534,12	6,82	54.143,45	7,00	55.534,12	6,87		
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	622.114,47	76,35	632.337,22	84,00	615.307,17	76,15	314.603,15	77
6. Total das Despesas da UPC	814.852,19	100	751.326,36	100	808.044,89	100	405.984,29	100

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 12 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal		-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes		1.002.607,31	751.326,36	814.852,19	367.462,65	187.755,12	337.704,07	808.044,89	367.462,65
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	539.657,44	240.347,66	435.134,13	240.347,66	104.523,31	-	428.326,83	240.347,66
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	227.579,31	126.055,65	167.579,31	106.085,65	60.000,00	19.970,00	167.579,31	106.085,65
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	144.503,06	338.763,41	131.678,47	21.029,34	12.824,59	317.734,07	131.678,47	21.029,34
Demais elementos do grupo		90.867,50	46.159,64	80.460,28	337.704,07	10.407,22	-	80.460,28	-
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial.

4.4 Desempenho Operacional

Gabinete do Ministro

A Assessoria Técnica de Informática e Estatística do Gabinete gerencia os dados recebidos, no que se refere à quantidade de documentos tramitados no protocolo e às demandas recebidas pela agenda, bem como sistematiza o registro de participantes nas reuniões. Validações de dados foram criadas, a fim de qualificar e quantificar o processo de gestão das demandas recebidas e das audiências efetivas. Os dados estatísticos permitem, ainda, identificar quais demandas resultaram em audiências ocorridas, derivadas, pendentes ou desistentes.

Em 2017, a gestão estatística do Gabinete do Ministro contabilizou:

- 1.401 (mil quatrocentas e uma) atividades efetivas, sendo 935 (novecentas e trinta e cinco) conduzidas pelo Ministro, oriundas das demandas recebidas ou das agendas, com foco nas ações de gestão pública e nos eixos prioritários do governo; e
- 1.347 (mil trezentas e quarenta e sete) demandas recebidas, sendo 800 (oitocentos) pedidos de audiências e 547 (quinhentos e quarenta e sete) convites.

Grande parte das atividades abarca reuniões sobre gestão pública (53,82%), tendo como objetivo as ações para o cumprimento das metas prioritárias do governo, havendo, ainda, elevado percentual no que tange à agenda política (33,62%). As demais, com menor índice, são distribuídas entre mídia, entidades privadas e outros *stakeholders*.

Assessoria Especial

A seguir, os principais temas coordenados e acompanhados pela Aesp no ano de 2017:

1. Reforma da Previdência – Constitucional;
2. Reforma da Previdência – Legal;
3. Reforma Trabalhista – 1ª Etapa;
4. Reforma Trabalhista – 2ª Etapa - Medida Provisória;
5. Reforma Trabalhista – 3ª Etapa - Projetos de Lei;
6. Lei Geral Turismo;
7. Capital Estrangeiro Emp. Aéreas e Embratur;
8. Vistos Eletrônicos;
9. Reforma Tributária e Fiscal;
10. Reforma do Saneamento;
11. Estruturação do Programa Nacional do Voluntariado;

12. Programa Nacional de Regularização Fundiária;
13. Política Indigenista;
14. Reforma Administrativa;
15. Regulamentação do Distrato em incorporações imobiliárias;
16. Marco Legal da Aquisição de Terras por Estrangeiros;
17. Concessão da Exploração de Unidades de Conservação;
18. Previdência - desmobilização imobiliária do INSS;
19. Previdência/Pessoas com deficiência - bolsa atleta;
20. Previdência /Pessoas com deficiência - auxílio inclusão;
21. Pessoas com deficiência – LBI e setor hoteleiro;
22. Renovabio e Selo Combustível Social; e
23. Reformulação do Fundo de Financiamento Infantil (Lei nº 13.530/2017).

Secretaria-Executiva

Diversas iniciativas de modernização de processos administrativos e de negócios com repercussão externa foram implementadas na SE/CC, tais como:

1. A modernização do processo de nomeações de cargos em comissão em toda a Esplanada dos Ministérios e também nas empresas estatais, materializado por meio do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc);
2. A concepção do novo modelo de publicação junto à Imprensa Nacional (IN), que culminou com a migração da versão impressa do Diário Oficial da União (DOU) para o formato exclusivamente digital e com a disponibilização de normativos em formato HTML, de mais fácil consulta por buscadores na internet;
3. A parceria iniciada entre o MP e a IN para viabilizar a integração entre o Sei e o Sistema de Envio de Matérias (INCom), visando ao envio automatizado de atos administrativos e normativos para publicação no DOU;
4. O processo de implantação e consolidação do Sei, no âmbito das unidades da CC/PR, o qual praticamente eliminou a tramitação física de documentos dentro da instituição e tornou mais célere o andamento dos processos administrativos;
5. O mapeamento e o aperfeiçoamento de processos de trabalho específicos, tais como, requerimento de informações do CN, demandas do TCU, nomeação de servidores da própria CC/PR e demandas orçamentárias e financeiras. O resultado desta iniciativa foi a eliminação de passos desnecessários dos fluxos de trabalho e a constituição de um repositório de conhecimento disponibilizado a todos os servidores;

6. O aprimoramento do processo de concessão de diárias e passagens, por meio da Portaria nº 964, de 05 de outubro de 2017, que delegou esta competência aos dirigentes máximos da CC/PR;

7. A estruturação e a modernização do processo de acompanhamento dos colegiados dos quais a CC/PR faz parte. Atualmente este Ministério participa de 324 (trezentos e vinte e quatro) colegiados, todos contando com representantes identificados em sistema próprio, construído em 2017. Os colegiados dos quais a CC/PR participa encontram-se no anexo 1 deste RG;

8. A Portaria nº 1.045, de 21 de novembro de 2017, aprovada pelo Ministro de Estado Chefe da CC/PR, que estabeleceu, para as contratações nos órgãos e entidades vinculadas à CC/PR, instâncias e instrumentos de governança, tais como, Comitês de Governança das Contratações, Plano Anual de Contratações, consulta à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset) e gerenciamento de riscos baseado em Curva ABC de relevância;

9. A aprovação do Regimento Interno da SE/CC, por meio da Portaria nº 820, de 22 de agosto de 2017, e a divisão temática das atividades de assessoramento ao Secretário-Executivo, organizada pela Portaria nº 320, de 28 de agosto de 2017; e

10. O mapeamento do fluxo de normativos dentro dos ministérios e nos canais de entrada da CC/PR (fluxo externo), bem como das fases qualitativa, quantitativa e do fluxo documental interno da Casa Civil.

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Destaca-se abaixo as principais ações desenvolvidas pelas Subchefias Adjuntas da SAJ, no exercício de 2017:

A Assessoria Especial da SAJ tem confeccionado notas em face de processos judiciais que tramitam em todas as instâncias, da 1ª até o Supremo Tribunal Federal (STF), que tenham interesse dos órgãos da Presidência da República. Também tem confeccionado notas relativas a processos/consultas e demais feitos que tramitam perante o TCU, tendo analisado um total de 502 (quinhentos e dois) processos.

Cuide-se que essa Assessoria Especial tem coordenado a Comissão de Consolidação dos Decretos de Caráter Normativo do Governo Federal, que foi instituída pela Portaria nº 146, de 13 de fevereiro de 2017, do Ministro de Estado Chefe da CC/PR, com a finalidade de realizar o levantamento e o exame dos Decretos de caráter normativo e propor a consolidação dos referidos decretos, mediante a integração das matérias conexas ou afins, em volumes

próprios, objetivando a Consolidação dos Decretos Federais. Os trabalhos da Comissão estão sob a supervisão do Subchefe para Assuntos Jurídicos da CC/PR, Gustavo do Vale Rocha, e analisaram um total de 539 (quinhentos e trinta e nove) processos, dos quais 442 (quatrocentos e quarenta e dois) foram solicitações do Poder Judiciário/Ministério Público, 16 (dezesseis) de órgãos de Controle (CGU/TCU/Outros) e 81 (oitenta e uma) demandas diretas do TCU (Acórdãos/Pedidos de Informação/Outros).

A Subchefia Adjunta de Assuntos Institucionais (Saainst/SAJ) é responsável pelo recebimento e processamento de demandas, tais como requerimentos de informações, oriundas de várias instituições, notadamente o CN, nos termos do art. 50 da CRFB, *in verbis*:

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Dentre as realizações da Saainst/SAJ, destaca-se também o acompanhamento das matérias atinentes ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), sobretudo o encaminhamento de exposições de motivos (EM) com projeto de mensagem que encaminha tratado para a posterior análise do CN, bem como de minuta de projeto de decreto de promulgação de tratado internacional, a ser oportunamente submetido ao Presidente da República. Há ainda a análise de minutas de projetos de decretos que versam sobre questões relativas ao MRE, como, por exemplo, a EM nº 312/2017 que submete ato que estabelece os procedimentos a serem observados quanto ao planejamento, coordenação, negociação,

aprovação, execução, acompanhamento e avaliação de iniciativas de cooperação técnica internacional.

Houve, ainda, o acompanhamento das reuniões de pauta legislativa, com o informe da posição jurídica da SAJ em relação às propostas em tramitação, e articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares (Supar).

Nesse período de 2017, tramitaram neste núcleo 406 (quatrocentos e seis) processos, dos quais 334 (trezentos e trinta e quatro) foram concluídos no período, restando 72 (setenta e dois) processos abertos, em andamento - devido à troca da equipe do Núcleo de Assuntos Institucionais com o Núcleo de Assuntos Sociais, que se efetivou a partir de agosto de 2017, considerando-se somente os dados atinentes à nova equipe, tem-se 232 (duzentos e trinta e dois) processos com tramitação no período, sendo 160 (cento e sessenta) processos concluídos na unidade.

De acordo com dados extraídos do Sei, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, tramitaram, na Subchefia Adjunta de Gestão Pública da Subchefia para Assuntos Jurídicos (Sagep/SAJ), 328 (trezentos e vinte e oito) processos. Nesse mesmo período, foram concluídos 318 (trezentos e dezoito) processos na unidade, sendo 189 (cento e oitenta e nove) sobre “Legislação – Avaliação de Projetos Normativos”, conforme anexo 2, o que corresponde a 59,43% do total de processos concluídos.

É de se ressaltar, contudo, que embora os outros processos (40%) não estejam sob o título “Legislação – Avaliação de Projetos Normativos” estabelecido no Sei, muitos se referem a pedidos de informações e consultas sobre projetos normativos e, portanto, incluídos em tal indexação.

Por outro lado, em 2017, tendo em vista a natureza da Sagep/SAJ como órgão de consultoria e assessoramento, cuja atuação se dá primordialmente por demanda de outros órgãos, foram gerados quatro processos na unidade.

Em relação às políticas públicas, a SAJ contribuiu prioritariamente na área de segurança pública e segurança nacional, com o assessoramento em decretos de emprego das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem e nas discussões sobre propostas de Política Nacional de Segurança da Informação.

Na Subchefia Adjunta de Infraestrutura da SAJ (Sainf/SAJ) tramitaram, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, 1.005 (mil e cinco) processos conforme informações obtidas no Sei. Desses, 729 (setecentos e vinte e nove) processos foram concluídos na unidade, dos quais 606 (seiscentos e seis) estão classificados no Sei sob o título “Legislação – Avaliação de Projetos Normativos”, conforme anexo 2.

Quanto aos temas de maior relevância oriundos das pastas ministeriais setoriais de Infraestrutura, a Sainf/SAJ lidou, diuturnamente, com demandas formuladas pelo MCTIC, bem como pelo Ministério de Minas e Energia, pelo MP; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, além do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Destacando-se as 20 (vinte) notas SAJ resultantes das análises técnicas realizadas pela Sainf/SAJ.

A Subchefia Adjunta de Assuntos Internos gerou um memorando, dez ofícios, 753 (setecentos e cinquenta e três) pareceres e finalizou 685 (seiscentos e oitenta e cinco) processos, conforme anexo 2 deste RG.

O Centro de Estudos Jurídicos da Presidência da República (CEJ), criado pela Portaria nº 434/2005 do Ministro de Estado Chefe da CC/PR, promove ações de aperfeiçoamento e capacitação profissional dos servidores, por meio de palestras, ciclos de estudos, conferências, visitas técnicas, entre outros; supervisiona as atividades de estágio no âmbito da SAJ; mantém e atualiza o Portal da Legislação da Presidência; elabora pesquisas na base de legislação para subsidiar o trabalho dos assessores; edita a Revista Jurídica da Presidência; colabora com a revisão do Manual de Redação; promove parcerias com instituições acadêmicas para a realização de suas atividades; realiza o Programa de Intercâmbio SAJ; e administra a biblioteca da SAJ.

Em maio de 2017, o CEJ promoveu em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, vinculado ao MCTIC, o III Seminário Internacional de Preservação Digital, evento que contou com a participação de renomados palestrantes nacionais e internacionais, de modo a fortalecer a preservação digital em todas as regiões do país e das Américas, com a presença de 182 (cento e oitenta e dois) inscritos.

Ainda em 2017, em consequência da edição do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, foram realizados cursos sobre o processo de elaboração normativa do Poder Executivo, tendo o Subchefe Adjunto de Gestão Pública conduzido quatro desses cursos, com a participação de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) servidores da SAJ, de outros órgãos da PR e de vários Ministérios.

Além disso, houve a realização do evento Diálogo Institucional - “O Tribunal de Contas da União e a Governabilidade”, com a presença do ministro do TCU, Exmo. Sr. José Múcio Monteiro, e da mesa de debates com o tema “Novas Tendências do Controle de Constitucionalidade”.

Também foi realizada a 12ª edição do Programa de Intercâmbio SAJ/SAL, em parceria com o Ministério da Justiça, com a participação de 19 (dezenove) graduandos e pós-graduandos de cursos superiores.

Subchefia de Articulação e Monitoramento

Esta unidade focou seu trabalho no monitoramento das prioridades presidenciais, objeto de contínuo acompanhamento. O eixo econômico tem como fim precípua a retomada do crescimento e do emprego, dimensão que pressupõe duas vertentes principais retratadas nos programas de governo de reequilíbrio fiscal e o de melhoria do ambiente de negócios. Esses programas têm foco na retomada da confiança na economia, de maneira a se restabelecer as bases para o crescimento sustentável no futuro.

A principal referência, tendo em vista o estabelecimento do teto dos gastos públicos, foi a discussão da proposta de Reforma da Previdência (PLC nº 287/2016), enviada ao CN. O monitoramento cumprimento do teto passou a ser possível pelo painel do teto de gastos públicos, estabelecido a partir de Recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse escopo do reequilíbrio fiscal, propõe-se o estabelecimento de regras e ações que compatibilizem o gasto com a capacidade de pagamento do governo, promovendo ajuste gradual, persistente e crível. Objetiva-se, analogamente, promover reavaliação dos gastos e programas de governo de maneira a conceder-lhes ampla transparência, aderência aos padrões internacionais de contabilidade e gestão fiscal, bem como eficiência, eficácia e efetividade na alocação e execução do gasto público.

Adicionalmente, o monitoramento junto aos ministérios setoriais responsáveis, está vinculado à denominada "agenda microeconômica do governo". A melhoria do ambiente de negócios contempla ações que aumentem a segurança jurídica, a previsibilidade do ambiente negocial, iniciativas que reduzam o custo de se fazer negócios no país, aumentando a transparência e reduzindo a assimetria de informações entre os agentes econômicos. Por último, as prioridades abarcaram o aperfeiçoamento do mercado de trabalho no Brasil por meio da modernização da legislação trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, com vigência a partir de 11 de novembro de 2017).

Já na área externa, focou-se na inserção do Brasil no plano internacional, por meio da abertura de novos mercados às nossas exportações e ampliação dos nossos parceiros comerciais, bem como pelo aprofundamento e consolidação do relacionamento com sócios já tradicionais.

Na área de infraestrutura, os projetos prioritários buscaram impulsionar o programa de investimento nesta área, por meio do estabelecimento de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada. Esses projetos objetivaram mitigar os problemas que atualmente assolam o setor de infraestrutura no Brasil, especialmente no que diz respeito à redução do nível de

investimentos, à mitigação dos gargalos logísticos, diminuição do custo Brasil e ao aprimoramento de efetivo atendimento da população com relação a serviços como eletricidade e banda larga.

Na área social, a prioridade foi articular políticas públicas potencializando sua efetividade, utilizando o mesmo nível de recursos, em função do atual quadro de restrição fiscal do país. Portanto, as iniciativas priorizaram a melhoria de gestão dos programas e políticas visando entregas que garantam a melhor da qualidade de vida a população como: maior acesso saúde, educação, habitação, saneamento básico, a regularização fundiária, ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, bem como, iniciativas que resgatam a dignidade e os direitos humanos de populações vulneráveis.

No campo da política de saúde, as prioridades estabelecidas são: a Estratégia e-Saúde, que utiliza tecnologias de informação e comunicação para tornar mais baratos, melhores, mais ágeis os serviços de saúde prestados aos cidadãos e melhora o fluxo de informações utilizadas como parâmetros para as decisões dos gestores da área de saúde; o Programa mais Médicos, que garante atendimento de saúde a mais de 40 (quarenta) milhões de pessoas que nunca obtiveram acesso a médicos próximos a suas residências; o Enfrentamento ao *Aedes Aegypti*, visando reduzir a infestação do mosquito para diminuir casos de doenças provocadas por este vetor, bem como, garantir acesso de todas as crianças com suspeita de microcefalia congênita associada ao vírus *Zika* à confirmação do diagnóstico e estimulação precoce.

No terreno da política de educação, o maior desafio é implantar a reforma do ensino médio e garanti-lo em tempo integral. Outros projetos importantes são: o Mediotec, garantindo aos estudantes de ensino médio o acesso à educação profissionalizante; Educação Conectada, que visa garantir acesso à banda larga nas escolas públicas; e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é estimular a pesquisa e a ciência nas universidades brasileiras.

Na política habitacional, os projetos visam ao acesso e à qualidade das unidades habitacionais. Já na política de acesso à terra, há projetos de regularização fundiária rural e urbana, cujos objetivos são a garantia de titulação e infraestrutura de áreas para reforma agrária, áreas da Amazônia legal e áreas públicas. Busca-se, adicionalmente, tornar mais eficiente a regularização fundiária de interesse social.

Os projetos da política de primeira infância objetivam propiciar o desenvolvimento integral de crianças menores de três anos. Os projetos abrangem ações das áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Já na política de saneamento, discutem-se alterações normativas que visam ampliar a eficiência do setor.

Nos programas de garantia dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade, foram acompanhados duas estratégias intersetoriais. A primeira é o atendimento humanitário aos imigrantes venezuelanos e, a segunda, o acompanhamento do Acordo de Mariana, ou seja, das ações da Fundação Renova de recuperação do meio ambiente e as condições socioeconômicas, por meio de medidas de reparação e compensação dos danos resultantes da tragédia.

A área de gestão pública e Estado, no ano de 2017, deu sequência ao monitoramento dos projetos prioritários que se concentram no Programa Brasil Eficiente. Esse programa se insere no contexto de medidas do governo visando à desburocratização, simplificação administrativa, modernização da gestão pública e melhoria da prestação dos serviços públicos às empresas, aos cidadãos e à sociedade civil.

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

A Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública é responsável pelo plano orçamentário 0001 - Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal - CEP, da Ação 216X - Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República, do Programa 2101, plano orçamentário que visa estabelecer as condições básicas para maior efetividade do padrão ético nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; disseminar, orientar sua aplicação, monitorar, coordenar, supervisionar e avaliar o cumprimento de normas e valores éticos entre os gestores públicos, administração pública e sociedade, bem como apurar eventuais transgressões.

A meta quantitativa orçamentária da CEP para o ano de 2017, prevista na Lei Orçamentária Anual, foi de capacitar 2.000 (dois mil) agentes públicos. O objetivo foi largamente ultrapassado, tendo sido capacitados 2.982 (dois mil novecentos e oitenta e dois) agentes, o que representa um cumprimento de 149,1% da meta.

Crescem em número e importância as experiências positivas resultantes do desenvolvimento de ações por parte desta Comissão. Em cumprimento a sua responsabilidade de coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal e visando à formação de rede de profissionais responsáveis pela avaliação da gestão da ética nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal, no ano de 2017, partindo do planejamento, a Comissão de Ética Pública promoveu a capacitação de agentes públicos, a saber:

- a) Sete turmas do Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública, visando

capacitar os integrantes das comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, contribuindo, assim, para a divulgação e promoção da ética em seus respectivos órgãos e entidades e na atuação dos processos de apuração ética. Por meio dessa iniciativa, foram capacitados 407 (quatrocentos e sete) agentes públicos;

b) XVIII Seminário Internacional Ética na Gestão - A Afirmação Ética dos Princípios da Administração Pública, em outubro de 2017, com 334 (trezentos e trinta e quatro) participantes. O evento tem o objetivo de compartilhar experiências e instrumentos para a implementação da Ética no Poder Executivo Federal, avaliando o progresso das ações de gestão da Ética na Administração Pública Federal e promovendo debates de temas relacionados à Ética envolvendo agentes públicos, especialistas e outros;

c) Realização de 18 (dezoito) palestras, sob solicitação de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, promovendo a capacitação de 1.853 (mil oitocentos e cinquenta e três) agentes públicos. Temas abordados: “Ética no Serviço Público”; “Ética no ambiente das empresas estatais”; “Desafios da conduta ética no serviço público: reflexões e prática”; e “Código de Ética do Servidor Público Federal”; e

d) No âmbito do Projeto de Visitas Técnicas de supervisão e orientação nas comissões dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, foram realizadas 16 (dezesesseis) visitas em Brasília e nos Estados da Federação, divulgando as normas e orientando as comissões de ética dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para o cumprimento de suas competências institucionais, capacitando 96 (noventa e seis) agentes públicos.

Ademais, durante o ano de 2017, foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, nas quais foram analisados e votados processos de apuração ética e conflito de interesses, e respondidas consultas relacionadas aos normativos éticos.

No que tange ao monitoramento das altas autoridades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal (Ccaaf) e pela Lei nº 12.813/2013, foram recebidas 1.039 (mil e trinta e nove) declarações confidenciais de informações das autoridades, das quais 1.778 (mil setecentos e setenta e oito) foram analisadas, entre recebidas em 2016 e 2017.

A CEP tem buscado fortalecer suas parcerias internacionais. No ano de 2017 foi dado andamento ao Memorando de Entendimento firmado entre a CEP e a Comissão Central de Ética Pública de Moçambique (Ccep), com vistas a promover projetos de cooperação entre as Comissões dos dois países, assinado em 2014. A Ccep visitou a CEP em 2013 e participou dos seminários realizados em 2013 e 2014. Em 2017, os Conselheiros Suzana Camargo e Marcello Alencar participaram do Seminário sobre Ética e Boa Governança, realizado em

Maputo nos dias 8 e 9 de junho. Também em 2017, a Comissão de Ética Pública recebeu delegação moçambicana em reunião sediada na Secretaria Executiva da CEP, além de contar com a participação da Ccep no Seminário Internacional Ética na Gestão, representada pela sua presidente, Sra. Graciett Xavier.

Nesse mesmo ano, foi iniciada parceria com o *United States Office of Government Ethics* (Usoge), órgão americano análogo à CEP, com o intuito de trocar experiências na gestão de sistemas federais de Ética Pública. Da visita realizada pela CEP à sede do Usoge, em Washington, onde a delegação brasileira foi recebida pelo diretor da agência e por equipes técnicas, foram trazidas ideias de inovação e aperfeiçoamento das práticas da CEP. Um exemplo é o projeto, iniciado em 2018, de edição de cartilhas orientativas destinadas às Comissões de Ética e à alta administração federal, sobre temas relativos ao papel do Sistema de Gestão da Ética e à conduta ética no serviço público. Os contatos foram uma oportunidade de fortalecer e aprimorar a execução das competências da CEP elencadas no Art. 4º do Decreto nº 6.029, de 2007, em especial seu papel coordenador do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal.

A CEP fez-se representar em eventos de projeção internacional de grande relevância. Em abril, o presidente Mauro Menezes participou do Congresso Ética Judicial e a Luta Contra a Corrupção, promovido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelo Grupo de Integridade Judicial, em San José da Costa Rica. Em novembro, representantes da CEP compuseram a delegação brasileira na 7ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em Viena, Áustria. Na ocasião, foram realizados diversos painéis sobre prevenção e combate à corrupção, cooperação internacional e repatriação de ativos originários de corrupção. A delegação da CEP participou também das reuniões que definiram os textos das resoluções ao final aprovadas pela Conferência e que apontam os caminhos e instrumentos essenciais à prevenção e combate à corrupção.

Por fim, a CEP teve atuação junto a Organizações Internacionais de interesse do Brasil. Em 2017, a Comissão emitiu parecer e participou da série de reuniões preparatórias para avaliação de eventual ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também nesse ano, por ocasião da 5ª Rodada do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção - Mesicic, vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), a CEP elaborou resposta à avaliação de quesitos selecionados relativos à gestão da ética pública no Poder Executivo Federal. A CEP participou de reunião junto aos representantes da OEA, esclarecendo dúvidas a respeito do funcionamento do sistema de gestão da ética brasileira. O

relatório final sobre a atuação brasileira em respeito à Convenção será divulgado em 2018.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 2017 a Sedes realizou uma reunião plenária. Portanto, em relação ao indicador “Participação dos Conselheiros nas Reuniões Plenas”, a apuração se deu da seguinte forma: nesta plenária, dos 101 (cento e um) conselheiros nomeados, 87 (oitenta e sete) participaram da reunião, ou seja, um índice de 0,86. Importante ressaltar que nesse indicador o percentual previsto de participação nas reuniões plenas é de 60%, daí o índice previsto de 0,6, conforme demonstrado no Quadro 13 – Indicadores de Desempenho Sedes.

Quanto ao outro indicador, chamado “Atividades Realizadas”, há como referência histórica, na Sedes, a realização de 34 (trinta e quatro) atividades no decorrer de um exercício (índice de referência). Contudo, a quantidade de atividades realizadas pelo Conselho em determinado período depende, em larga medida, da dinâmica que o Presidente e o Secretário-Executivo impõem à Sedes e ao Cdes. Depende também das especificidades de cada momento do ciclo dos mandatos presidenciais. Tudo isso imprime certa variação e certo grau de sazonalidade às atividades. Em 2017, das 32 (trinta e duas) atividades previstas (índice previsto de 1,00), 24 (vinte e quatro) foram efetivamente realizadas (índice observado de 0,75).

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A CC/PR, por meio da atuação da SAM, contribui substancialmente para a melhoria dos indicadores dos projetos prioritários da PR, a cargo dos órgãos setoriais, em razão da articulação e acompanhamento realizados.

A Sedes, por sua vez, já trabalha com tais parâmetros, os quais são listados no quadro a seguir.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

A Sedes tem dois indicadores de desempenho, a saber: “Participação dos Conselheiros nas Reuniões Plenas” e “Atividades Realizadas”. Em relação ao indicador “Participação dos Conselheiros nas Reuniões Plenas”, há como referência histórica, que, por motivo de incompatibilidade de agendas, pouco mais da metade dos conselheiros participa das reuniões plenas.

Quanto ao indicador “Atividades Realizadas”, devido à, já mencionada, sazonalidade observada nas atividades da Sedes, a cada exercício é estabelecido um índice previsto. Ambos os indicadores são acompanhados pela equipe da Secretaria.

Quadro 13 - Indicadores de Desempenho Sedes

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Participação dos Conselheiros nas Reuniões Plenas	0,60	0,86	Anual	Número total (média aritmética) de conselheiros presentes em plenos realizados / Total (média aritmética) de Conselheiros nomeados por Pleno
Atividades Realizadas*	1**	0,75	Anual	Atividades Realizadas / Atividades previstas

*Reuniões Plenas, colóquios, mesa-redonda, Oficinas, encontros e outros tipos de reuniões relevantes.

**O índice (1,00 ou 100%) corresponde às dez atividades previstas para o ano.

Fonte: Sedes, março de 2018. Elaboração própria.

O grande diferencial do Cdes em sua nova fase foi orientar as atividades para resultados. Isso significou extrair, do diálogo entre o governo e a sociedade civil, demandas que foram efetivamente transformadas em políticas públicas. Desta forma, os principais produtos do trabalho do Conselho passaram a ser resultados do governo como um todo: implementação de medidas que melhoram a vida dos cidadãos e das empresas, contribuindo para o desenvolvimento do país.

As atividades do Cdes em 2017 iniciaram-se com um primeiro ciclo de debates em grupos de trabalho, cujos temas foram: “ambiente de negócios”, “educação básica”, “agronegócio”, “desburocratização e modernização do Estado” e “produtividade e competitividade”.

Findos os debates, o Cdes apresentou ao Presidente da República, durante a sua 46ª Reunião Plenária, em 07 de março de 2017, três recomendações sobre cada tema. Ao todo foram 15 (quinze) recomendações, que originaram 26 (vinte e seis) medidas anunciadas pelo Presidente como compromissos de governo. São as chamadas “determinações presidenciais”, pactuadas pela CC/PR com os Ministérios responsáveis, incluindo prazos e metas.

Quadro 14 - Determinações presidenciais do 1º ciclo de grupos de trabalho (GTs) do Cdes

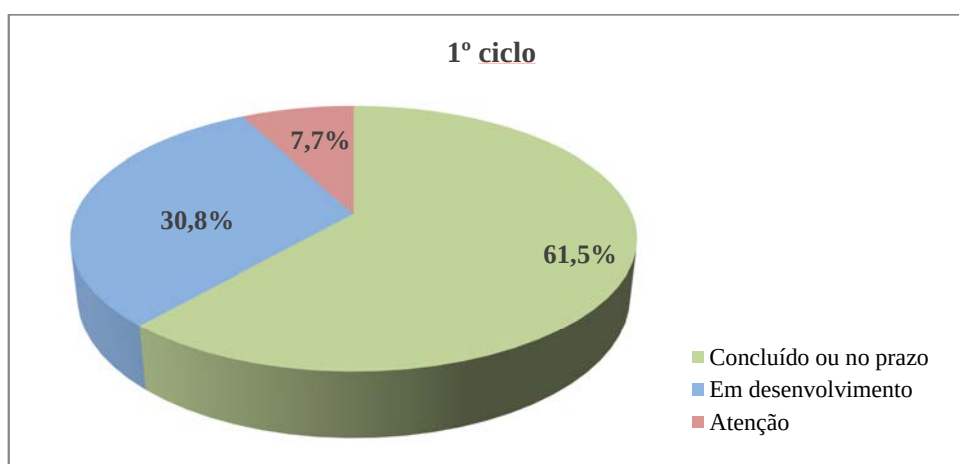
GTs	Determinações Presidenciais
Ambiente de Negócios	• PIS/Cofins (depois ICMS)
	• Estabilidade regras investimentos privados (PEC 111/15) • Segurança jurídica (PLS 349/15) • Comissão Consolidação Decretos de Caráter Normativo • PL agências reguladoras (PLS 52/13)
	• Lei de Licenciamento Ambiental • Redesim
Educação	• Proposta de Política de Formação Inicial e Continuada Docentes e Gestores • Banco de melhores práticas gestão carreira docente (estados e municípios)
	• Política de Inovação Educação Conectada (Banda Larga)
	• Comitê Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância
Agronegócio	• Censo Agropecuário • Plurianualidade do Plano Safra • Ampliação do Seguro Rural • Assistência Técnica para 110 mil agricultores (60 mil no semiárido) • Regularização fundiária (60 mil titulações em 2017)
	• Acesso a mercados: parcerias comerciais
	• Licenciamento ambiental e segurança jurídica
Desburocratização e Modernização do Estado	• Conselho Nacional para a Desburocratização • Biometria TSE, ICN, Plataforma de Cidadania Digital
	• Planejamento de curto, médio e longo prazo
	• Decreto nº 6.932/09 (PJ e Boa-Fé) – Decreto de Simplificação nº 9.094/17
Produtividade e Competitividade	• Lei do Bem • Código de CT&I
	• Estratégia de Economia Digital • Modais do Portal Único do Comércio Exterior
	• Modernização Trabalhista (PL nº 6.787/16) • Terceirização (PL nº 4.302/98)

Fonte: Sedes, março de 2018. Elaboração própria.

Esses compromissos foram monitorados pelos conselheiros junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, com o apoio da Sedes. Esse processo envolveu reuniões entre conselheiros e autoridades governamentais, como ministros e secretários.

Os resultados foram expressivos: 61,5% do que foi pactuado pelo Presidente foi concluído ou está com implementação dentro do prazo; 30,8% está em desenvolvimento no governo; e 7,7% não foi feito ou está em atraso (posição de 20 de fevereiro de 2018), conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Estágio de implementação de determinações (1º ciclo)



Fonte: Sedes. Elaboração própria.

Em suma, 92% do que foi proposto no primeiro ciclo de grupos de trabalho de 2017 já foi implementado ou há grande chance de que venha a sê-lo.

Esses números se traduziram em políticas públicas de diversas áreas - algumas delas apresentadas abaixo, entre os resultados mais expressivos do Cdes:

1. Grupo de Trabalho Ambiente de Negócios

a. Aperfeiçoamento da Redesim: Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – projeto integrado do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com órgãos de registro e de licenciamento para abertura, alteração e fechamento de empresas. O objetivo é reduzir a menos de uma semana o tempo de abertura de empresas e evoluir rumo ao chamado “guichê único”. A Redesim proporciona: entrada única de dados e documentos; atos cadastrais livres de exigência fiscal; integração dos cadastros das administrações tributárias e órgãos de registro e licenciamento; e concessão automática de inscrições e licenças para atividades econômicas e civis de baixo risco.

2. Grupo de Trabalho Educação Básica

b. Política de Inovação Educação Conectada: Lançada em novembro de 2017 para universalizar o acesso à internet de alta velocidade nas escolas, com formação de professores e criação de conteúdos educacionais digitais. Trata-se de uma parceria entre o MEC e o MCTIC.

c. Política Nacional de Formação de Professores: Lançada pelo MEC em outubro de 2017, envolve desde a criação de uma Base Nacional Docente até a ampliação da qualidade e do acesso à formação inicial e continuada para professores da educação básica.

d. Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância: Instância interministerial para articulação de ações voltadas à execução e ao monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), fomentando a coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal. Foi criada por decreto assinado pelo Presidente durante reunião plenária do Cdes (em março de 2017). O Comitê foi instalado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que o coordena, em junho de 2017.

3. Grupo de Trabalho Agronegócio

e. Censo Agropecuário: O IBGE começou a pesquisa para o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola no dia 1º de outubro de 2017. A pesquisa trará informações sobre a produção, equipamentos usados, localização, entre outros pontos.

f. Titulação e Assistência Técnica: Em 2017 foram concedidos mais de 120 mil títulos, o dobro da meta de 60 mil titulações estabelecida em resposta a demanda do Conselho. A meta de prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater também foi superada, com 120 mil famílias atendidas em 2017.

4. Grupo de Trabalho Desburocratização e Modernização do Estado

g. Documento Nacional de Identidade: O governo federal lançou, em fevereiro de 2018, o projeto-piloto do Documento Nacional de Identidade. O objetivo é concentrar vários documentos em um único, digital, acessível pelo celular. Inicialmente, serão o CPF e o título de eleitor. O Tribunal Superior Eleitoral ficou responsável pelo registro da biometria de toda a população.

h. Novo Decreto da Boa-Fé: O governo federal publicou em julho de 2017 o Decreto nº 9.094. Ele estende às pessoas jurídicas a simplificação de atendimento que já era prevista para cidadãos. O Decreto estabelece que o poder público não pode exigir documentos que já constem em base de dados oficial da administração pública federal.

i. Conselho Nacional para a Desburocratização: O Presidente da República durante reunião plenária do Cdes (em março de 2017) o decreto que instituiu o Conselho

Nacional para a Desburocratização. Instalado em junho de 2017, o colegiado se reúne a cada três meses para acompanhar ações que modernizam a gestão pública e tornam os serviços públicos mais eficientes.

5. Grupo de Trabalho Produtividade e Competitividade

j. Regulamentação do Código de CT&I: O governo federal publicou em fevereiro de 2018 o Decreto nº 9.283, que regulamenta o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016). O Decreto vai desburocratizar as atividades de pesquisa e inovação e criar novos mecanismos para integrar as instituições científicas e tecnológicas e as empresas.

k. Modernização Trabalhista: O CN aprovou em julho de 2017 a Lei nº 13.467, que atualiza regras trabalhistas. Um dos principais pontos é a valorização dos acordos coletivos de trabalho: as negociações entre sindicatos de empregados e empresas terão valor de lei, mantidas as garantias essenciais como férias, décimo-terceiro, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, seguro-desemprego, salário mínimo, repouso semanal remunerado, aposentadoria, e verbas rescisórias. Outros destaques são a regulamentação do *home office* e a possibilidade de trabalho intermitente.

l. Terceirização: Em março de 2017, o CN aprovou a Lei nº 13.429, que flexibilizou a terceirização. Antes permitida apenas nas atividades-meio, ela passou a ser aceita também nas atividades-fim das empresas. A Lei também regulamentou a prestação de serviços temporários.

m. Novo Processo de Exportações do Portal Único de Comércio Exterior: O Portal cria uma interface única entre governo e operadores de comércio exterior (conceito de “guichê único”). Iniciado em março de 2017, o Novo Processo de Exportações do Portal: reduz em pelo menos 60% o número de informações prestadas; elimina etapas processuais; melhora a rastreabilidade e o controle de operações; proporciona integração com a Nota Fiscal Eletrônica; entre outros avanços. Trata-se de iniciativa conjunta do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Ministério da Fazenda.

As políticas públicas mencionadas acima são apenas parte das recomendações do Cdes que já foram ou estão sendo atendidas. Trata-se de iniciativas cujo desenho, execução, monitoramento e avaliação são responsabilidade de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Ao Conselho coube contribuir decisivamente para que o presidente determinasse a implementação dessas políticas.

Um segundo ciclo de grupos de trabalho, ocorrido em abril e maio de 2017, trouxe cinco novos temas para discussão: “relações internacionais e política comercial”, “segurança pública e desenvolvimento”, “investimento e intermediação financeira”, “empregabilidade no Brasil do século XXI” e “saúde”. Esses grupos produziram 15 novas recomendações, que serão apresentadas ao Presidente na próxima reunião plenária.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Descrição das estruturas de governança

O modelo atual de governança da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) foi institucionalizado no ano abordado neste Relatório de Gestão (RG), com a edição do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, fixando diretrizes para que a atuação do setor público vá ao encontro das melhores práticas de gestão atuais.

No âmbito da CC/PR, instituiu-se o Comitê de Governança, Riscos e Controles da Casa Civil, por meio da Portaria nº 1.015/2017, presidido pelo Secretário-Executivo e composto pelos Subchefes, pelo Assessor-Chefe da Assessoria Especial e pelo Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O Comitê é responsável por promover a governança e por gerir os riscos dos processos de trabalho deste Ministério, devendo elaborar proposta de plano de trabalho anual e apresentá-la ao Ministro de Estado Chefe da CC/PR.

No que se refere à unidade de auditoria, compete à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset), exercer o papel setorial de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República (PR) e da Vice-Presidência da República (VPR), por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

Conforme mencionado no subitem 4.1.3, a Comissão de Ética Pública (CEP) é um órgão colegiado, integrado por sete conselheiros nomeados pelo Presidente da República para exercerem função honorífica, sendo um deles seu Presidente. Entretanto, cabe à Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (Secep), órgão vinculado administrativamente à CC/PR, a atribuição de prestar apoio técnico e administrativo à CEP. Para zelar pelas boas práticas de gestão da Comissão, a Secep conta com uma coordenação, responsável pela análise processual, e uma divisão de gestão de pessoas e comunicação.

Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

A Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) tem em sua estrutura organizacional duas Diretorias: a de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura e a de Desenvolvimento Social e Gestão Pública, cabendo a cada uma delas acompanhar assuntos e identificar temas afetos às suas respectivas áreas que possam vir a compor a agenda de debates do Conselho.

Para uma efetiva coordenação das atividades da Secretaria e avaliação dos resultados dos trabalhos realizados, ocorrem semanalmente reuniões de ponto de controle, presididas pela Secretária da Sedes, com a participação das equipes das duas diretorias. Nas reuniões são apresentadas as atividades desenvolvidas durante a semana, acompanhando-se posteriormente os seus resultados, de forma a garantir o alcance dos objetivos planejados para o funcionamento do Conselho. Ao final dos encontros são planejadas as novas ações para a semana posterior, bem como definidos os prazos e responsáveis por sua execução.

5.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da PR, incluindo suas entidades vinculadas, e da VPR, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Nesse sentido, em consulta ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), verifica-se a inexistência, no exercício de 2017, de qualquer procedimento apuratório instaurado pela CC/PR.

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Ciset, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correccionais, com base na competência insculpida no artigo 26, §3º, da Portaria Ciset nº 60, publicada no DOU de 22 de novembro de 2017.

O referido dispositivo legal refere-se à prerrogativa da Ciset em atuar como autoridade instauradora de procedimentos disciplinares, em substituição à autoridade com competência originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, consoante se destaca a seguir:

Art. 26. Compete ao Corregedor, sem prejuízo da competência do Secretário de Controle Interno, instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de procedimentos disciplinares e revisá-los, quando necessário.

§ 1º A instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo da competência originária das demais autoridades administrativas, poderá ocorrer, notadamente, nos seguintes casos, em infrações de natureza grave:

I - complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público;

II - envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 ou 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superiores; e

III - envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.

§ 2º O Corregedor poderá, a qualquer tempo, propor a avocação de procedimentos disciplinares.

§ 3º Quando os acusados ocuparem, à época dos fatos ou da decisão, cargos de natureza DAS 101.5 ou 102.5, ou superior, ou outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superior, a decisão quanto à instauração de procedimentos disciplinares será de competência do Secretário de Controle Interno.

Nesse sentido, em consulta ao sistema CGU-PAD, também se verifica a inexistência, no exercício de 2017, de qualquer procedimento apuratório instaurado pela Ciset no âmbito da CC/PR.

Acerca do referido sistema, que visa registrar as informações sobre os processos disciplinares, salienta-se que a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de seu uso no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Contudo, dada a inexistência de instauração de procedimentos disciplinares, em consulta ao Sistema CGU-PAD, não constam quaisquer informações no âmbito da CC/PR – exercício 2017.

5.3 Gestão de riscos e controles internos

Dentre as principais realizações da gestão no período, fruto da correta execução dos planos citados ao longo deste RG, vale ressaltar, inicialmente, a instalação do Comitê de Governança, Riscos e Controles da Casa Civil, cuja função é a de promover a governança e gerenciar riscos dos processos de trabalho da instituição, e a edição do Decreto nº 9.094/2017, que dispôs, dentre outros assuntos, sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, importante avanço numa das prioridades presidenciais: a desburocratização.

Sobre os oito elementos relacionados à gestão de riscos e aos controles internos, a saber: ambiente de controle, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a risco, atividades de controle, informações e comunicações; e monitoramento, cabe destacar como válidos no âmbito da CC/PR os seguintes:

- A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento, havendo delegações de autoridade e competência acompanhadas de definições claras das responsabilidades;
- É prática da unidade o diagnóstico dos riscos envolvidos em seus macroprocessos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Não há registros de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade;
- As atividades de controle adotadas são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos; e
- A informação relevante é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas, sendo dotada de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas e a mitigação de riscos.

A CC/PR iniciou em 2017 o mapeamento de seus principais processos críticos com vistas a verificar a possibilidade de aprimoramento e modernização, mitigando riscos e promovendo maior e melhor controle. Nesse contexto, por exemplo, destaca-se o início da operação do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc), que tornou o processo de nomeações muito mais célere.

Novos instrumentos legais, como o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017,

também trouxeram outras perspectivas de desafios e oportunidades para os quais o órgão tem se preparado, como o já mencionado Comitê de Governança, Riscos e Controles da CC/PR.

Aprovada pelo Ministro de Estado Chefe da CC/PR, a Portaria nº 1.045, de 21 de novembro de 2017, estabeleceu, para as contratações nos órgãos e entidades vinculadas à CC/PR, instâncias e instrumentos de governança, tais como, Comitês de Governança das Contratações, Plano Anual de Contratações, consulta Ciset e gerenciamento de riscos baseado em Curva ABC de relevância, que inovam e facilitam a supervisão ministerial.

Em 2017, foram realizadas ações estruturantes, dentre elas destacam-se o aperfeiçoamento na gestão do patrimônio, a gestão dos arquivos físicos e eletrônicos e o aperfeiçoamento do processo de concessão de diárias e passagens.

No que tange à modernização dos processos de gestão documental, esta foi influenciada significativamente pela implantação do Sistema Eletrônico de Informações (Sei) na instituição. Isso acarretou num expressivo aumento da eficiência administrativa, conferindo segurança, transparência e economicidade, além de maior acesso do cidadão às instâncias administrativas desta Unidade Prestadora de Contas (UPC). Além disso, a unificação de informações no Sei agilizou e impactou diretamente o trabalho dos servidores, possibilitando o compartilhamento de informações em tempo real.

Em relação às atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade desta UPC, dentre as principais melhorias tem-se a descentralização de responsabilidades com a publicação em Boletim de Serviço da Portaria nº 256, de 21 de setembro de 2017, e Portaria nº 307, de 19 de dezembro de 2017, que designaram servidores da Comissão Mista de Reavaliação de Informações e da Coordenação-Geral de Informações da Secretaria-Executiva da Casa Civil para exercerem o controle dos bens de natureza permanente e de consumo.

Dessa forma, a CC/PR busca alcançar seus objetivos institucionais com a produção de informações confiáveis, mediante a obediência às leis e aos regulamentos, com a devida salvaguarda dos recursos disponíveis.

6. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência para planejar, coordenar, supervisionar, dirigir, controlar e exercer a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Custos, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, cabe à Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG).

Em 2017, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração (Digep), a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) realizou os macroprocessos de gestão de pessoas para seis órgãos integrantes da Presidência, a saber: SG/PR, Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), Casa Civil (CC/PR), Gabinete Pessoal, Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) e Assessoria Especial da Presidência da República (Aesp).

Ressalta-se que a Imprensa Nacional (IN), a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), ambas da CC/PR, e a Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional (Abin), mesmo sendo parte dos órgãos administrados pela SG/PR, possuem autonomia na gestão de pessoas, por isso não constam deste Relatório.

Os quadros apresentados a seguir foram obtidos junto à Digep, cujos dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), à exceção das informações sobre a contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos, as quais foram fornecidas pela Diretoria de Recursos Logísticos (Dilog), ambas da SA/SG.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os órgãos integrantes da PR, basicamente, não possuem quadro próprio de pessoal. A força de trabalho tem origem em quase 200 órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, e conta, ainda, com servidores sem vínculo empregatício com a administração pública.

De 2016 para 2017, houve um acréscimo de 4,30% da força de trabalho na PR, que passou de 3.017 para 3.147 servidores. Esse aumento pode ser explicado pela ampliação de

cargos comissionados no Gabinete de Segurança Institucional e no Gabinete Pessoal do PR, além da recriação da Secretaria-Geral, com um novo conjunto de competências regimentais, incluindo a recriação da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, que tinha sido extinta em 2015; e a reestruturação da Secretaria de Governo.

No âmbito da CC/PR, conforme quadros evidenciados a seguir, de 2016 para 2017 houve um decréscimo de 2,11% da força de trabalho do órgão, que passou de 387 para 379 servidores. Essa redução pode ser explicada pela diminuição de cargos comissionados em decorrência da reestruturação da CC/PR ocorrida com o advento do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, bem como do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, frutos da reforma administrativa na estrutura do Governo Federal, o qual promoveu o corte de ministérios, com exclusão e fusão de pastas. Cabe mencionar que os dados comparados da força de trabalho da Unidade Prestadora de Contas (UPC) não levaram em conta o quantitativo de servidores da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), tendo em vista que seu quadro de pessoal migrou da estrutura da Casa Civil para a SG/PR.

De 2016 para 2017, a força de trabalho composta por servidores públicos ou empregados públicos com vínculo com a administração pública da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República (SE/CC) passou de 81% para 79%, enquanto que os profissionais sem vínculo e nomeados em cargo em comissão passou de 19% para 21%. Ou seja, esta relação praticamente não foi alterada.

Com referência à distribuição de servidores em área meio e fim, o percentual de servidores nestas áreas se manteve nos anos de 2016 e 2017. O percentual de servidores da área fim da CC/PR continua na ordem de 81%, sendo que desses 355 são servidores, ou seja, 287 possuem vínculo efetivo com a administração pública (em 2016, foi 83%). Na área meio, a participação de servidores de cargo efetivo é de aproximadamente 37%, percentual próximo a 2016 (32%).

Em 2017, quanto aos cargos comissionados e funções gratificadas efetivos, 76% estão ocupados por servidores e empregados públicos com vínculo efetivo com a administração pública. Quanto aos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento, 68% estão preenchidos por servidores ou empregados públicos.

**Quadro 15 - Força de Trabalho - Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) -
Situação apurada em 31/12/2017**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	299	82	39
1.1. Membros de poder e agentes políticos	5	5	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	294	82	39
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3	1	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	42	18	6
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	249	63	33
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	80	13	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	379	95	46

Nota explicativa: No item Membros de poder e agentes políticos incluiu o Ministro de Estado e os ocupantes e cargo de Natureza Especial.

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

Quadro 16 - Distribuição da Lotação Efetiva – Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) - Situação apurada em 31/12/2017)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	7	287
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	7	287
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	42
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	242
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	68
4. Total de Servidores (1+2+3)	19	355

Nota explicativa: Incluiu-se na área meio todas as unidades organizacionais que trabalham diretamente com a gestão interna da CC, a saber: Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva e Coordenação-Geral de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil.

Fonte: Siape.

Quadro 17 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) - Situação apurada em 31/12/2017

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	243	236	47	32
1.1. Cargos Natureza Especial	4	4	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	239	232	47	32
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	27	9	5
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	124	25	20
1.2.4. Sem Vínculo	0	74	13	6
1.2.5. Aposentados	0	6	0	1
2. Funções Gratificadas	0	77	18	12
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2	2	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	74	16	11
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	243	313	65	44

Nota explicativa: No Grupo de Direção e Assessoramento Superior, estão presentes os servidores ocupantes de DAS e de FCPE.

Fonte: Siape.

Política de capacitação e treinamento de pessoal

O processo de Capacitação e Desenvolvimento (C&D), exercido pela SA/SG, atende os órgãos integrantes da PR e é baseado na gestão por competências. Engloba a realização de

estudos e pesquisas, a prospecção de demandas, o planejamento, a implementação, a execução e a avaliação de ações de capacitação e desenvolvimento profissional.

Todo o planejamento da C&D é concebido de forma participativa e alinhado aos planos, programas e projetos prioritários apresentados pelos órgãos participantes. As necessidades de capacitação e desenvolvimento profissional consensuadas são insumos para o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD), que estabelece as linhas gerais, as metas, as temáticas prioritárias e a distribuição de recursos para o exercício, bem como para a Programação Periódica de Capacitação e Desenvolvimento (PPCD), que especifica as ações de aprimoramento e desenvolvimento profissional a serem realizadas e define outros aspectos operativos.

As ações de capacitação e desenvolvimento profissional programadas contemplam as áreas de políticas públicas, gestão pública, assuntos jurídicos, controle interno e desenvolvimento técnico-administrativo. Destaca-se que há Secretarias finalísticas da PR que dispõem de recurso orçamentário próprio para capacitação, razão pela qual grande parte do orçamento de capacitação da SG/PR é destinado ao custeio de iniciativas voltadas às competências transversais e às áreas meio da PR.

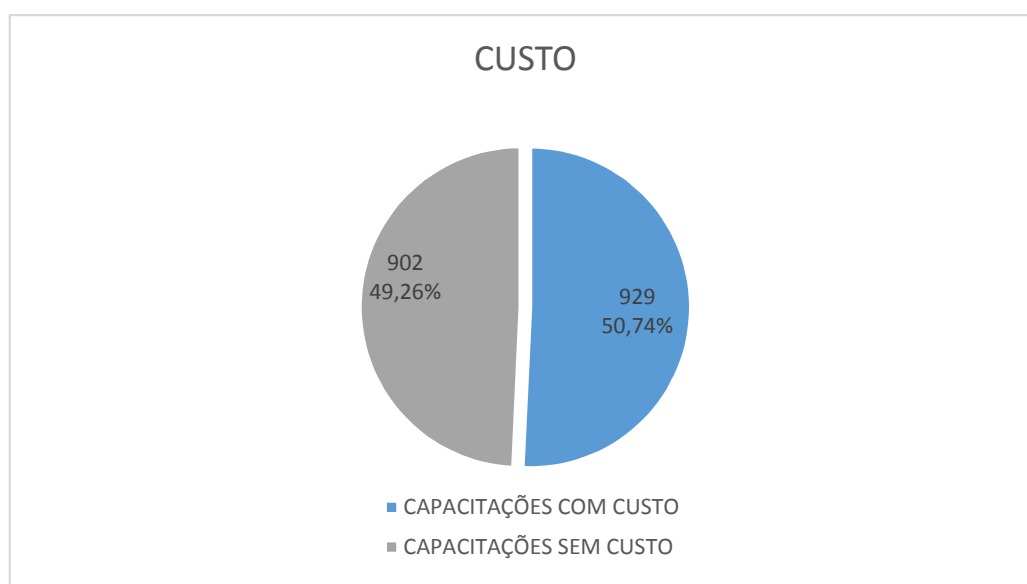
Quanto ao desenvolvimento das competências transversais, a SG/PR atende a todos os servidores da Presidência, prioritariamente aqueles em exercício nos órgãos cujas atividades administrativas estão sob sua responsabilidade. Essas competências são: visão sistêmica; orientação para resultados; planejamento e avaliação; gestão de processos; criatividade e inovação; trabalho em equipe/relacionamento/participação; comunicação; diálogo e negociação; gestão da informação; ética e transparência no serviço público; e qualidade de vida e responsabilidade social.

As capacitações em áreas específicas destinam-se aos órgãos integrantes que não dispõem de recurso próprio de capacitação e compreendem os temas de políticas públicas, assuntos jurídicos e os sistemas estruturantes da gestão pública.

Em 2017, foram contabilizadas 1.831 (mil oitocentas e trinta e uma) participações em eventos de capacitação, sendo 477 (quatrocentas e setenta e sete) voltadas para o desenvolvimento de capacitações específicas e 1.354 (mil trezentas e cinquenta e quatro) para competências transversais, o que corresponde a uma relação de 26,05% e 73,95%, respectivamente. Deste total, 929 (novecentas e vinte e nove) participações tiveram custo, enquanto que 902 (novecentas e duas) não envolveram custo direto.

Gráfico 2 – Participação em Eventos de Capacitação da PR

Fonte: Digep, março de 2018.

Gráfico 3 – Custos dos Eventos de Capacitação da PR

Fonte: Digep, março de 2018.

Destaca-se que as principais ações de capacitação, em 2017, foram relacionadas à:

- Tecnologia da Informação (24%), em razão das capacitações em sistemas de informação e demais necessidades da área de tecnologia da PR;
- Logística (17%), em razão das capacitações realizadas referentes à Instrução Normativa SEGES-MP nº 5/2017 e à melhoria da gestão patrimonial;
- Auditoria e Controle (12%), em razão das capacitações em gestão de riscos e em auditoria interna; e

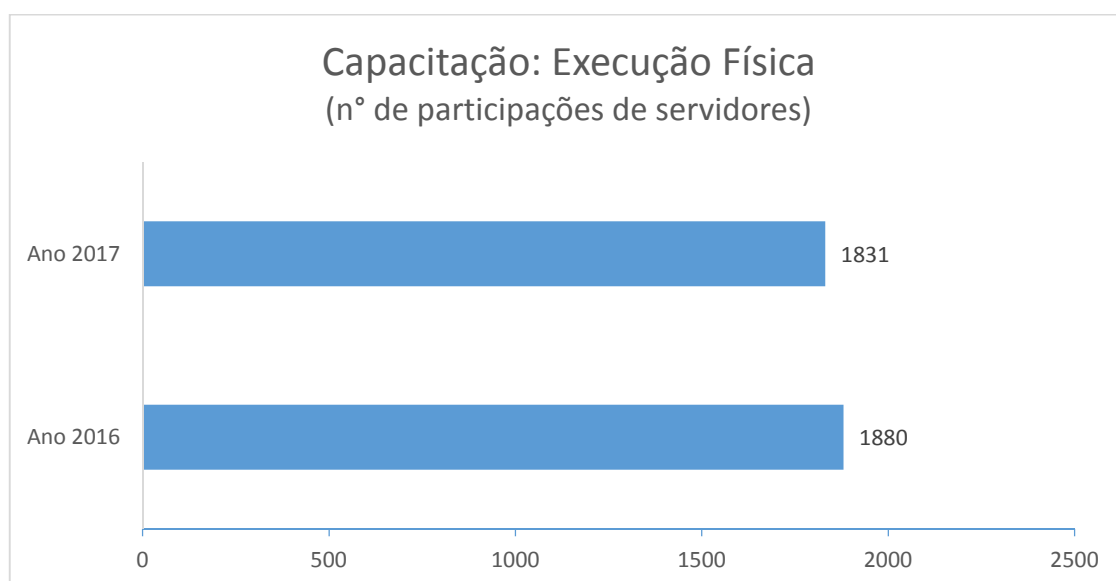
- Liderança (11%), em razão de eventos que abordaram o papel da liderança e de capacitações em indicadores de desempenho institucional.

O ensino à distância foi utilizado como ferramenta de capacitação devido à sua flexibilidade e baixo custo. No período de janeiro a dezembro, foram oferecidos 48 (quarenta e oito) eventos nessa modalidade. Foram contabilizadas 295 (duzentas e noventa e cinco) participações, sendo que 211 (duzentas e onze) não tiveram custos, pois foram oferecidas por instituições parceiras da PR. Durante o ano de 2017, também foram instruídos nove processos de licença para capacitação, tendo sido concedida a licença a todos eles.

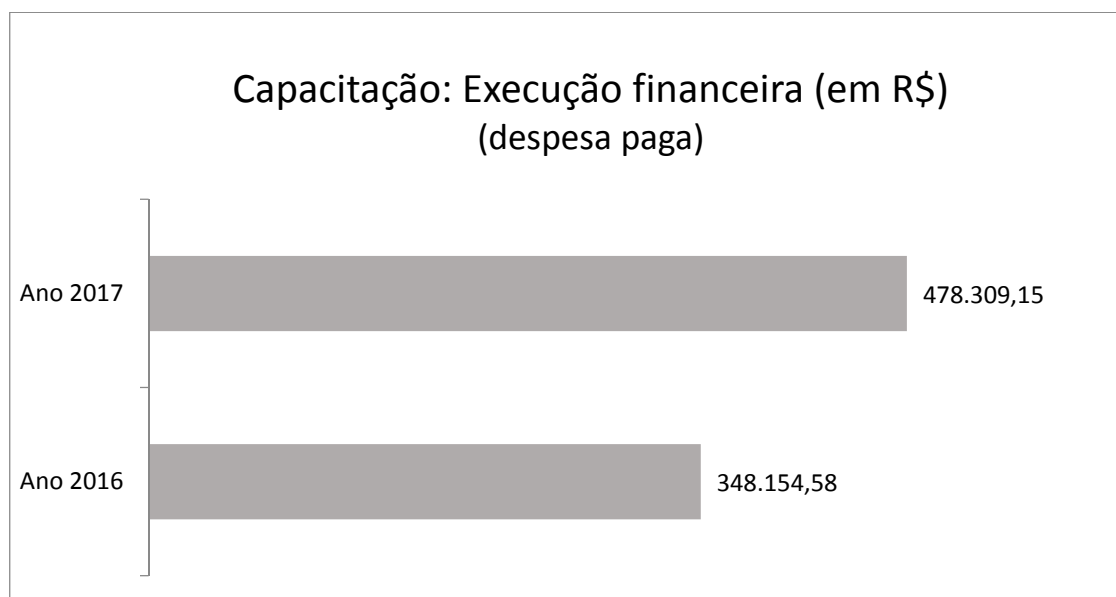
A participação dos servidores em ações de capacitação praticamente se manteve entre 2016 e 2017 (variação de 3,1%), enquanto que a execução financeira teve um aumento de 37,3% em relação a 2016. Este fato ocorreu em virtude da implantação, no ano de 2016, do Sistema Eletrônico de Informações (Sei), a qual estava prevista para janeiro de 2017, isto é, em 2016 foram realizadas 918 (novecentas e dezoito) capacitações do Sei, tanto na modalidade presencial quanto à distância, e todas foram sem custo para a PR, o que representou praticamente a metade da meta física daquele ano. Assim, o ano de 2016 apresentou maior número de capacitações com menor uso de recursos orçamentários, se comparado a 2017.

Em relação à gestão da capacitação na PR, os gráficos abaixo retratam a execução física e financeira da capacitação na PR nos anos de 2016 e 2017:

Gráfico 4 - Execução física das capacitações na PR



Fonte: Digep, março de 2018.

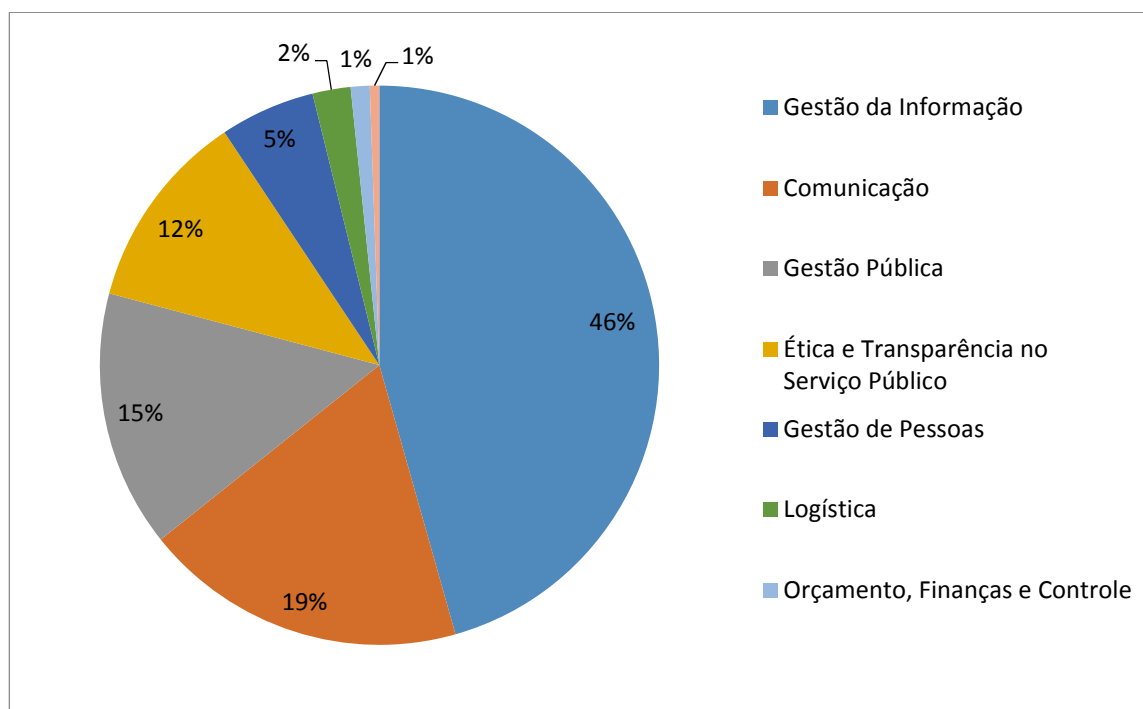
Gráfico 5 - Execução financeira das capacitações na PR

Fonte: Digep, março de 2018.

Foram cumpridos 91,55% da meta física de 2.000 (duas mil) participações em eventos de capacitação e desenvolvimento profissional (1.831 participações).

Em relação à meta financeira para capacitação e desenvolvimento, (fixada em R\$ 1.073.119,20), foi empenhado 89,3% ou a quantia de R\$ 958.344,49. Deste montante, foi solicitada a anulação de R\$ 93.659,87, referente a alguns eventos que não foram a termo em sua totalidade. Também, há o fato de que parte do valor empenhado em 2017 só será executado em 2018, por exemplo, cursos de inglês da Casa Thomas Jefferson e da Fundação Universidade de Brasília e o Treinamento em Liderança, contratado com a empresa Dale Carnegie. Desse modo, em 2017 foi executado o valor de R\$ 478.309,15 (o que corresponde a 44,60% da meta).

No âmbito da CC/PR, o PACD atendeu 182 (cento e oitenta e dois) servidores nas mais diversas áreas de conhecimento, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Capacitação CC/PR - Áreas de Conhecimento

Fonte: Digep, março de 2018. Elaboração própria SE/CC.

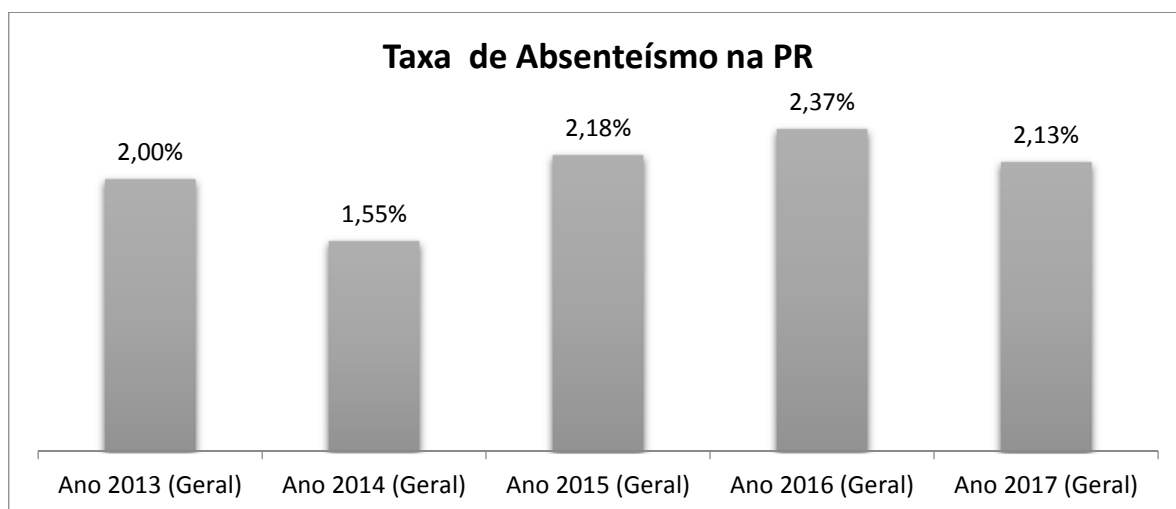
O elevado número de capacitações na área de Gestão da Informação deve-se ao fato da implementação do Sei em todas as unidades da CC/PR, o que demandou cursos para vários perfis de usuários do novo sistema eletrônico. Além disso, o grande percentual nas áreas de Comunicação e Gestão Pública é explicado pelas oportunidades de cursos que envolvem competências transversais, como por exemplo, línguas estrangeiras, gestão de riscos, e cerimonial e protocolo de eventos.

Indicadores gerenciais em gestão de pessoas

Absenteísmo

O absenteísmo é indicador de gestão de pessoas que auxilia o gestor na análise do ambiente de trabalho. A ausência ao trabalho pode ser oriunda de doenças, acidentes de trabalho, direitos legais (doação de sangue, participação em júri, licença maternidade), fatores sociais (doença de pessoa da família), além de uma rejeição ao próprio trabalho, gerando um impacto no alcance dos resultados organizacionais e no serviço a ser prestado à sociedade.

Nota-se, pelo gráfico abaixo, que a taxa de absenteísmo na PR é satisfatória e se encontra bem abaixo de 10%, valor a partir do qual o absenteísmo torna-se crítico. Em 2017, a taxa tem se mantido estável em relação aos anos anteriores.

Gráfico 7 – Taxa de Absenteísmo na PR

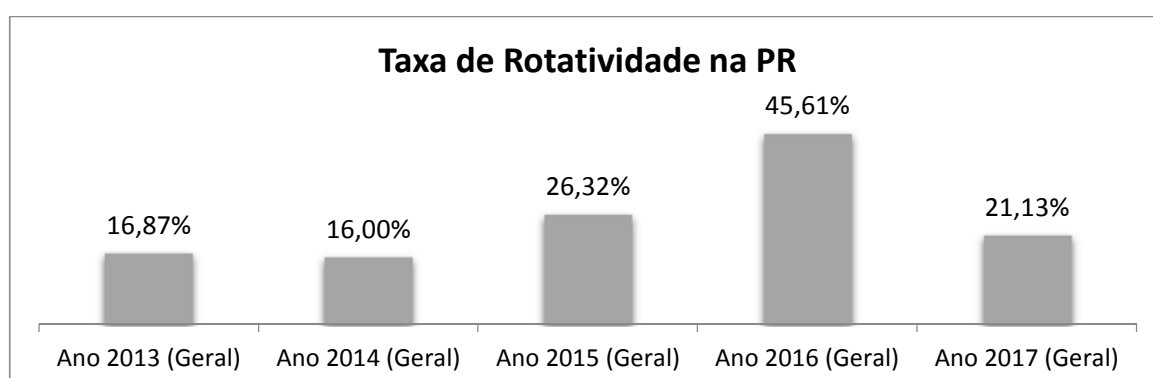
Fonte: Digep, março de 2018.

Rotatividade

A rotatividade é outro indicador gerencial que retrata a relação entre a entrada e a saída de servidores e tem influência nos resultados organizacionais, seja pela perda do capital humano e a dificuldade de transferência de conhecimento adquirido, seja pelo ganho da renovação de pessoal, com novos saberes e experiências. A rotatividade também pode apontar para o nível de satisfação do servidor com o ambiente de trabalho.

Em 2017, a taxa de rotatividade foi de 21,13%, influenciada pela reestruturação dos órgãos da PR, em especial da Segov/PR e SG/PR, em atendimento à Medida Provisória nº 782/2017, convertida na Lei nº 13.502/2017.

O gráfico abaixo mostra a taxa de rotatividade nos últimos cinco anos. O resultado baseou-se nos números de ingressos e egressos apresentados. A taxa de rotatividade dos ocupantes de cargo em comissão e funções gratificadas também foi na ordem de 16,83%.

Gráfico 8 – Taxa de Rotatividade na PR

Fonte: Digep, março de 2018.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 18 - Despesas do pessoal - Casa Civil (todas unidades da CC, excluindo Sead) – exercício de 2017

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	371.216,40	0,00	36.818,61	14.774,25	93.231,30	0,00	0,00	0,00	0,00	516.040,56
	2016	420.711,92	0,00	20.623,13	0,00	74.758,52	0,00	0,00	0,00	0,00	516.093,57
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	143.871,66	17.522,16	259.488,37	12.168,52	19.111,16	4.229,77	0,00	0,00	0,00	456.391,64
	2016	91.088,02	0,00	217.447,24	10.457,65	19.745,47	3.821,98	0,00	0,00	0,00	342.560,36
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	522.120,90	8.423.200,00	2.935.022,81	353.880,84	285.880,52	48.929,64	0,00	11.235,00	0,00	12.580.269,71
	2016	452.804,08	8.497.594,73	2.899.127,13	370.719,38	660.308,41	60.330,54	0,00	4.180,89	0,00	12.945.065,16
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	5.315.400,14	33.758,51	656.816,16	161.041,48	596.043,15	94.198,99	0,00	0,00	0,00	6.857.258,43
	2016	10.756.532,40	88.494,70	914.999,21	188.783,22	1.946.643,75	124.379,49	0,00	14.177,36	0,00	14.034.010,13
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Ressalte-se, preliminarmente, que os órgãos integrantes da Presidência, não possuem quadro próprio de pessoal, ressalvadas a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) da Segov/PR, a IN e a Sead da CC/PR, além da Abin do GSI/PR.

A força de trabalho dos órgãos integrantes da PR é constituída por servidores requisitados/cedidos de vários órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, além do Distrito Federal.

Neste sentido, o principal risco de gestão de pessoas na Presidência é a formação do seu quadro de pessoal, uma vez que há uma interdependência com a força de trabalho dos demais órgãos e entidades da administração pública.

Considerando que o capital intelectual é o intangível mais valioso da organização, o atual formato da composição da força de trabalho da PR permite uma alta rotatividade, que dificulta o estabelecimento de uma cultura organizacional voltada para os resultados. Isso porque, a troca frequente de servidores gera a perda do conhecimento produzido, afetando, ainda que temporariamente, a eficiência da organização e tornando necessário recorrentes investimentos de tempo e de recursos na integração e aprendizado do novo servidor.

Além disso, a publicação do Acórdão nº 3195/2016 - Plenário Tribunal de Contas da União (TCU) e do Decreto nº 9.144/2017, que dispôs sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal seja parte, ensejou mais desafio para a composição qualificada da força de trabalho da PR. O referido Decreto, ao estabelecer limites para o reembolso remuneratório e para ocupação de cargo de comissionados por servidores e empregados de empresas estatais e órgãos/entidades estaduais e municipais, restringiu o rol de possibilidades de ingresso dos servidores para a PR, ao mesmo que tempo que reforçou a qualificação profissional.

Como forma de minimizar os fatores negativos dessa realidade, a área de gestão de pessoas da PR estruturou sua gestão estratégica em projetos prioritários, alinhada aos anseios institucionais. O objetivo é fortalecer os processos de gestão de pessoas, de forma a contribuir para a gestão estratégica organizacional.

Assim, de 2017 a 2023, a área de gestão de pessoas está organizada para realizar iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho, incluindo o de ingresso e desligamento de servidor; à estruturação do processo recrutamento e seleção por competências, com a divulgação de processos seletivos para o ingresso de servidores efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990; à gestão do conhecimento, com a criação do repositório de

conhecimento e o inventário de conhecimento; à qualificação profissional, como o banco de talentos e as trilhas de aprendizagem; e ao estudo do quadro de pessoal para as áreas que atuam na gestão administrativa.

O principal desafio é a expansão do modelo de gestão por competência, observadas as especificidades e diversas atribuições da PR, permitindo que o quadro de servidores seja composto por profissionais que possuam conhecimentos técnicos a respeito de matérias específicas, além de um conjunto de habilidades e atitudes compatíveis com as respectivas atribuições.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos

No exercício de 2017 havia 14 (quatorze) contratos com mão de obra terceirizada, sendo 13 (treze) na Unidade Gestora 110001 SA/SG e 1 na Unidade Gestora 110322 – Gabinete de Segurança Institucional.

O quantitativo aproximado de postos é de 793, não sendo possível precisar o número de postos, visto que a empresa APECÊ SERVIÇOS GERAIS foi contratada por produtividade/m2.

Houve a contratação de três novas empresas em 2017:

GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI – ME – empresa contratada para atender as necessidades de limpeza e conservação do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança Presidencial na cidade de São Paulo, sendo que, anteriormente, não havia contrato firmado com objeto semelhante;

G E E EVENTOS LTDA – contrato cujo objeto é a prestação de serviços de condução de veículos pertencentes à frota da presidência da república, firmado para substituir o contrato N° 0068/2016 com a empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., que foi rescindido dado o descumprimento pela contratada de obrigações contratuais.

G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA TERCEIROS LTDA – ME – contrato cujo objeto é a prestação de serviços de recepção e de atendimento ao público, firmado para substituir o contrato n° 0012/2015 com a empresa RECRUTARE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - ME, cuja vigência encerrou-se em 31 de dezembro de 2017, entendendo a Administração ser mais vantajoso a não prorrogação do instrumento.

6.1.4.2 Contratação de estagiários

A SG/PR, por meio da Digep, coordena o Programa de Estágio Supervisionado na Presidência da República, que atende aos órgãos integrantes e ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Programa é destinado a estudantes de nível superior e é composto por 150 (cento e cinquenta) bolsas de estágio, das quais 15 (quinze) são reservadas às pessoas com deficiência. Esse total de 150 (cento e cinquenta) vagas corresponde, em média, a 4,6% da força de trabalho da PR (servidores e estagiários) e, até então, mostra ser um quantitativo compatível com a realidade da PR, conforme pode ser observado nos quadros apresentados na sequência.

A alocação das vagas de estágio compete à SA/SG, com o assessoramento da Digep, que analisa as solicitações advindas dos órgãos da PR, observando os critérios objetivos estabelecidos em norma interna.

Atendidos os critérios, a Digep providencia a abertura de oportunidade de estágio, por meio do agente de integração contratado, a quem compete realizar o recrutamento de estudantes, de acordo com o perfil requerido pelas unidades demandantes. Essas unidades são responsáveis pela seleção do potencial estagiário, mediante entrevista, análise curricular e, se necessário, prova de conhecimento. Após a conclusão do processo seletivo, viabiliza-se a contratação do estagiário.

O acompanhamento do estudante durante o período do estágio integra as demais atribuições destinadas ao Programa de Estágio que, atuando em articulação e sintonia com servidores-supervisores dos órgãos da PR, conta com a participação da Unidade Gestora (UG) de informações funcionais e com o agente de integração.

Os quadros abaixo mostram o quantitativo de estagiários contratados e a despesa dispendida em 2017 nos órgãos integrantes da PR e na CC/PR, respectivamente.

Quadro 19 - Composição do Quadro de Estagiários dos órgãos da PR em 2017

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio (mês com maior número de estagiários)				Despesa no exercício
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	90	91	88	106	R\$ 675.903,24
1.1 Área Fim	47	47	43	57	R\$ 349.337,29
1.2 Área Meio	43	44	45	49	R\$ 326.580,46

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio (mês com maior número de estagiários)				Despesa no exercício
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	(em R\$ 1,00)
2. Total	90	91	88	106	R\$ 675.903,24

Nota explicativa:

1 - A despesa com estagiários refere-se aos gastos com a concessão da bolsa de estágio, do auxílio-transporte estimado e da taxa de administração paga ao agente de integração, no período de janeiro a dezembro de 2017, no âmbito da PR.

2 - Incluíram na área meio os estagiários em exercício na SA/SG e na Ciset. Ambas as unidades colaboram com a gestão interna dos órgãos integrantes da PR.

Fonte: SIAPE.

Quadro 20 - Composição do Quadro de Estagiários dos órgãos da CC/PR em 2017

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio (mês com maior número de estagiários)				Despesa no exercício
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	11	13	13	10	R\$ 80.416,13
1.1 Área Fim	11	13	13	10	R\$ 80.416,13
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Total	11	13	13	10	R\$ 80.416,13

Nota Explicativa: A despesa com estagiários refere-se aos gastos com a concessão da bolsa de estágio, do auxílio-transporte estimado e da taxa de administração paga ao agente de integração, no período de janeiro a dezembro de 2017, no âmbito da CC/PR.

Fonte: SIAPE.

No decorrer de 2017, o Programa contou com até 70,6% de suas bolsas ocupadas, sendo que o quantitativo de estudantes com deficiência correspondeu a 3,77% das vagas de estágio, finalizando o exercício com quatro vagas preenchidas. O custo *per capita* anual é da ordem de R\$ 6.376,44, por estagiário contratado, em jornada semanal de 30 (trinta) horas.

Destaca-se a participação dos bolsistas nas áreas finalísticas da PR. Mais de 53,77% dos estudantes contratados são alocados em áreas e programas fins, enquanto 46,23% estão em áreas-meio.

6.2 Gestão de patrimônio e infraestrutura

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência para executar as atividades de administração patrimonial e de suprimento, bem como de telecomunicações e de publicação dos atos oficiais da Presidência e da Vice-Presidência da República - VPR, cabe à SA/SG. As informações apresentadas a seguir foram obtidas junto à Diretoria de Recursos Logísticos - Dilog da referida Pasta.

A PR adota medidas para aperfeiçoar os mecanismos de controle e boas práticas administrativas da gestão patrimonial da instituição abarcadas pela SG/PR, por intermédio da SA/SG. As atividades relacionadas à gestão patrimonial receberam destaque no âmbito da PR, a partir de 2016, principalmente após ações de auditorias patrimoniais realizadas pelo TCU e pela Ciset, que desencadearam uma série de ações que serviram de alerta para o atual modelo de gestão patrimonial da PR.

Estruturalmente, parte dos provimentos da PR (serviços/bens/estrutura) é compartilhada entre os órgãos alojados em suas instalações. Esses provimentos, em regra, são prestados pela SA/SG, mas realizados com a autorização/supervisão dos órgãos e unidades atendidas que se encarregam de gerir a realização dessas atividades. Tal circunstância ocorre especialmente em áreas administrativas como a de gestão do Patrimônio da PR, em que a SA/SG atua de forma sistêmica com os agentes patrimoniais que pertencem aos quadros funcionais dos órgãos/unidades demandantes. Assim, a Secretaria age supletivamente junto a esses agentes, auxiliando-os na execução de seus encargos, notadamente em atividades de apuração, controle e informação, para subsidiar os registros administrativos, patrimoniais, financeiros e contábeis pertinentes, além de acompanhar permanentemente a situação patrimonial da PR.

Sobre os itens de materiais de consumo, na grande maioria dos itens adquiridos, passou-se a adotar o método de planejamento de ressuprimento anual com contratação através de ata de registro de preços. As aquisições foram planejadas a partir de relatórios do sistema de controle de almoxarifado que contemplam vários parâmetros como: consumo médio mensal, estoque e período de consumo e margem de segurança. Realizando-se, assim, a avaliação do histórico de consumo dos últimos três anos para apuração mais precisa e detalhada de estimativas adotadas nos processos de contratação ou fornecimento de suprimentos, além de reduzir os riscos de desabastecimento de estoque.

Além disso, a adesão junto ao Ministério da Fazenda, com apoio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), para utilização do Sistema Integrado de Administração de

Serviços (Siads) que, na condição de sistema corporativo federal, é interligado ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), aperfeiçoando mecanismos e procedimentos de administração e controle dos bens, sem a realização de gastos públicos para a aquisição de outro sistema de informática. As movimentações registradas no Siads surtem reflexo automático no Siafi, gerando maior agilidade na incorporação de bens de consumo, sem a necessidade de retrabalho para registro das informações no Siafi.

A migração para o Siads (módulo de consumo) iniciou-se em 2016 e teve sua implantação consolidada na PR em 2017, otimizando os procedimentos de entrada, liquidação, pagamento e distribuição do material.

No âmbito da gestão de material permanente, esta tem sido objeto de atenção especial da SA/SG para que os materiais estejam devidamente registrados e representem a integridade e a unicidade do acervo patrimonial da Presidência. Em razão dessas e de outras circunstâncias, a SA/SG deu início a ações específicas e implantou melhorias nos processos, fluxos, procedimentos e rotinas da administração patrimonial, especialmente visando aperfeiçoar a guarda e o controle patrimonial. Nesse sentido, destaca-se: a revisão e atualização da Norma Administrativa nº 018/1998 pela Norma Administrativa VII-103, em dezembro de 2017, que estabelece critérios e métodos para a gestão, controle, movimentação e administração dos bens permanentes móveis e intangíveis da Presidência e de terceiros que estejam sob custódia da PR. Dentre as principais melhorias tem-se a descentralização de responsabilidades; o aperfeiçoamento dos dados de bens intangíveis para o registro contábil manter a conformidade; a incorporação de mecanismos de controle para garantir a conformidade de gestão; a atualização das regras de recebimento e custódia pelo depósito central de bens danificados; novas regras para os processos apuratórios de responsabilidade com a descentralização de seu processamento e julgamento ocorrendo em cada unidade; e a incorporação de diretriz de segurança laboral, em benefício daqueles que trabalham com o manejo de materiais.

Durante o exercício de 2017, a PR iniciou a migração do atual sistema de patrimônio Asi/LinkData para o Siads, enfrentando o desafio de preparar a migração de toda a base de bens permanentes, compreendendo mais de 120.000 (cento e vinte mil) itens. A implantação está prevista para acontecer em 2018, como planejado.

Operacionalmente, a continuidade do uso de leitoras de identificação digital permitiu agilidade no processo de levantamentos físicos anuais, assegurando maior nível de consistência e de confiabilidade dos trabalhos de inventariança, bem como a simplificação das

apurações, a facilidade e a segurança no cômputo da existência de itens inventariados e consequentemente na geração de relatórios.

Já o processo de inventário anual de 2017 foi realizado baseado na metodologia implantada em 2016, conforme orientação do TCU e da Ciset. Nessa nova metodologia, a Comissão de Inventário Anual de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis da PR coordena e controla todo o processo de verificação e comprovação da quantidade, valor e descrição precisa dos bens patrimoniais de cada unidade, constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício. Após o segundo ano da alteração da metodologia empregada para o inventário anual, o atual modelo se mostra cada vez mais sólido e transparente.

Há que se registrar que as características atuais e a composição dos itens patrimoniais da PR, ainda registrados em valores históricos de compras realizadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90 (e anteriores), é uma parte significativa do patrimônio da PR. Com isso, a SA/SG instituiu comissão específica para a reavaliação dos itens que apresentem assimetrias entre os valores históricos de aquisição, em cada ocasião, e os preços de mercado.

Diante dessa mesma circunstância, a unidade trabalha para ajustar os procedimentos pertinentes à reclassificação de itens, adequando-os às condições e aos critérios atualmente estabelecidos pela legislação vigente, devido ao tempo decorrido entre as datas de compra da maior parte dos itens e o momento presente ou à defasagem tecnológica dos equipamentos. Em 2017 a referida comissão desenvolveu diversos trabalhos de reavaliação e reclassificação de bens, possibilitando assim maior transparência e fidedignidade das informações registradas no sistema de patrimônio.

Destaca-se, ainda, a adoção de estratégia constante de conscientização dos servidores da unidade técnica e demais áreas (pelos agentes patrimoniais), a respeito das práticas e procedimentos necessários para qualificar a gestão patrimonial. A reorganização dos depósitos e o saneamento de bens inservíveis gerou uma redução de mais de 50% no quantitativo de itens inservíveis armazenados nos depósitos da PR, sem contar a retirada de todo o material permanente do Bloco O da Esplanada dos Ministérios, pertencentes a esta PR, com a devolução do prédio ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).

Com base no princípio da economicidade e da sustentabilidade, bem como de apontamentos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deu-se início à reclassificação contábil de bens permanentes para bens de consumo, consoante Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002. Isso porque o controle dos bens classificados como permanentes devem

considerar uma adequada relação custo-benefício, de forma que os custos de controle não sejam mais onerosos que o risco de seu extravio ou perda.

A SA/SG tem adotado medidas para preservar, conservar e assegurar condições adequadas ao uso e administração das obras de arte, mobiliário e tapeçaria diariamente expostos nos palácios e residências presidenciais. Diferentemente dos itens patrimoniais comuns, como equipamentos e mobiliário geral, o acervo cultural da PR possui obras reconhecidas internacionalmente como específicas e singulares, dotadas de alto valor histórico, artístico e cultural. Por isso, deu-se continuidade às ações de inventário e verificação dos itens do acervo presidencial pelo grupo de trabalho (GT), formado por servidores da PR, VPR e Instituto Brasileiro de Museus, inclusive o levantamento da situação atual, elaboração de plano de ação e protocolo de atividades, materiais e periodicidades com que devem ser executados.

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Casa Civil não administra imóveis da União. Conforme o Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, o uso e o controle de imóveis residenciais funcionais à disposição da PR compete à SA/SG, a qual forneceu os seguintes quadros por meio de sua Diretoria de Recursos Logísticos (Dilog).

Quadro 21- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Brasília - DF	82	24
Subtotal Brasil		82	24
EXTERIOR	-	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		82	24

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União (SPIUnet).

Análise crítica

O controle dos imóveis de uso especial da Presidência é realizado por meio do SPIUnet, que permite a emissão de relatórios gerenciais, gráficos, plantas e mapas. Além do SPIUnet, a SA/SG utiliza o Siafi para o controle contábil dos imóveis, o pagamento das taxas condominiais e de ocupação, bem como gestão com os outorgados.

A gestão dos imóveis residenciais funcionais administrados pela SA/SG baseia-se no Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993; na Norma Interna VII – 201, da PR e na Instrução Normativa nº 01, da Secretaria de Administração da Secretaria de Governo, de 06 de janeiro de 2016, publicada no Boletim Interno nº 02, de 8 de janeiro de 2016.

No exercício, não foram identificadas situações de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União. No entanto, a Presidência possui uma ocupação de imóvel funcional que se tornou irregular, a qual está em processo de retomada judicial na Justiça Federal.

Em 2017, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) realizou a transferência de 58 (cinquenta e oito) imóveis residenciais funcionais, via SPIUnet, para a UG 110001 – SA/SG, no intuito de atualizar a quantidade de imóveis sobre a responsabilidade da PR, os quais foram reavaliados com base no Anexo I - Pauta IPTU/2017, da Lei nº 5.792/2016.

Quadro 22 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UPC	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Brasília - DF	0	1
Subtotal Brasil		0	1
EXTERIOR	Não consta	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	1

Fonte: SPIUnet.

Quadro 23 - Imóveis sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
110001	9701.01382.500-5	21	Bom	48.278.314,15	17/07/2015	48.278.314,15
110001	9701.01383.500-0	21	Bom	3.849.317,89	09/02/2018	10.099.268,47
110001	9701.01385.500-1	21	Bom	20.273.780,15	17/07/2015	20.273.780,15
110001	9701.01386.500-7	21	Bom	19.601.019,45	17/07/2015	19.601.019,45
110001	9701.01388.500-8	21	Bom	21.207.245,73	13/11/2017	23.253.246,77
110001	9701.04712.500-6	21	Bom	85.077.922,75	09/02/2018	895.243.319,55

Fonte: SPIUnet.

Regime 21 = Uso em Serviço Público

**Quadro 24 - Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da
UPC**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Material	Com Mão de Obra
Ocupados							
Ocupado	9701.03210.500-4	Bom	426.878,63	07/06/2017	327.916,57	54,50	18,05
Ocupado	9701.03224.500-0	Bom	456.390,25	07/06/2017	368.661,36		
Ocupado	9701.03283.500-2	Bom	599.378,08	08/06/2017	461.701,88		
Ocupado	9701.03656.500-0	Bom	423.843,52	06/06/2017	333.642,39		
Ocupado	9701.03982.500-2	Bom	594.084,08	07/06/2017	465.152,89	995,74	1.461,73
Ocupado	9701.04443.500-4	Bom	365.037,49	06/06/2017	254.742,94		
Ocupado	9701.03189.500-1	Bom	363.001,97	07/06/2017	263.586,56		
Ocupado	9701.33580.500-2	Bom	674.896,27	14/02/2017	674.896,27		
Ocupado	9701.03024.500-3	Bom	440.384,97	08/06/2017	294.848,66		
Ocupado	9701.03026.500-4	Bom	549.148,59	06/06/2017	428.279,08	2.022,32	1.598,65
Ocupado	9701.03062.500-0	Bom	812.274,82	06/06/2017	615.471,20		
Ocupado	9701.03150.500-9	Bom	314.576,93	07/06/2017	235.029,56		
Ocupado	9701.03181.500-8	Bom	723.707,94	07/06/2017	560.353,23	57,75	255,47
Ocupado	9701.03187.500-0	Bom	630.635,46	08/06/2017	467.574,35		
Ocupado	9701.03190.500-7	Bom	603.909,87	06/06/2017	473.230,80		
Ocupado	9701.03196.500-0	Bom	448.526,75	07/06/2017	326.565,77	111,72	211,51
Ocupado	9701.03220.500-9	Bom	692.128,57	06/06/2017	521.920,19		
Ocupado	9701.03222.500-0	Bom	1.065.349,09	08/06/2017	830.852,30		
Ocupado	9701.03288.500-0	Bom	520.201,08	06/06/2017	367.035,06		
Ocupado	9701.03296.500-3	Bom	661.339,83	07/06/2017	497.877,75		
Ocupado	9701.03387.500-8	Bom	412.038,35	07/06/2017	314.381,43		
Ocupado	9701.03412.500-2	Bom	356.625,21	07/06/2017	257.209,80		
Ocupado	9701.03413.500-8	Bom	691.512,35	08/06/2017	562.609,62		
Ocupado	9701.03428.500-0	Bom	691.618,57	08/06/2017	529.629,10	16,90	93,54
Ocupado	9701.03436.500-3	Bom	382.607,17	07/06/2017	307.578,24		
Ocupado	9701.03438.500-4	Bom	661.339,83	07/06/2017	497.923,05		
Ocupado	9701.03482.500-4	Bom	556.199,70	06/06/2017	435.330,19	280,31	711,48

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Material	Com Mão de Obra
Ocupado	9701.03489.500-2	Bom	418.364,50	07/06/2017	322.779,17	455,07	48,86
Ocupado	9701.03512.500-6	Bom	418.942,16	17/03/2017	313.765,69	-	-
Ocupado	9701.03595.500-9	Bom	691.512,35	08/06/2017	562.609,62	-	-
Ocupado	9701.03606.500-7	Bom	526.935,04	07/06/2017	357.501,07	1.049,83	1.569,32
Ocupado	9701.03654.500-9	Bom	587.724,95	08/06/2017	450.048,75	-	-
Ocupado	9701.03785.500-1	Bom	617.086,31	06/06/2017	494.950,74	5,79	48,56
Ocupado	9701.04000.500-5	Bom	415.705,94	08/06/2017	306.524,93	129,50	69,41
Ocupado	9701.04032.500-0	Bom	692.128,57	06/06/2017	521.920,19	-	-
Ocupado	9701.04221.500-7	Bom	510.616,13	07/06/2017	374.533,99	-	-
Ocupado	9701.04978.500-3	Bom	449.228,80	06/06/2017	342.837,74	-	-
Ocupado	9701.05035.500-9	Bom	649.508,78	06/06/2017	419.857,23	1.072,14	770,77
Ocupado	9701.03996.500-9	Bom	723.707,94	07/06/2017	560.353,23	-	-
Ocupado	9701.04798.500-5	Bom	723.707,94	07/06/2017	566.497,60	-	-
Ocupado	9701.05834.500-2	Bom	2.826.382,18	08/06/2017	3.954.563,68	21.149,79	28.282,15
Ocupado	9701.03048.500-4	Bom	661.345,62	07/06/2017	497.924,72	-	-
Ocupado	9701.03234.500-5	Bom	414.554,54	07/06/2017	307.501,72	-	-
Ocupado	9701.03246.500-0	Bom	423.744,49	06/06/2017	331.812,41	322,60	1.249,48
Ocupado	9701.03437.500-9	Bom	587.724,95	08/06/2017	450.048,75	215,51	93,54
Ocupado	9701.03889.500-7	Bom	418.804,74	07/06/2017	319.842,68	1.261,13	1.753,96
Ocupado	9701.03900.500-5	Bom	385.469,94	07/06/2017	304.013,72	-	-
Ocupado	9701.04124.500-0	Bom	465.461,96	08/06/2017	373.529,88	-	-
Ocupado	9701.04984.500-6	Bom	415.774,59	06/06/2017	325.574,20	-	-
Ocupado	9701.04082.500-2	Bom	661.339,83	07/06/2017	497.985,12	-	-
Ocupado	9701.33787.500-8	Bom	617.161,72	08/06/2017	486.437,61	-	-
Vagos							
Vago*	9701.03484.500-5	Bom	-	06/02/2018	532.674,00	-	-
Vago*	9701.33775.500-2	Bom	-	06/02/2018	525.902,39	-	-
Vago	9701.03460.500-4	Bom	349.094,68	07/06/2017	251.090,94	-	-
Vago	9701.03671.500-1	Bom	601.715,14	08/06/2017	463.503,13	-	-
Vago	9701.04355.500-6	Bom	425.102,63	06/06/2017	334.053,51	-	-

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Material	Com Mão de Obra
Vago	9701.04979.500-9	Regular	700.444,53	06/06/2017	518.568,37	-	-
Vago	9701.03681.500-6	Regular	572.105,73	07/06/2017	450.148,86	-	-
Vago	9701.27217.500-7	Bom	735.990,75	07/06/2017	506.372,28	-	-
Vago	9701.03098.500-7	Bom	649.508,78	06/06/2017	419.857,23	-	-
Vago	9701.03138.500-3	Bom	7.780.144,41	06/06/2017	379.101,08	5.845,05	8.758,91
Vago	9701.03153.500-5	Bom	630.635,46	08/06/2017	467.574,35	-	-
Vago	9701.03184.500-4	Bom	647.253,41	08/06/2017	467.574,35	5.639,58	7.310,16
Vago	9701.03186.500-5	Regular	356.637,83	07/06/2017	257.222,42	-	-
Vago	9701.03215.500-1	Bom	356.625,21	07/06/2017	257.209,80	-	-
Vago	9701.03219.500-3	Bom	661.339,83	07/06/2017	504.129,49	-	-
Vago	9701.03458.500-3	Bom	561.720,38	06/06/2017	439.654,67	-	-
Vago	9701.03500.500-0	Regular	520.807,17	08/06/2017	405.206,13	-	-
Vago	9701.03527.500-8	Bom	417.134,17	06/06/2017	326.622,28	-	-
Vago	9701.03660.500-1	Regular	354.218,25	07/06/2017	257.422,78	-	-
Vago	9701.03736.500-4	Bom	571.534,38	06/06/2017	470.500,70	2,00	9,87
Vago	9701.04828.500-7	Regular	257.598,88	08/06/2017	245.143,67	-	-
Vago	9701.04919.500-1	Regular	620.488,38	06/06/2017	485.755,63	-	-
Vago	9701.22558.500-8	Bom	525.863,84	07/06/2017	380.364,21	-	-
Vago	9701.33781.500-5	Regular	6.778.900,62	07/06/2017	387.143,39	-	-
Vago	9701.33785.500-7	Regular	432.944,00	08/06/2017	318.116,57	-	-
Total						40.687,23	54.315,42

*Imóvel incluído na lista. Passou a ser administrado pela UG 110001, por meio do termo de entrega emitido pela SPU e transferido via SPIUnet em fevereiro de 2018.

Fonte: SPIUnet.

A SA/SG, responsável pela gestão e destinação dos imóveis funcionais, com base nos critérios estabelecidos pelas normas vigentes, também realiza vistorias no momento da entrega e do recebimento das chaves dos imóveis, por meio da Coordenação-Geral de Administração Geral da Diretoria de Recursos Logísticos (Coage).

Ainda, a Coordenação-Geral de Engenharia da Diretoria de Recursos Logísticos (Coenge) em conjunto com a Coage adotaram melhorias nos processos, fluxos, procedimentos e rotinas da administração patrimonial PR. Isso visa, especialmente, aperfeiçoar a realização de serviços de

manutenções e/ou reparos de benfeitorias nos imóveis funcionais administrados pela SA/SG, com resultados que demonstram a busca contínua desse objetivo. Como exemplo:

- solicitação para a Coage e recebimento prévio de indicação de imóveis próximos a serem cedidos, a fim de realizar vistorias técnicas visuais e promover intervenções necessárias em instalações hidro sanitárias e elétricas para a habitabilidade do imóvel; e
- levantamento e apropriações de custos com execuções de tais intervenções, computadas de forma individualizada por imóvel, pela Coenge, na Central de Serviços da PR, SysAid. Isso é informado a Coage, por meio das solicitações realizadas nos Processos Sei, e/ou por intermédio de e-mails utilizados pela Coage para comunicação e solicitação dessas intervenções, para fins de registros de despesas em sistema alimentado pela Coage – SPIUnet.

Nesse diapasão, ainda que não haja a necessidade de individualizar os imóveis, pois o objetivo do item é que a UPC apresente uma visão gerencial da gestão empreendida sobre esse tema. Ressalta-se que consta no “Quadro Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UPC” as despesas ocorridas com os serviços de manutenções e/ou reparos de benfeitorias nos imóveis funcionais administrados pela SA/SG, no exercício de 2017.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência para planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a política, as diretrizes e a administração de recursos de tecnologia da informação, incluídas a segurança de informações eletrônicas e de recursos de telecomunicações, eletrônica e segurança eletrônica; bem com o desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia dentre outras políticas de Tecnologia da Informação no âmbito da Presidência da República são de competência da SA/SG. Os quadros apresentados a seguir foram obtidos junto à Diretoria de Tecnologia (Ditec) da referida Pasta.

De forma a atender às suas competências, a Ditec organiza-se em quatro coordenações técnicas e uma área de gestão e governança, as quais se vinculam aos seguintes macroprocessos:

1. Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
2. Provimento de Sistemas de Informação;
3. Gestão do Atendimento ao usuário final;
4. Gestão da Segurança da Informação em meios tecnológicos; e
5. Gestão e Governança de TIC.

Em 2017, a Ditec implementou diversas ações com o objetivo de possibilitar a ampliação e o aperfeiçoamento dos processos voltados ao desenvolvimento institucional. Estas iniciativas priorizaram a inovação e a atualização contínua das soluções tecnológicas as quais proporcionaram racionalização de gastos, aumento no desempenho operacional e maior segurança dos serviços de TIC.

A seguir estão listados os principais projetos desenvolvidos pela Ditec, organizados de acordo com os macroprocessos supramencionados.

Quadro 25 - Principais projetos desenvolvidos pela Ditec

Gestão da Infraestrutura de TIC		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Migração do serviço de correio eletrônico utilizado no âmbito da Presidência da República – de Expresso para Outlook/Exchange, contemplando a mudança da gestão desse serviço para a PR, com a transferência da base de dados dos usuários para seu parque computacional e a utilização de software disponível.	Essa iniciativa possibilitou a unificação e padronização da solução tecnológica adotada, promoveu maior segurança, disponibilidade e independência na operação e manutenção do serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC; à necessidade N11 – Domínio tecnológico das plataformas existentes; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (PDTIC/PR) 2015-2018.
Revisão do contrato de serviços para conexão de rede de comunicação de dados de longa distância à internet (INFOVIA).	Aumento em dez vezes da velocidade de conexão e economia com custos destes serviços.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE05 – Aperfeiçoar a Gestão de TIC e ao OE11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC; à Necessidade 33 – Monitoramento do orçamento; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do PDTIC/PR 2015-2018.
Implantação de nova metodologia de gestão dos serviços de telefonia fixa, que abrange 25 centrais telefônicas, 1200 equipamentos de telefonia móvel e 3500 de telefonia fixa.	Melhoria do controle dos recursos de telecomunicações e economia com custos deste serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC; à Necessidade 33 – Monitoramento do orçamento; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do PDTIC/PR 2015-2018.

Repactuação do contrato de suporte aos serviços de distribuição de sinal de TV (IPTV) da PR.	Economia com custos deste serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE05 – Aperfeiçoar a Gestão de TIC e ao OE11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC; à Necessidade 33 – Monitoramento do orçamento; e à meta 28 – Acompanhar contratos e sua ação “Atender ao decreto de redução de custos dos contratos” do PDTIC/PR 2015-2018.
Provimento de Sistemas de Informação		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Implantação e sustentação de solução tecnológica para suportar o Portal de Dados Abertos da PR.	Integração com as demais plataformas de dados abertos do Governo Federal e maior transparência nas informações prestadas aos cidadãos e à sociedade.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T2 – Presidência Digital; à Necessidade 43 – Plano de dados abertos; e à meta 33 e suas ações relativas à publicação do Plano de Dados Abertos e a abertura dos dados do PDTIC/PR 2015-2018.
Consolidação da implantação do Sei, com a incorporação de novas funções técnicas destinadas a aumentar a celeridade na autuação dos processos, tais como a disponibilização do sistema na internet para utilização em ambientes externos à PR e a inclusão de usuários externos.	Redução significativa do uso de papel, dos custos operacionais e de armazenamento da documentação resultando em maior sustentabilidade na gestão documental na PR.	PDTIC/PR.
Implantação do Boletim Eletrônico no Sei-PR, em substituição ao Boletim Interno, permitindo que todas as autoridades competentes da PR, ou servidores por elas designados, possam publicar atos administrativos no boletim eletrônico, não se restringindo mais à SA/SG.	Agilidade na publicação dos atos e facilidade na busca de informações, com o uso do mecanismo que permite consulta parametrizada de conteúdo.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; é ao Tema T2 – Presidência Digital do PDTIC/PR 2015-2018.
Implementação de solução técnica de gerenciamento do ciclo de vida da aplicação, destinada a proporcionar melhorias nas etapas de controle, segurança e padronização do processo de desenvolvimento de software.	Melhoria na qualidade do produto desenvolvido e maior eficiência e eficácia nas entregas de sistemas de informação.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; e ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC do PDTIC/PR 2015-2018.

Elaboração de nova metodologia de desenvolvimento de sistemas e portais.	Melhoria na qualidade, segurança e produtividade.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC; e à meta 18 - Rever modelo de desenvolvimento de portais do PDTIC/PR 2015-2018.
Gestão do Atendimento ao usuário final		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Renovação de cerca de 25% do parque de estações de trabalho da PR.	Melhoria do atendimento aos usuários da PR.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; e ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC do PDTIC/PR 2015-2018.
Revisão do modelo do serviço de outsourcing de impressão.	Melhoria da oferta do serviço.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; e ao Tema T5 – Atendimento de Excelência à Presidência da República e, relação às demandas de TIC do PDTIC/PR 2015-2018.
Gestão da Segurança da Informação em meios tecnológicos		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Aquisição de equipamentos (câmera e coletor de biometria) para a implementação de coleta biométrica para emissão de certificados digitais, de acordo com a resolução nº 14/ITI.	Atender às normas legais para obter maior segurança na certificação digital.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE 02 – Prover soluções de TIC; à necessidade 05 – Certificação Digital; e à meta 2 – Manter capacidade de emissão de certificados digitais com suas ações “Manter adequação às normas do comitê gestor da ICP-Brasil” do PDTIC/PR 2015-2018.
Aquisição de Plataformas Criptográficas Portáteis (PCP) contendo criptografia com algoritmo de estado, desenvolvido pelo CEPESQ (Abin).	Aumento da segurança no manuseio de documentos com grau de sigilo pelo CMRI, bem como garantir a comunicação segura de voz e vídeo entre usuários das PCPs.	Esta ação está alinhada ao OE 06 – Aprimorar a gestão de SI em meios tecnológicos; à necessidade 02 – TIC segura e 03 – Segurança eletrônica do PDTIC/PR 2015-2018.

Prospecção e definição de tecnologia de segurança para uso da telefonia segura (móvel e fixa).	Aumento da segurança das comunicações entre as autoridades do governo federal.	Esta ação está alinhada ao OE 06 – Aprimorar a gestão de SI em meios tecnológicos; à necessidade 02 – TIC segura e 03 – Segurança eletrônica; e à meta 05 – Garantir a segurança eletrônica e das comunicações da Presidência da República com sua ação “Prospectar solução de telefonia móvel segura” do PDTIC/PR 2015-2018.
Gestão e Governança de TIC		
AÇÃO	RESULTADOS	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
Análise e implementação dos seguintes processos de gestão ITIL (Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço, Gerenciamento de Mudanças, Gerenciamento de Incidentes, Requisição de Serviços e Gerenciamento de Problemas), com revisão e adequação da ferramenta Sysaid.	Melhoria da governança e gestão dos serviços de TIC; melhoria da eficiência e eficácia no atendimento às demandas de TIC; melhoria da qualidade do atendimento aos usuários dos órgãos da PR; facilidade no registro e acompanhamento das solicitações; e atendimento às recomendações da Ciset.	Esta ação está alinhada ao Objetivo Estratégico 05 – Aperfeiçoar a gestão de TIC; à necessidade 29 – Aprimorar maturidade em Governança; e à meta 26 – Implantar Governança do PDTIC/PR 2015-2018.
Implantação da nova estrutura organizacional da Ditec.	Reorganização de serviços afins; otimização dos processos de trabalho, de forma a não aumentar o quantitativo de servidores; e melhoria da gestão de TIC.	Esta ação está alinhada ao OE 03 – Promover entrega de valor estratégico das soluções de TIC e 05 – Aperfeiçoar a gestão de TIC; à necessidade 29 – Aprimorar maturidade em Governança; à meta 26 – Implantar Governança e à 31 – Propor readequação da estrutura do PDTIC/PR 2015-2018.

Fonte: Ditec, março de 2018.

6.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 26 - Principais sistemas de informações em uso pela CC/PR

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA						
Nome - Sigla	Área responsável	Objetivo	Responsável técnico	Criticidade	Manutenção	Despesa anual manutenção
Sistema de Termo de Classificação da Informação (TCI)	Gabinete da Casa Civil	Receber e controlar os TCIs dos órgãos da Administração Pública Federal (APF).	Marco Aurélio Costa	Alta	Própria	-
Sistema de Geração de Tramitação de Documentos Oficiais (Sidof)	Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ)	Gerar e controlar a tramitação de documentos oficiais, que são assinados pelo Presidente da República e Ministros de Estado.	César de Jesus Moutinho	Alta	Terceirizada	R\$ 58.655,06
Portal da Legislação	SAJ	Publicar atos da legislação federal, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU), permitindo também a inscrição para recebimento de resumos diários (<i>push</i>).	Nyanne Araújo Bonifácio	Alta	Terceirizada	-
Sistema de Consolidação de Atos Normativos (Sican)	SAJ	Gerenciar os atos normativos presidenciais.	Paulo Giovanni Rodrigues Souza	Média	Própria	-
Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc)	SAJ	Acompanhar, gerenciar e organizar o fluxo de indicações para cargos em comissão e outros, que são submetidos à PR por força dos Decretos nº 8.821/16 e nº 8.945/16 e, também, as indicações de competência do Presidente e do Ministro de Estado Chefe da CC/PR.	-	-	-	-

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA						
Nome - Sigla	Área responsável	Objetivo	Responsável técnico	Criticidade	Manutenção	Despesa anual manutenção
Base da Legislação – RefLegis (Lotus Notes)	SAJ	Banco de dados e um sistema de buscas: - Como banco de dados, armazena as fichas descritivas com referências sobre os atos normativos - fichas referenciais, que são as informações detalhadas dos atos, tais como sua origem (Poder Legislativo, Poder Executivo, referendas, etc.); e - Como sistema de busca, permite localizar os atos, a partir das informações cadastradas nas fichas referenciais. Registra todas as atualizações dos atos normativos contidos no Portal da Legislação.	-	-	-	-
Sistema de Nomeações (Sisnom)	SAJ	- Sistema de gerenciamento de indicações que são submetidas à CC/PR, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto nº 8.821/16 e do inciso II do art. 22 do Decreto nº 8.945/16. - Indicações de competência do Presidente da República e do Ministro de Estado Chefe da CC/PR também são gerenciadas neste sistema, nos termos do inciso IX do caput do art. 10 do Anexo I ao Decreto nº 8.889/16. - Disponibiliza, ainda, dados históricos da indicação e de sua publicação no DOU. - As informações das indicações (nome do indicado, CPF, RG, data de aprovação, data de publicação no DOU, código do cargo a ser provido, estrutura hierárquica do cargo, etc.) são registradas pela equipe da SAJ e atualizadas diariamente.	-	-	-	-

Fonte: Casa Civil, março de 2018.

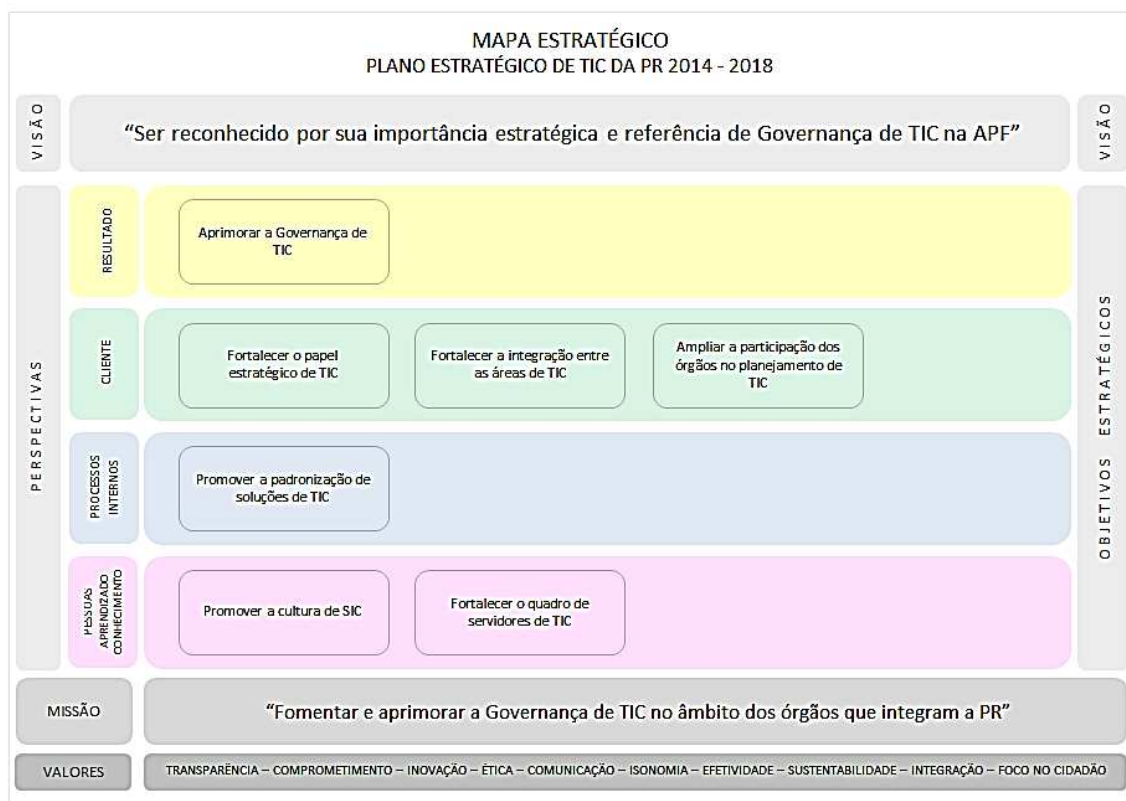
Vale ressaltar que em 2017 a CC/PR participou ativamente da implantação do Sei em todo o órgão e entidades vinculadas. Dessa forma, o órgão cumpriu determinação do Decreto nº 8.539/2015, para emprego de sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência para planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a política, as diretrizes e a administração de recursos de tecnologia da informação, incluídas a segurança de informações eletrônicas e de recursos de telecomunicações, eletrônica e segurança eletrônica; bem com o desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia dentre outras políticas de Tecnologia da Informação no âmbito da Presidência da República são de competência da SA/SG. Os quadros apresentados a seguir foram obtidos junto à Ditec da referida Pasta e combinados à análise crítica desta CC/PR.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (PETIC/PR) foi elaborado originalmente em 2014 e revisado, em 2017, por um GT constituído pela Resolução nº 5, de 11 de outubro de 2017, do Comitê de Governança Digital (CGD), e tem como objetivo apresentar, de forma estruturada e de fácil entendimento, os Objetivos Estratégicos, as Diretrizes e Princípios que regem a TIC, no âmbito dos órgãos integrantes da PR.

A figura a seguir apresenta o Mapa Estratégico de TIC da PR, que apresenta sua Missão, Visão e Valores, organizando, de uma maneira lógica, a relação de causa e efeito entre os Objetivos Estratégicos resultantes da Análise Ambiental e as perspectivas que montam as dimensões estratégicas.

Figura 4 – Mapa Estratégico PETIC/PR 2014-2018

Fonte: Ditec, março de 2018.

O PDTIC da Ditec possui vigência de 2015 a 2018 e foi baseado na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC) 2014-2015 e na Estratégia de Governança Digital (EGD), que é o atual documento orientador e integrador das iniciativas relativas à governança digital na APF.

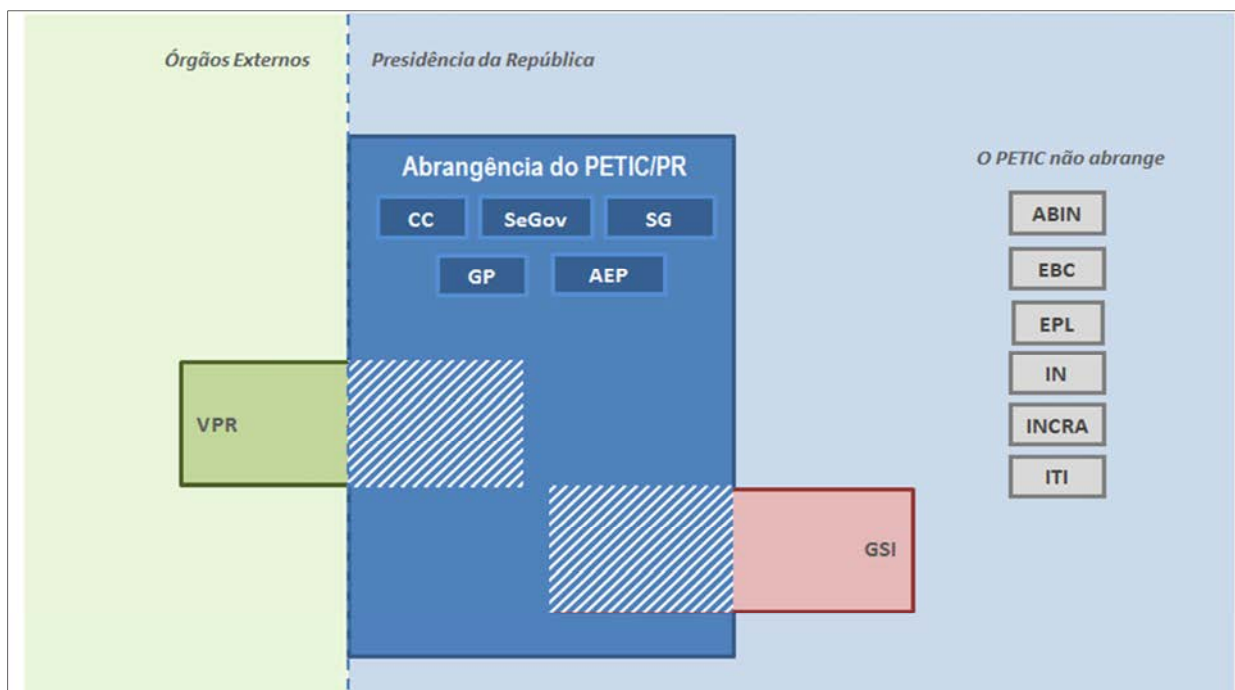
A construção do PDTIC segue as recomendações do PETIC/PR 2014-2018 e define cinco diretrizes principais, as quais estão elencadas na figura abaixo, com seus respectivos relacionamentos com o PETIC.

Figura 5 – Diretrizes do PDTIC/PR

DIRETRIZ	PD do PETIC
D01 Soluções de TIC alinhadas às conformidades regulatórias pertinentes (EGTIC, EGD, PEI, PETIC, Normativos de SIC e Acórdãos do TCU)	PD01, PD02, PD19
D02 Continuidade dos serviços e projetos estratégicos de TIC alinhados aos objetivos do negócio dos órgãos da PR	PD17, PD18
D03 SI em meios tecnológicos em consonância com as normas do GSI e APF	PD12, PD19
D04 Participação na formulação das políticas de TIC nas instâncias colegiadas da APF (SISP, CGTI, CGSI, CG-ICP Brasil)	PD03, PD05, PD16
D05 Aplicações e serviços padronizados e seguros, contemplando, dentre outros, o uso de dispositivos móveis e de tecnologias abertas.	PD04, PD06, PD07, PD08, PD09, PD10, PD11, PD12, PD13, PD14, PD15, PD19

Fonte: Ditec, março de 2018.

A Presidência da República está composta por Órgãos Integrantes, Órgãos de Consulta, Órgão vinculado, Órgãos de Assessoramento Imediato e Conselhos, atualmente atendidos direta ou indiretamente pela área de Tecnologia, conforme demonstrado a seguir:

Figura 6 - Abrangência do PETIC e PDTIC/PR

Siglas: GP – Gabinete Pessoal; EBC – Empresa Brasil de Comunicação; EPL – Empresa de Planejamento e Logística; Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; e ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Fonte: Ditec, março de 2018.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A PR, por meio da SA/SG, vem adequando aos seus princípios e valores a política dos 5R's (Recuperar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar). Nesse contexto, a SA orienta suas ações e atividades com o propósito de propiciar atitudes racionais de utilização dos recursos naturais e bens públicos pelos usuários das instalações da PR, focando na promoção da mudança de paradigma, invertendo a lógica das manutenções corretivas por preventivas e preditivas, privilegiando/intensificando essas últimas.

Além disso, a PR tem buscado implementar uma agenda ambiental com impacto em todas as áreas de sua atuação e incluir essa agenda no conjunto de estratégias da Instituição. Nessa linha, objetivando imprimir sua própria identidade sustentável, a PR, também por meio da SA/SG, vem adotando sistematicamente medidas técnico-administrativas que visam à promoção da racionalização do uso dos recursos disponíveis e a preservação ambiental.

Grupo de Trabalho e o PR Sustentável

Em 2017, foi criado o GT Sustentabilidade, composto por servidores de diversas áreas da Presidência da República para promover e acompanhar ações de sustentabilidade no âmbito da Presidência da República. Alguns dos principais focos de atuação do grupo são: elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) e proposta para instituição da Comissão Gestora do PLS.

Desde sua criação, o GT Sustentabilidade cumpre o papel de canal de comunicação entre a Presidência e seus servidores e colaboradores.

O GT também atua no acompanhamento do consumo de água, energia elétrica e material de consumo com foco no consumo consciente.

Mudança de Cultura na PR

Foi criado o Programa PR Sustentável por meio do qual foram realizadas ações de sustentabilidade em parceria com diversas áreas da PR. Merece destaque a renovação da reserva verde da Presidência da República, com o plantio de mais de oitenta novas mudas de árvores em nas dependências da Presidência.

O Programa PR Sustentável implementou, ainda, ações voltadas para a mudança de cultura organizacional com propósito de remover crenças limitantes e conscientizar as pessoas quanto à importância da preservação ambiental. Dentro dessa premissa, o PR Sustentável organizou palestras educativas sobre o tema e estabeleceu diálogo com outras instituições no sentido de promover a troca de vivências e de informações.

Comissão de Gestão Ambiental

Instituída em 2012, a Comissão de Gestão Ambiental da Presidência da República atua na ampliação do pensamento sustentável e na difusão da consciência ambiental entre os servidores, colaboradores e fornecedores. Desde que foi estabelecida, a Comissão cuida da elaboração da Agenda Ambiental da Presidência da República e tem a atribuição de coordenar e fiscalizar o Programa de Coleta Seletiva Solidária.

A atuação da referida Comissão é alinhada com os seguintes objetivos:

- Promover a reflexão sobre os problemas ambientais;
- Estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; e
- Estimular e promover mudanças de hábitos de seus membros, demais servidores e colaboradores em atividade na Presidência da República. Em 2017 uma nova comissão foi instituída pela Portaria SA nº 194-A, de 30 de maio de 2017. A Portaria SA nº 194-B, de 30 de maio de 2017, designou os servidores para compor a Comissão.

Coleta Seletiva Solidária

No exercício de 2017, foi realizado procedimento para seleção de quatro cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis para o recolhimento dos resíduos recicláveis descartados pela Presidência da República para os dois anos subsequentes: 2018 e 2019, cumprindo cada entidade selecionada o encargo do recolhimento por seis meses, nos termos do Decreto nº 5.940/2006.

Durante 2017, enquanto o processo de seleção de cooperativas não havia sido concluído, a coleta foi realizada em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

A Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais recicláveis e Resíduos Sólidos - RECICLO é atualmente a entidade responsável por realizar a coleta dos resíduos recicláveis na Presidência da República. Com 30 cooperados e com sede no Recanto das Emas/DF, a referida cooperativa realizará a coleta dos materiais recicláveis um período de seis meses. A formalização do acordo se deu por meio do Termo de Compromisso nº 03/2017, publicado no D.O.U nº 247, de 24 de dezembro de 2017.

A ordem de classificação das entidades foi a seguinte: 1º: RECICLO; 2º: Construir – Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Ambiental; 3º COOPERNOS – Cooperativa de trabalho e de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança; 4º: ARCAN – Associação dos Recicladores de Resíduos Sólidos da Candangolândia.

Cada uma dessas cooperativas irá explorar a coleta dos materiais recicláveis pelo período de 06 (seis) meses, sucessivamente, conforme a ordem de classificação, publicada no D.O.U nº236, de 11 de dezembro de 2017.

Medidas de racionalização dos recursos naturais

A sustentabilidade é pauta prioritária da Secretaria Geral, seja nas ações específicas executadas por meio do GT Sustentabilidade, do Programa PR Sustentável, da Comissão de Gestão Ambiental ou nas atividades cotidianas.

Com foco no uso racional da água, diversas ações foram implantadas em 2017.

Os protocolos de higienização, asseio e limpeza das áreas internas, externas, esquadrias e vidraças foram alterados. As mangueiras ligadas diretamente à rede hidráulica foram substituídas por regadores e baldes, permitindo assim a dosagem da quantidade de água a ser empregada em cada operação, evitando desperdícios e gerando economia.

Houve também a inclusão de meios tecnológicos para o serviço de limpeza, possibilitando que a limpeza de uma grande área pavimentada seja realizada de forma rápida e por apenas dois operadores. Essa nova forma de limpeza reduziu consideravelmente o consumo de água e de produtos de limpeza.

Nesse mesmo propósito, foi adotado um novo conceito para “carro sujo”, que impactou em uma nova metodologia para lavagem dos veículos da frota oficial. Antes da medida, os veículos eram lavados diariamente, o que elevava o consumo de água. O novo conceito trouxe inovação às operações de limpeza dos carros ao implantar um sistema de lavagem a seco, que higieniza o veículo internamente, diminuindo a frequência com que são lavados. Assim, o conjunto de ações implantadas produziu, neste setor, uma redução de consumo de oitenta metros cúbicos de água para vinte metros cúbicos/mês.

De forma ampla, ações de conscientização foram iniciadas junto aos colaboradores no sentido de reavaliar os procedimentos de limpeza e de utilização de materiais e de recursos naturais. Os primeiros resultados foram percebidos na diminuição do quantitativo de material envolvido nas operações e do volume de água e de energia elétrica empregados nos trabalhos.

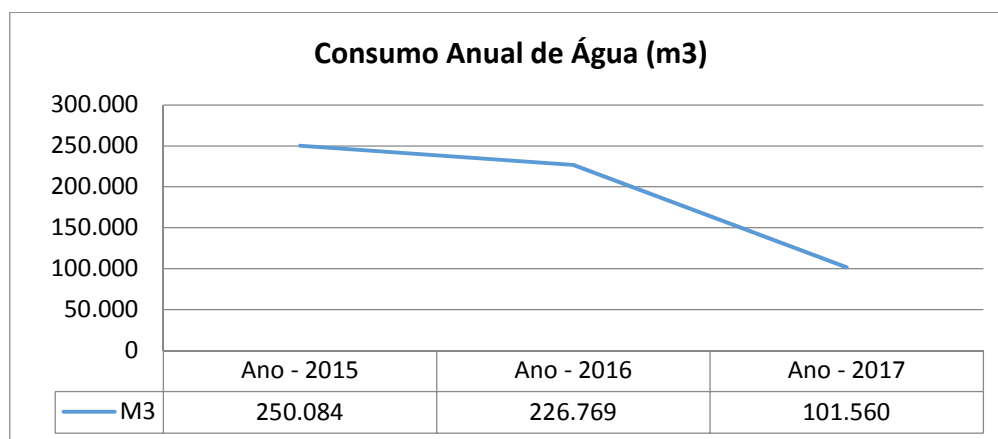
Essa parceria com os colaboradores produz consciência sustentável e se traduz em ações práticas. Cumpre esclarecer que as áreas continuam sendo limpas com a mesma eficiência, sem perda da qualidade dos serviços prestados.

Ainda sobre o uso da água, foram adotadas medidas de prevenção e controle do consumo com a implementação de hidrometração de trechos das redes de abastecimento de água das edificações. Tal ação permitiu o controle mais preciso dos índices de consumo de

água por secções, a gradativa revisão dos equipamentos hidro sanitários, com a finalidade de sanar possíveis vazamentos de água existentes.

Estas ações foram iniciadas ao final de 2016, continuadas no exercício de 2017, e, desde então, vem promovendo impactos ambientais e econômicos positivos para Presidência da República, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 9 – Consumo anual de água da PR nos últimos três anos



Fonte: Dilog, março de 2018.

Ao final do exercício de 2017 foram iniciadas tratativas com a Universidade Católica de Brasília – UCB, com o objetivo de promover o intercâmbio de informações, cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural para revitalização do Sistema de Reuso de água do Palácio do Planalto, por intermédio de um Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

Além do esforço realizado com foco no uso racional da água, em 2017, o consumo de energia elétrica também esteve em foco. A Coordenação-Geral de Engenharia, da SA/SG, realizou estudos e ações com o objetivo de promover maior eficiência no consumo de energia elétrica e modernizar a parte energética das edificações da PR por meio de retrofits de ativos operacionais e instalações elétricas e hídricas, além de adequação de procedimentos.

Um fato importante foi a recuperação do Sistema de Automação do Palácio do Planalto que liga/desliga remota e automaticamente os aparelhos condicionadores de ar e a iluminação, monitora as ocorrências de falhas nos elevadores e no sistema de combate a incêndios, controla o nível de CO₂ nas garagens dos subsolos acionando o sistema de exaustão, além de acompanhar o consumo de água e energia elétrica do Palácio do Planalto.

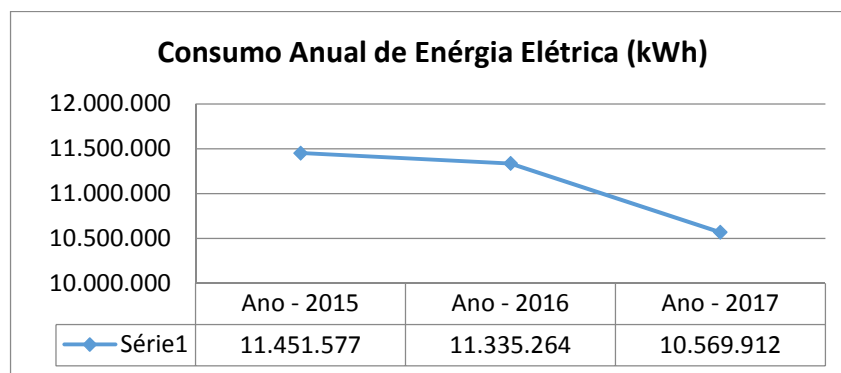
Foi iniciado, também, um projeto de aprimoramento do sistema de iluminação externa do Palácio do Planalto, com o intuito de oferecer melhoria na eficiência e modernização energética. Na primeira etapa foram substituídas as 84 luminárias embutidas no piso e 28

canhões posicionados nas laterais do Palácio do Planalto por lâmpadas de LED, possibilitando uma economia energética estimada de aproximadamente 36.000 kWh por ano.

Em 2017 teve continuidade a troca de lâmpadas comuns, a vapor e fluorescentes por lâmpadas frias, de LED, bem como de aparelhos de ar condicionados de janela por aparelhos do tipo *Split*. Foram realizados *retrofits* em quadros elétricos e bem como a divisão de circuitos elétricos, principalmente, em grandes espaços físicos (galpões) dos imóveis do Complexo da Via N2 da PR. As ações realizadas têm como fim mitigar possíveis desperdícios de energia elétrica.

O gráfico abaixo apresenta o consumo de economia energia elétrica na Presidência da República nos anos de 2015, 2016 e 2017:

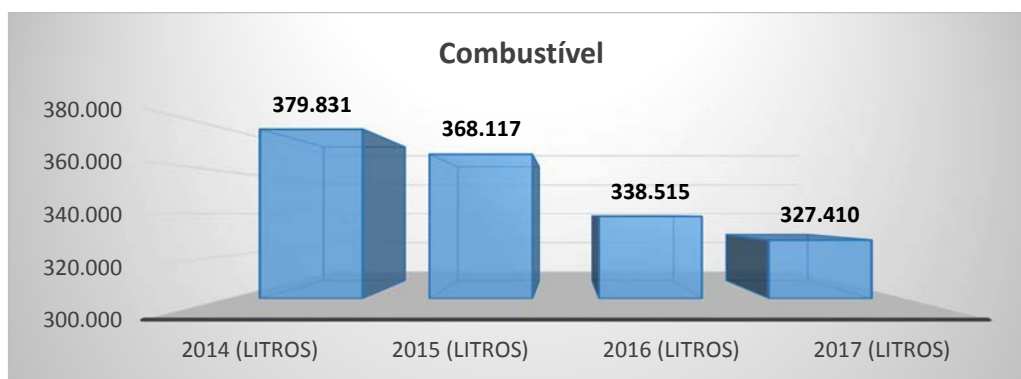
Gráfico 10 – Consumo de água na PR nos últimos três anos



Fonte: Dialog, março de 2018.

Ainda com foco na gestão ambiental e na sustentabilidade, em 2017, a SA/SG realizou a contratação de empresa especializada para elaboração de estudos ambientais com vistas à futura desativação do posto de combustível existente nas dependências da Presidência da República. O estudo foi concluído e protocolado no Instituto Brasília Ambiental. A PR aguarda autorização ambiental (AA) para dar continuidade ao processo.

Observa-se, também, uma redução no número de quilômetros rodados, comparando-se os anos de 2016 e 2017, que resultou na redução do uso de combustível fóssil, e, conseqüentemente, redução da emissão de poluentes. O gráfico abaixo demonstra a evolução do consumo de combustível em litros.

Gráfico 11 - Evolução do consumo de combustível em litros

Fonte: Dialog, março de 2018.

Tecnologia e Sustentabilidade

Uma das realizações alcançadas no ano de 2017 foi a implantação do Sei. Desde 2 de janeiro de 2017, todos os novos processos gerados no âmbito da Presidência da República passaram a tramitar em formato eletrônico, evitando, portanto, a impressão excessiva de documentos. Essa medida se adequa ao estabelecido no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, do qual destaca-se:

- Promover a eficiência administrativa, conferindo segurança, transparência e economicidade, além de maior acesso do cidadão às instâncias administrativas;
- Substituição do suporte físico de documentos institucionais por meio eletrônico, possibilitando compartilhamento de informações em tempo real;
- Economia ao Erário;
- Navegabilidade e usabilidade (sistema amigável sob o ponto de vista do acesso de usuário); e
- Acesso remoto, por múltiplos usuários e com níveis de controle.

Cabe destacar, ainda, que no exercício de 2017, a SA/SG, por meio da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, estabelecida pela Portaria nº 184, de 7.8.2015, DOU de 10.8.2015, deu continuidade ao processo de eliminação de documentos que se encontravam com seu prazo de guarda expirado e, conseqüentemente passíveis de eliminação, eliminando 854 (oitocentos e cinquenta e quatro caixas), correspondente a 92,26 metros lineares de arquivo de processos relativos à área de Organização e Funcionamento, Pessoal, Material, Patrimônio, Documentação e Informação e Comunicações, do período de 1992-1998, da Presidência da República.

Com esse trabalho, o material gerado pela eliminação foi doado à Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos – Reciclo/DF, entidade selecionada pelo Programa Coleta Seletiva Solidária, responsável pelo Termo de Compromisso nº 03/2017, assinado junto a Presidência da República.

6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Secretaria-Geral da Presidência da República atua na adequação, racionalização e otimização dos recursos disponíveis orientando e acompanhando a execução dos serviços prestados, por meio de seus gestores e fiscais, de modo a garantir que as contratadas adotem sempre procedimentos ambientalmente corretos. Essa consciência afeta o setor de compras também. Os setores de logística trabalham com foco em resultados, ou seja, maior custo-benefício, redução de custos e menor impacto ambiental.

Neste contexto, sem prejuízos à livre concorrência e à competitividade dos certames, em observância ao Decreto nº 7.746/2012, são incluídas nos termos de referência e editais cláusulas que visem garantir que serão adotados critérios de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente nas contratações. Citamos como exemplo as compras de copos descartáveis, lápis e sacos de lixo biodegradáveis, os quais, em contato com o solo, entram em decomposição em no máximo noventa dias. No setor de material de limpeza, sempre que possível, as compras são direcionadas para a aquisição de produtos que respeitem o meio ambiente.

Com o advento da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, os estudos preliminares referentes às novas contratações de compras e serviços já incluem esses critérios de sustentabilidade como padrão.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de Acesso do Cidadão

São instrumentos de informação dos resultados de governo à sociedade:

1. A mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional (CN), preparada pela Casa Civil da Presidência da República (CC/PR);
2. A publicidade institucional, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Comunicação Social da PR (Secom);
3. As redes sociais; e
4. A publicação do Relatório de Gestão (RG) no sítio da CC/PR; e
5. Os informes realizados para os membros da sociedade civil que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes).

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), estabeleceu novos paradigmas para a relação entre as instituições públicas e o cidadão.

A CC/PR, além de contar com instrumentos da transparência ativa como o correio eletrônico casacivil@presidencia.gov.br e o sítio www.casacivil.gov.br, integra o Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto (SIC/PP), instituído a partir da LAI.

Dados estatísticos e gerenciais relativos ao atendimento e ao encaminhamento das demandas recebidas pela CC/PR, em 2017, encontram-se disponíveis anexo 3 deste RG.

Cumprе mencionar que em 05 de maio de 2017, foi instituída a Ouvidoria da Presidência da República, unidade vinculada à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset), por meio da entrada em vigor do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

No portal da CC/PR, encontram-se, também, os seguintes dados institucionais:

- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);
- Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo I, Ala B, sala 107. CEP: 70150-900;
- Telefones: (61) 3411-5964 / 5965;
- E-mail: sicplanalto@planalto.gov.br; e
- Horário de funcionamento: das 09:00 às 18:00.

A figura a seguir exibe o *link* para o cidadão (Aprenda a fazer um pedido de informação), existente na página da CC/PR. Os arquivos, baixados após clicar na extensão

desejada, estão disponíveis em formato DOC (Microsoft Word) e em formato aberto ODT (*OpenDocument.org*).

Figura 7 - Aprenda a fazer um pedido de informação



Fonte: <http://www.casacivil.gov.br/acesso-a-informacao/acesso-a-informacao-1>

Ao receber representantes dos mais diversos segmentos, que demandam contato com o Ministro de Estado Chefe da CC/PR; participando de audiências públicas e debates relacionados aos temas sob sua responsabilidade e área de competência; e integrando colegiados de políticas públicas, a CC/PR relaciona-se com a sociedade. A coordenação e a participação no Conselho Nacional para a Desburocratização – Brasil Eficiente e no Comitê Interfederativo (CIF), criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, são exemplos deste relacionamento.

Em 2017, o CIF promoveu dois seminários, um em Brasília e outro no município de Linhares – ES, em que foram expostos os resultados obtidos até o momento. Adicionalmente, o evento representou oportunidade dos impactados se manifestarem quanto aos problemas/desafios decorrentes do Desastre, bem como sobre a atuação da Fundação Renova na execução dos programas.

A SAJ, por sua vez, contribuiu com diversas ações que envolveram o relacionamento

com o cidadão, utilizando-se de formas diferenciadas para resposta, tais como: submissão de artigos à Revista Jurídica, abertura de consulta pública, encaminhamento de respostas ou informações via processos.

Entre os dias 31 de outubro e 13 de novembro de 2017, a SAJ recebeu contribuições da sociedade sobre a minuta de Decreto que regulamentou a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração). Foram recebidas 476 contribuições da sociedade civil.

Em 13 de novembro de 2017, representantes da SAJ, em parceria com representantes dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho, receberam alguns membros da sociedade civil para participar de uma audiência pública ocorrida no auditório do Palácio da Justiça, para debater a Minuta de Decreto que regulamentou a Lei nº 13.445/2017.

A SAJ, por sua natureza jurídica, é a unidade da CC/PR que recebe requisição de informações/documentos e recomendações do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Neste ponto, a interação com as instituições acima mencionadas, bem como com outras entidades que eventualmente apresentam solicitações de informação à CC/PR, tais como Frente Parlamentar da Agricultura e Assembleias Legislativas, também foi considerada relacionamento com a sociedade.

Dentre as ações de interlocução com a sociedade, o Centro de Estudos Jurídicos, por sua vez, promoveu a realização da 12ª edição de Programa de Intercâmbio, realizado em julho/2017, com a participação de 19 (dezenove) estudantes de graduação e de pós-graduação, que puderam estreitar os laços com órgãos do Executivo que atuam no processo legislativo, democratizando o conhecimento sobre esse processo, realizando visitas técnicas a órgãos dos Três Poderes e atividades práticas como elaboração de notas SAJ, minutas de projetos de lei, orientados pelos assessores da SAL e da SAJ.

As demais atribuições do Centro de Estudos são: a publicação da Revista Jurídica da Presidência e a elaboração do Manual de Redação da Presidência da República, canais diretos de acesso ao cidadão por meio do site do Planalto.

Por fim, ressalte-se que a SAJ respondeu e validou 517 (quinhentos e dezessete) pedidos de acesso à informação de responsabilidade da SAJ e de outros órgãos da Casa Civil, conforme a LAI.

A Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (Secep), por sua vez, preza por estabelecer um relacionamento aberto com a sociedade. Os instrumentos de contato são variados, mas se destacam o portal <http://etica.planalto.gov.br>, o e-mail etica@presidencia.gov.br e o atendimento e recebimento constantes de consultas e denúncias por meios eletrônico e físico, e por telefonemas.

Já o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes) tem por objetivo justamente o diálogo com a sociedade civil. Esse papel é exercido no cotidiano de suas atividades por meio de grupos de trabalho, reuniões de interação com o governo, seminários e colóquios, entre outras. O ponto culminante das interações se dá nas reuniões plenárias, que de modo geral ocorrem de três a quatro vezes por ano.

No ano de 2017, em consonância com a característica de promoção do diálogo do Cdes, com transparência e participação social, a Sedes reativou e ampliou a participação do Conselho nas redes sociais e iniciou o processo de reformulação do seu *Website*. Essa nova visão vem possibilitando um canal direto de comunicação entre o Conselho e a sociedade, incrementando a transparência e a publicidade das atividades do Cdes.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A CC/PR não oferta serviço público individualizado a pessoas físicas ou jurídicas e, portanto, não possui Carta de Serviços. Entretanto, a Casa Civil apoiou o avanço institucional deste tema em dois instrumentos legais recentes:

1. Lei nº 13.460/2017, que dispôs sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; e
2. Decreto nº 9.094/2017, que dispôs sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratificou a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e instituiu a Carta de Serviços ao Usuário.

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A CC/PR não presta serviços de atendimento diretamente ao cidadão. Na Comissão de Ética Pública (CEP), contudo, há processos que são instaurados a partir de denúncias enviadas por cidadãos, mas, mesmo quando processadas, o processo instaurado envolve apenas a CEP e a autoridade denunciada, tramitando sob a chancela de reservado até sua conclusão.

Deve-se destacar que uma das principais atividades da CEP e da Secep é a disseminação da ética no Poder Executivo Federal. Nesse caso, o grau de satisfação dos usuários (membros de comissões de ética e servidores em geral) é aferido pelas avaliações qualitativas pelos que participam das capacitações e eventos.

7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em geral, o Portal da Casa Civil, acessado pelo *link* www.casacivil.gov.br, dispõe de informações sobre a atuação do órgão, sobre as unidades integrantes e entidades vinculadas, ações e programas prioritários de governo, notícias, fotos, vídeos, Serviço de Informação ao Cidadão, Relatórios de Gestão, Relatórios de Auditoria, entre outros conteúdos considerados úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão.

No Portal da Casa Civil são divulgadas informações institucionais e organizacionais da Casa Civil da Presidência da República, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades (quem é quem), agenda de autoridades, horários de atendimento e legislação da Casa Civil. Nele, dispõe de informações sobre a atuação do órgão, sobre as unidades integrantes e entidades vinculadas, ações e programas prioritários de governo, notícias, fotos, vídeos, Serviço de Informação ao Cidadão, Relatórios de Gestão, Relatórios de Auditoria, entre outros conteúdos considerados úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão.

Na seção “Relatórios estatísticos” do site do Governo Federal referente ao Acesso à Informação, destaca que desde 1º de junho de 2013, estão disponíveis, para acompanhamento por qualquer pessoa, os relatórios estatísticos sobre pedidos e recursos realizados no âmbito da LAI, com base em dados extraídos, diariamente, do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Tais relatórios permitem que o cidadão monitore a implementação da LAI e verifique o desempenho dos órgãos e entidades. É possível consultar dados consolidados de todo o Poder Executivo Federal ou dados específicos de um órgão/entidade cadastrado no e-SIC, sem a necessidade de cadastro prévio no sistema. Os relatórios podem ser visualizados no próprio navegador ou exportados em diversos formatos pelo usuário.

A Casa Civil da Presidência da República presta contas à sociedade por meio do Processo de Contas Anuais. Esse processo resulta na elaboração de relatórios de gestão, com informações sobre as atividades das unidades, suas estratégias de atuação, recursos humanos e estrutura, programas e ações, fluxo financeiro, despesas, indicadores e outros. As informações dos Relatórios de Gestão de cada órgão da Poder Executivo Federal são verificadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e, depois, submetidas ao Tribunal de Contas da União (TCU), após o que são divulgadas à sociedade, em cumprimento ao Art. 20-B do Decreto nº 3.591/2000.

Links:

<http://www.casacivil.gov.br/>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/agendas-da-casa-civil>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/convenios>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/despesas>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao->

sic

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/servidores>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao-1>

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/relatorios-dados/relatorios->

estatisticos/relatorios-estatisticos

<http://www.casacivil.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/a-casa-civil>

No sítio da CEP, em particular, podem ser encontradas as atas das reuniões do colegiado, a compilação do regramento ético, os principais precedentes relativos ao Sistema de Gestão da Ética (catalogados por assunto) e informações sobre os cursos e eventos promovidos pela Comissão, além do Relatório anual dos resultados das visitas técnicas e a agenda do Secretário-Executivo.

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em 2017, dando continuidade ao projeto de reestruturação de front-end e aprimoramento de acessibilidade e usabilidade do Portal Participa (<http://participa.br>), foram desenvolvidos novos temas para o perfil de usuário e gestão de comunidades. Este projeto encontra-se em fase de homologação, estando a implantação em produção prevista para o primeiro semestre de 2018.

Em acompanhamento e execução dos compromissos firmados no Plano de Trabalho encaminhado ao Ministério Público Federal, pelo Relatório Circunstanciado de Acessibilidade Digital, foi desenvolvida uma nova versão para o IDG-Plone, com a correção de falhas e erros de acessibilidade que foram detectados na validação automática para o Portal da Secretaria de Governo da PR (Portal Segov). A atualização em produção do Portal Segov está prevista para o primeiro semestre de 2018. Essa versão também poderá ser utilizada nos demais portais da Presidência.

A preocupação com a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e de transportes também tem sido enfatizada na gestão organizacional da Presidência da República, desde 2013, quando se implantou o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PIPD), que tinha como objetivo a promoção efetiva de utilização dos recursos e serviços da Presidência da República pelas pessoas com deficiência.

Considerando-se as obras já realizadas, destacam-se ao final de 2017 os seguintes avanços, tais como:

- rotas externas de acessibilidades nos Palácios do Planalto, da Alvorada e do Jaburu;
- adaptações de banheiros e exclusivos e de elevadores com botoeira em braille e alerta sonoro, principalmente, nos Anexos I, II e III do Palácio do Planalto;
- auditório do Anexo I do Palácio do Planalto com requisitos de acessibilidade arquitetônica;
- rampas e banheiros adaptados no percurso destinado às visitas públicas dos Palácios do Planalto e da Alvorada;
- destinação de espaço físico acessível para o PIPD, com troca de maçaneta da porta para maçaneta acessível, ação que deve ser revista para possível ampliação na Presidência da República; e
- confecção de novas rampas de acessibilidade (metálicas, portáteis, removíveis, com inclinações adequadas à mobilidade de portadores de necessidades especiais) à piscina

do Palácio da Alvorada, que são instaladas quando de visitação pública.

Salienta-se que a implementação de ações para novas programações e sinalizações visuais e outras que visem quaisquer adaptações arquitetônicas internas nessas edificações, no âmbito de competência da Coordenação-Geral de Engenharia da Diretoria de Recursos Logísticos (Coenge), deverão ser objeto de amplo debate com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por se tratar de edificações tombadas, com inventários de Contextualização Histórica, Política e Arquitetônica realizada por aquela Superintendência, desde 2009.

Por fim, em 2017, o PIPD da Presidência da República foi incorporado ao processo de redesenho do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da PR. Destaca-se que nesta revisão pretende-se ampliar o contexto da inclusão para além da pessoa com deficiência, avançando para outros segmentos da diversidade humana como gênero e etnia.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (Dirof) forneceu a esta Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) as seguintes informações:

8.1.1. Aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10

A Presidência da República (PR) deprecia seus bens móveis e imóveis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

8.1.2. Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

8.1.2.1. Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

Consiste no disposto no Manual Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) – item 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações. Além disso, é utilizada a metodologia constante na Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e de depreciação dos bens imóveis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais.

8.1.2.2. Ativo Imobilizado – Bens Móveis

Consiste no disposto no Manual Siafi – item 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações.

8.1.3 Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

8.1.3.1. Ativo Imobilizado – Bens Imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis da PR são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União (SPIUnet). Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

a) seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

b) houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
e

c) seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado, mensal e automaticamente, pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão; e

x = vida útil transcorrida da acessão.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

8.1.3.2 Ativo Imobilizado - Bens Móveis

As informações da depreciação dos bens móveis da PR são apuradas pelo Sistema Asi. Com base nas informações emitidas pelo sistema, mensalmente são realizados lançamentos no Siafi de maneira a conciliar os valores das contas contábeis. A metodologia de cálculo está pautada nas NBC do Setor Público e de acordo com a macro função Siafi/STN 020330.

8.1.4. O Impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício.

A depreciação, amortização e exaustão dos bens do Órgão 20101 Presidência da República, gerou uma variação patrimonial diminutiva de R\$ 18.641.226,45 no exercício de 2017 (Fonte: Siafi, Demonstrativo Contábil DVP, Órgão 20101, 4º trimestre encerrado de 2017).

8.2 Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da unidade

Em 9 de março de 2011, a STN publicou, a Portaria nº 157, que dispõe sobre a criação do sistema de custos do governo federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da Administração Pública Federal (APF) brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal.

A existência do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), atende ao artigo 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que obriga a Administração Pública a manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Conforme a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, compete à STN tratar de assuntos relacionados à área de custos na APF.

Devido à particularidade das estruturas de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Unidades Gestoras executoras no Siafi da PR, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (Ccont) passou a elaborar os relatórios e acompanhar mensalmente os custos das unidades, por meio de apropriações de custos das despesas em: programas de trabalho, ações orçamentárias, planos orçamentários e unidades gestoras responsáveis.

Inicialmente, a análise desses relatórios visa ao monitoramento dos custos mensais das unidades administrativas, sendo observados e tratados os casos em que ocorrerem oscilações relevantes na análise mensal em comparação com os outros meses, permitindo assim, que estas informações possam também subsidiar a tomada de decisões no âmbito da PR.

No ano de 2017, a STN lançou o Portal de Custos do Governo Federal, que tem como propósito contribuir para a mensuração, controle e avaliação de custos na APF. Esse portal tem como fonte de dados o SIC, que consome dados oriundos dos sistemas estruturantes Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg) e Siafi. A qualidade dos dados nos sistemas estruturantes é um fator fundamental para a transparência e gestão da informação. A Secretaria de Administração (SA/SG) tem trabalhado na validação dos dados do Portal de Custos, uma vez que é preciso realizar as associações entre os dados contidos em cada um dos sistemas estruturantes para que os custos divulgados estejam corretos e reflitam a realidade do órgão.

Em 26 de abril de 2017, foi publicado o Decreto nº 9.038, que aprovou as estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de

Confiança da Secretaria de Governo da PR (Segov/PR) e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), remanejando cargos em comissão e funções de confiança e substituindo cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).

Em seu art. 8, definiu:

Art. 8º À Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, elaborar e executar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de custos, no âmbito da Presidência da República.

Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos, assumiu a competência de planejar, coordenar, orientar e exercer as atividades relacionadas a Custos, no âmbito da PR, e vem elaborando estudos para a mensuração dos custos, facilitando assim a geração de informações para subsidiar decisões governamentais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público.

8.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Em cumprimento ao que estabelece a Decisão Normativa TCU nº 161, de 01 de novembro de 2017, seguem as Demonstrações Contábeis das Unidades Gestoras 110195 - Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) - Recursos Externos; 110382 - Sedes; 110584 - Projeto BID 1811; 110619 - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação; e 110620 - Comissão Nacional da Verdade.

Figura 8 - Balanço Orçamentário - Sedes

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSION 15/02/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110195 - SEC.DO.CONS.DE DES.ECON.E SOC/PR-REC.EXTERNOS
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110195 - SEC.DO CONS.DE DES.ECON E SOC/PR-REC. EXTERNOS
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO

15/02/2018

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	110195 - SEC.DO CONS.DE DES.ECON.E SOC/PR-REC.EXTERNOS				
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA				

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110195 - SEC.DO CONS.DE DES.ECON.E SOC/PR-REC.EXTERNOS
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congen	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 10 – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Sedes - Recursos Externos

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110195 - SEC.DO CONS.DE DES.ECON.E SOC/PR-REC.EXTERNOS
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSÃO
15/02/2018

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110195 - SEC.DO CONS.DE DES.ECON.E SOC/PR-REC.EXTERNOS
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 110195 - SEC.DO.CONS.DE DES.ECON.E SOC/PR-REC.EXTERNOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EMIÇÃO
15/02/2018

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 11- Balanço Orçamentário - Sedes

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
15/02/2018

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL

ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	101.186,01	101.186,01
TOTAL	-	-	101.186,01	101.186,01
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	101.186,01	101.186,01	101.186,01	-101.186,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	101.186,01	101.186,01	101.186,01	-101.186,01
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	101.186,01	101.186,01	101.186,01	-101.186,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2017PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
15/02/2018PÁGINA
3

SUBTÍTULO 110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	101.186,01	101.186,01	101.186,01	-101.186,01
TOTAL	-	-	101.186,01	101.186,01	101.186,01	-101.186,01

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 12 - Balanço Patrimonial - Sedes

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO

15/02/2018

PÁGINA

1

TÍTULO

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBSTITUTO

110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL

ÓRGÃO SUPERIOR

20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	22.041,10	3.346,45	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.041,10	3.346,45	Obrigações Trabalh., Previd. e Assesl. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assesl. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	22.041,10	3.346,45
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	18.694,65	-2.916.631,03
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	3.346,45	2.919.977,48
Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.041,10	3.346,45
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	22.041,10	3.346,45	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.041,10	3.346,45

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	22.041,10	3.346,45	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	22.041,10	3.346,45

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congen	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	22.041,10
Recursos Vinculados	-
TOTAL	22.041,10

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 13 – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Sedes

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO

15/02/2018

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	119.880,66	66.055,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	119.880,66	66.055,00
Transferências Intragovernamentais	119.880,66	66.055,00
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	0,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	101.186,01	2.982.686,63
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	91.538,76	24.001,94
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	91.538,76	24.001,94
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.647,25	2.958.684,69
Transferências Intragovernamentais	-	24.613,93
Transferências Intergovernamentais	-	2.919.977,48
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	9.647,25	9.743,28
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	4.350,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

 EXERCÍCIO
 2017

 PERÍODO
 QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

 EMISSÃO
 15/02/2018

 PAGINA
 3

SUBTÍTULO 110382 - SECRETARIA DO CONS.DE DESENV.ECON.E SOCIAL

ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	18.694,65	-2.916.631,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 14 - Balanço Orçamentário - Projeto BID 1811

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 15 - Balanço Patrimonial - Projeto BID 1811

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO

15/02/2018

PAGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPA's Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congen	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 16 – Demonstrações das Variações Patrimoniais - Projeto BID 1811

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 110584 - PROJETO BID 1811

EMIÇÃO
15/02/2018

PÁGINA
2

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110584 - PROJETO BID 1811
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSÃO
15/02/2018

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 17- Balanço Orçamentário - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST./P/ GES/REGULAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORÇÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
15/02/2018

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST./P/ GES/REGULACAO

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST.P/ GES/REGULACAO
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 18 - Balanço Patrimonial - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST./P/ GES/REGULACAO
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST.P/ GES/REGULACAO
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	111.779,25	111.779,44
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	111.779,25	111.779,44
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	0,19
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	111.779,25	111.779,25
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	111.779,25	111.779,44

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 19– Demonstrações das Variações Patrimoniais - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO

15/02/2018

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

2017

2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Impostos

Taxas

Contribuições de Melhoria

Contribuições

Contribuições Sociais

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Contribuição de Iluminação Pública

Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Venda de Mercadorias

Vendas de Produtos

Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Juros e Encargos de Mora

Variações Monetárias e Cambiais

Descontos Financeiros Obtidos

Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Aportes do Banco Central

Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras

Transferências e Delegações Recebidas

Transferências Intragovernamentais

Transferências Intergovernamentais

Transferências das Instituições Privadas

Transferências das Instituições Multigovernamentais

Transferências de Consórcios Públicos

Transferências do Exterior

Execução Orçamentária Delegada de Entes

Transferências de Pessoas Físicas

Outras Transferências e Delegações Recebidas

Valorização e Ganhos e/ou Desincorporação de Passivos

Reavaliação de Ativos

Ganhos com Alienação

Ganhos com Incorporação de Ativos

Ganhos com Desincorporação de Passivos

Reversão de Redução ao Valor Recuperável

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar

Resultado Positivo de Participações

Operações da Autoridade Monetária



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST./P/ GES/REGULACAO
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

 EXERCÍCIO
 2017

 PERÍODO
 QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 110619 - PROG. FORTALEC. DA CAP. INST.P/ GES/REGULACAO

ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

 EMISSAO
 15/02/2018

 PAGINA
 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 20 - Balanço Orçamentário - Comissão Nacional da Verdade

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	110620 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
15/02/2018

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 110620 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilitária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilitária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110620 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO

15/02/2018

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	110520 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV				
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA				

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	-	8.533.112,71	PASSIVO CIRCULANTE	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	-	Fornecedoras e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	8.533.112,71	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedoras e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	-	8.533.112,71
Resultado do Exercício	-8.533.112,71	-
Resultados de Exercícios Anteriores	8.533.112,71	8.533.112,71
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	8.533.112,71


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110620 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	-	8.533.112,71	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	8.533.112,71

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	-	8.533.112,71	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL		8.533.112,71

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Convidadas e Outros Instrum Congen	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 22 – Demonstrações das Variações Patrimoniais – Comissão Nacional da Verdade

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO

15/02/2018

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

2017

2016

296.967,40

296.967,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2017

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110620 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EMISSÃO

15/02/2018

PÁGINA

2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	296.967,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.533.112,71	296.967,40
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.533.112,71	296.967,40
Transferências Intragovernamentais	-	296.967,40
Transferências Intergovernamentais	8.533.112,71	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110620 - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 15/02/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-8.533.112,71	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O efetivo acompanhamento das deliberações do Tribunal, na Casa Civil, é recebido por diversas entradas, do protocolo da Presidência ao protocolo da Casa Civil. O tratamento das informações ocorre em duas dimensões básicas, a primeira pela Casa Civil, por suas áreas técnicas, ou, de outra forma, pelo encaminhamento ao Ministério ou órgão que é detentor da competência para proposição, execução, fiscalização e divulgação dos resultados alcançados. O Tribunal é informado da escolha para melhor atender as suas demandas.

O processo de tramitação de processos tem sido objeto de melhoria e um painel gerencial de monitoramento da tramitação dos temas relacionados ao Tribunal de Contas da União (TCU) foi desenvolvido, melhorando o trâmite e o tempo de resposta sobre as diligências.

A Casa Civil recebeu no ano de 2017 o total de 146 (cento e quarenta e seis) demandas, destas 123 (cento e vinte e três) se referem a Acórdãos proferidos pelo TCU.

Quadro 27 - Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento ao final de 2017

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 020.053/2015-0	Acórdão nº 468/2017–TCU-Plenário	-	Ofício 0307/2017-TCU/SECEX-MS.	22/03/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Casa Civil da Presidência da República				
Descrição da determinação/recomendação				
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno do TCU, em acolher o pedido de prorrogação de prazo formulado por intermédio do Ofício-Sei nº 266/2017/SE/CC/PR, e fixar a data de 27/5/2017 como prazo final para cumprimento da determinação endereçada à entidade por intermédio do item 9.2 do Acórdão 1995/2016-TCU-Plenário, de acordo com o parecer emitido pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Devido à extinção do Plano Estratégico de Fronteiras, que foi substituído pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), e do qual a Casa Civil da Presidência da República não faz parte; foi apresentado ao TCU a Nota Técnica nº 32/2017/AS/Sagep/SAG/CC-PR que demonstra as alterações realizadas pela Presidência da República por intermédio do Decreto 8.903/2017, que instituiu o PPIF. Na referida Nota Técnica é esclarecido que o Comitê-Executivo do PPIF elaborará plano de ação objetivando alinhamento, harmonização e complementaridade das ações relacionadas à proteção, integração e desenvolvimento de fronteiras, buscando atender as diligências dos Acórdãos do TCU nº 1995/2016 e 2252/2015. Desse modo, foi sugerido que o TCU avaliasse a possibilidade de cancelamento das deliberações realizadas à Casa Civil da Presidência da República, contudo a solicitação ainda não foi respondida pelo TCU.

Fonte: SE/CC/PR, março de 2018.

Quadro 28 - Processos com prazo para resposta que passaram de 2017 para 2018

Processos com prazo para resposta que passaram de 2017 para 2018				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 030.814/2015-4	311/2017	9.2	Aviso 84-Seses-TCU-Plenário, de 23/22/2017.	02/03/2017
TC 012.659/2017-7	1320/2017	3.1.31	Ofício nº 219/2017-TCU-Semag	28/07/2017
TC 029.192/2016-1	2723/2017	9.1	Aviso nº 1133-Seses-TCU-Plenário	14/12/2017
TC 008.368/2016-3	2778/2017	9.1 e 9.2	Aviso nº 1106-Seses-TCU- Plenário	14/12/2017
TC 020.126/2015-8	1827/2017	9.1	Aviso 1352-GP/TCU	26/12/2017

Fonte: SE/CC/PR, março de 2018.

9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Conforme registros do Sistema Eletrônico de Monitoramento das Ações de Controle (Semac), durante o exercício de 2017, não houve recomendações endereçadas à Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) advindas da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset), órgão competente pelo controle interno dessa Unidade Prestadora de Contas (UPC), nos termos do que dispõe o Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, bem como não existem pendências de outros exercícios em monitoramento no referido Sistema.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve ocorrência no exercício.

9.4 Demonstração de conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, a competência na supervisão e execução das atividades administrativas da Presidência da República, bem como no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabe à Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG). Os quadros apresentados a seguir foram obtidos junto à Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (Dirof) da referida Pasta.

No exercício de 2017 a SA/SG aprimorou os controles para garantir a ordem cronológica de pagamento.

Após a implantação do sistema Sei, para tramitação eletrônica dos documentos, conforme relatado no relatório de gestão (RG) anterior, foram feitas alterações na instrução processual dos processos de pagamento:

- classificação em concordância com as especificações na Instrução Normativa nº 2, de 6 de dezembro de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP): Prestação de Serviços, Fornecimento de Bens, Locação, Realização de Obras e Pagamentos até R\$ 8.000,00;
- padronização do documento de ateste; e
- adoção da data de assinatura do documento de ateste como marco inicial da exigibilidade.

Essas alterações permitiram a automatização da extração de dados, a partir do Sei, de todos os processos de pagamento que ocorrem no âmbito das unidades gestoras executadas pela SA/SG, não pela data de encaminhamento para o setor de pagamento, mas pela data de ateste da despesa, em conformidade com a legislação.

Segue abaixo listagem gerada pela solução implementada pela SA/SG para o cumprimento do cronograma de pagamento:

Figura 23 – Gerenciamento de Contratos

GERCONT - Gerenciamento de Contratos

Presidência da República Federativa do Brasil
Sexta-Feira, 15 de Fevereiro de 2018
Usuário: DULCE PATRICIA OGA
Perfil: FINANCEIRA
Unidade: Origem

Quantidade de processos: 223

Nº	Data de assinatura	Processo	Tipo procedimento	Assinatura TRD	Unidade geração	Interessado	Arrendamento SEI	Pagamento	UG	GERCONT	Observação
1	27/12/2017 10:10:20	00099.000985/2017-02	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Victor Oliveira Nascimento	COEMA	ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOISOLANTES LTDA - Coordenação de Engenharia e Manutenção / Sistema de Gerenciamento de Contratos	DICON/COPIN 22/01/2018	03/01/2018 ✓		NÃO	✓
2	28/12/2017 14:25:51	00098.000987/2017-43	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Daniel Adriane de Paula	COEMA	Sistema de Gerenciamento de Contratos / RGS TECNOLOGIA LTDA	DICON/COPIN 03/01/2018	03/01/2018 ✓		NÃO	✓
3	28/12/2017 16:12:50	00098.000988/2017-38	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Victor Oliveira Nascimento	COEMA	ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOISOLANTES LTDA - Coordenação de Engenharia e Manutenção / Sistema de Gerenciamento de Contratos	DICON/COPIN 03/01/2018	03/01/2018 ✓		NÃO	✓
4	02/01/2018 14:04:37	00098.000002/2018-81	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Antonio Joaquim do Nascimento Filho	COEMA	Sistema de Gerenciamento de Contratos / CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	DICON/COPIN 03/01/2018	03/01/2018 ✓	PRISA	SEM	✓
5	02/01/2018 17:11:14	00097.000990/2017-84	Financeiro - Pagamento de Fomento de Bens	Gerardo Dura Roque	COTRAN	Sistema de Gerenciamento de Contratos / GIULIA TAMBORINI COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA	DICON/COPIN 03/01/2018	03/01/2018 ✓	PRISA	SEM	✓
6	02/01/2018 18:05:57	00098.000115/2017-41	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Luciano Siqueira Barbosa	DILOG	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA / Sistema de Gerenciamento de Contratos	ASSESP/ENPM/SEGOVIR 18/02/2018	05/01/2018 ✓		NÃO	processo aguardando inscrição de restos a pagar ✓
7	02/01/2018 19:20:45	00019.001095/2017-81	Financeiro - Pagamento de Prestação de Serviços	Luciano Siqueira Barbosa	DILOG	SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE / UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA / Sistema de Gerenciamento de Contratos	DICON/COPIN 18/01/2018	12/01/2018 ✓		NÃO	processo aguardando liberação do orçamento 2018 ✓
8	03/01/2018 08:10:58	00097.000727/2017-31	Financeiro - Pagamento de Fomento de Bens	Gerardo Dura Roque	COTRAN	Sistema de Gerenciamento de Contratos / ENOSMAQ COMPONENTES PARA TRATORES LTDA	DICON/COPIN 11/01/2018	11/01/2018 ✓		NÃO	processo aguardando resposta técnica da STN para inclusão em processo licitatório em 2017 para São ✓

Fonte: SA/SG.

A listagem em formato pdf está disponibilizada na página da Secretaria-Geral, no endereço www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/despesas, conforme determinação contida na Instrução Normativa nº 2, de 6 de dezembro de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em 2015, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) informou aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do Sistema de Serviços Gerais, que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6), o que impede que os órgãos atendam ao item 9.5 deste relatório, até decisão final do TCU.

No decorrer do exercício de 2017, não foi divulgado pelo MP informação sobre decisão final de mérito do TCU acerca do efeito suspensivo supracitado. Portanto, não foram realizadas revisões referentes à desoneração da folha de pagamento nos contratos da Unidade Gestora (UG) da SA/SG.

Conforme exposto no RG do exercício de 2016, a Coordenação-Geral de Licitação e Contrato realizou busca em todos os contratos celebrados (vigentes e encerrados), a fim de verificar quais empresas se enquadrariam no benefício da desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

No entanto, o Plenário do TCU, ao receber o pedido de reexame interposto em face do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, atribuiu efeito suspensivo com relação aos itens 9.2 e 9.3, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).

Em função disso, realizou-se consulta ao MP, em 06 de janeiro de 2016, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, sobre os procedimentos a serem adotados relativos à desoneração da folha, tendo em vista o advento da Lei nº 13.161/2015, que trata das alterações da Lei nº 12.546/2011. Em resposta, a Equipe de Compras Governamentais do MP registrou:

Em consulta ao andamento processual não consta deliberação ulterior em que cancela a suspensão outrora proferida pelo ministro Raimundo Carreiro comunicada no aviso citado pelo órgão, bem como não houve comunicado do Tribunal de Contas da União acerca do cancelamento da suspensão, diante disso continuam suspensas as referidas revisões.

Informo ainda que não houve nova orientação da SLTI, sendo que, havendo qualquer comunicação daquele Tribunal de Contas, esta será imediatamente publicada no Portal de Compras Governamentais.

Ademais, a Coordenação-Geral de Licitação e Contrato da SA/SG tem realizado consultas frequentes ao Portal do TCU, no intuito de verificar o andamento e decisão definitiva do Processo de nº 013.515/2013-6, que trata da revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Portanto, aguarda-se manifestação definitiva do Tribunal de Contas da União sobre a necessidade de revisão dos contratos (vigentes e encerrados) firmados com empresas beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Não se aplica a esta UPC.

10. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1– Colegiados dos quais a Casa Civil da Presidência da República participa

Denominação
Autoridade Pública de Governança do Futebol
Câmara Consultiva Técnica do Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval
Câmara Consultiva Técnica do Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operações de Crédito
Câmara de Política Cultural
Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico
Câmara de Política de Recursos Naturais
Câmara de Política Econômica
Câmara de Política Social
Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), do Conselho de Governo
Câmara de Políticas de Infraestrutura
Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Açúcar e do Alcool
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Palma de Óleo
Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Nacional do Meio Ambiente
Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial - Rompimento da Barragem de Fundão, localizada em Mariana/MG.
Câmara Técnica do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos
Câmara Temática, em caráter temporário, com a atribuição de apresentar ao Plenário do CGen proposta de definição de "características distintivas próprias".
Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Metas de Gestão e de Desempenho da Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Comissão de Consolidação dos Decretos de Caráter Normativo do Governo Federal
Comissão de Coordenação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
Comissão de Curadoria para as obras de arte, a arte decorativa e o mobiliário do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto
Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos

Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência e Vice-Presidência da República
Comissão de Gestão Ambiental da Presidência da República
Comissão de Política para Empresas de Pequeno e Médio Porte de Petróleo e Gás Natural
Comissão de Reforma do Sistema Penitenciário Nacional
Comissão Especial do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais
Comissão Executiva Interministerial encarregada da implantação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal - biodiesel - como fonte alternativa de energia
Comissão Executiva Unificada dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e Cerrado (PPCerrado)
Comissão Interministerial Brasil 200 Anos
Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima
Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais
Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Comissão Interministerial para revisão da Norma XI-001 – Normas Gerais de Ação para Viagens Presidenciais
Comissão Mista de Reavaliação de Informações
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias
Comissão Nacional de Cartografia
Comissão Nacional de Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário
Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas
Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa
Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – REDD+
Comissão Nacional Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica
Comissão Técnica de Biossegurança

Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas
Comissão Técnica Executiva ICP-Brasil
Comissão Temática de Financiamento, Cooperação Internacional, Acompanhamento e Avaliação
Comissão Temática do Marco Legal
Comitê Brasileiro de Regulamentação do Conmetro
Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca
Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida
Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do Programa Ciência sem Fronteiras
Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito Aedes aegypti
Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior
Comitê de Construção Naval da OCDE
Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro
Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro
Comitê de Desenvolvimento Sistema Brasileiro de Televisão Digital
Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação da Presidência da República
Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas ao desastre ocorrido nas barragens do Fundão e de Santarém no Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, e suas repercussões na bacia do Rio Doce, atingindo o Estado do Espírito Santo
Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena
Comitê de Governança Digital da Presidência da República
Comitê de Governança Pública da OCDE
Comitê de Governança, Riscos e Controles da Casa Civil
Comitê de Instalação da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Comitê de Integração de Políticas Ambientais
Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto
Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais
Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval
Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular

Comitê de Patrocínios do Governo Federal
Comitê de Política Regulatória da OCDE
Comitê de Seleção com o objetivo de selecionar representantes para integrar o Conselho Gestor do Programa Nacional do Voluntariado
Comitê de Suporte do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional
Comitê Diretivo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva
Comitê Diretivo do Programa de Estimulo à Competitividade da Cadeia Produtiva ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural
Comitê do Sistema Nacional de Mobilização
Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República
Comitê Estratégico de Implementação do <i>Building Information Modelling</i>
Comitê Executivo da Câmara de Política Cultural
Comitê Executivo da Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico
Comitê Executivo da Câmara de Política de Recursos Naturais
Comitê Executivo da Câmara de Política Econômica
Comitê Executivo da Câmara de Política Social
Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Infraestrutura
Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Comitê Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Comitê Executivo de Gestão
Comitê Executivo do Conselho Nacional para Desburocratização
Comitê Executivo do Programa Ciência sem Fronteiras
Comitê Federal de Assistência Emergencial
Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola
Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional
Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas do ICP-Brasil
Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
Comitê Gestor da Internet no Brasil
Comitê Gestor da Plataforma de Cidadania Digital
Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor
Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal

Comitê Gestor de Segurança da Informação
Comitê Gestor do Acordo de Cooperação Técnica Sebrae
Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil
Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios
Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual
Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
Comitê Gestor do Plano Viver sem Limite
Comitê Gestor do Programa Bem Mais Simples Brasil
Comitê Gestor do Programa Bolsa Verde
Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
Comitê Gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação
Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
Comitê Gestor do Programa Garantia-Safra
Comitê Gestor do Programa Mais Médicos
Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
Comitê Gestor do Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento
Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil
Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016
Comitê Gestor Nacional do Plano Brasil Sem Miséria
Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania
Comitê Interfederativo resultado do Termo e Ajuste e Conduta, firmado entre a União, o Estado do Espírito Santo e a Samarco Mineral, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana/MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015.
Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos
Comitê Interministerial de Avaliação do Simples Nacional
Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico
Comitê Interministerial de Governança

Comitê Interministerial do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível
Comitê Interministerial Governo Aberto
Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
Comitê Interministerial TCU
Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância
Comitê Nacional de Biotecnologia
Comitê Nacional de Facilitação do Comércio
Comitê Nacional de Investimentos
Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - (biênio 2016/2018)
Comitê Orientador do Fundo Amazônia
Comitê RenovaBio
Comitê sobre Mercados Financeiros da OCDE
Comitê Técnico Consultivo do Projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil
Comitê Técnico de Ações Especiais da CONAPORTOS
Comitê Técnico de Cargas Aéreas da CONAERO
Comitê Técnico de Comunicação da Aviação Civil da CONAERO
Comitê Técnico de Desempenho Operacional da CONAERO
Comitê Técnico de Eficiência Energética
Comitê Técnico de Facilitação da CONAERO
Comitê Técnico de Integração de sistemas da CONAPORTOS
Comitê Técnico de Modernização Portuária da CONAPORTOS
Comitê Técnico de Operações Especiais da CONAERO
Comitê Técnico de Parâmetros de Desempenho da CONAPORTOS
Comitê Técnico de Segurança da Aviação Civil da CONAERO
Comitê Técnico do Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento
Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural

Comitê Técnico-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
Comitê Técnico-Operativo do Programa de Estimulo à Competitividade da Cadeia Produtiva ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural
Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina
Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina e Juazeiro
Conselho Administrativo da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Conselho Consultivo do Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)
Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Conselho das Cidades
Conselho de Aviação Civil
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
Conselho de Governança da Autoridade Pública Olímpica
Conselho de Governo
Conselho de Ministro da Câmara de Comércio Exterior
Conselho de Ministro da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
Conselho de Ministros do Plano Nacional de Consumo e Cidadania
Conselho de Participação de Fundo Garantidor do FIES
Conselho de Participação de Fundos Garantidores para Cobertura de Riscos em Operações de Projetos de Infraestrutura de Grande Vulto
Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior
Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operações de Crédito Educativo
Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
Conselho Deliberativo do Programa Bem Mais Simples Brasil
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
Conselho Fiscal da GEAP - Fundação de Seguridade Social
Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte
Conselho Gestor do Programa Nacional de Voluntariado
Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos
Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
Conselho Nacional de Biossegurança
Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conselho Nacional de Política Cultural
Conselho Nacional de Política Energética
Conselho Nacional de Política Indigenista
Conselho Nacional de Previdência Complementar
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Conselho Nacional de Turismo
Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conselho Nacional do Trabalho
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - (biênio 2017/2018)
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
Conselho Nacional para Desburocratização
Conselho Superior do Cinema
Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo
Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

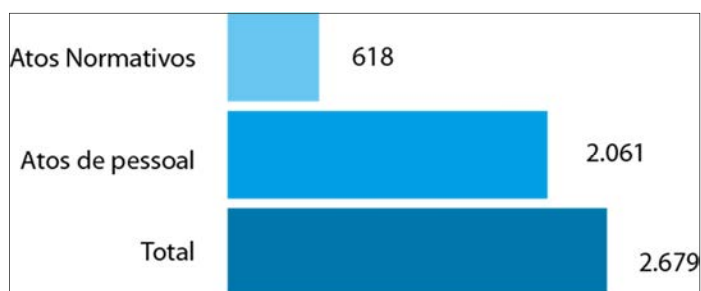
Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social
Grupo Assessor do Ombudsman de Investimentos Diretos
Grupo de Apoio Permanente do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Grupo de Apoio Técnico do Comitê Estratégico de Implementação do <i>Building Information Modelling</i>
Grupo de Assessoramento Técnico do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
Grupo de Estudos para criação de base de dados estruturada da legislação penal brasileira
Grupo de Trabalho - "Gás Natural Matéria-Prima"
Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar e propor, se for o caso, alterações nos critérios de governança, a alocação e o direcionamento dos recursos do Fundo de Investimento do FGTS
Grupo de Trabalho com a finalidade de desenvolver proposta de MP ou PL para regulamentação da incidência de CONDECINE sobre os serviços de vídeo sob Demanda
Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar e coordenar a execução de iniciativa de comunicação sobre a modernização da legislação trabalhista
Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar ampla mobilização e sensibilização dos servidores e prestadores de serviços vinculados à Presidência da República sobre a importância do combate do mosquito <i>Aedes aegypti</i> e trabalho sistemático de inspeção para combate ao mosquito nos espaços e imóveis vinculados à Presidência da República
Grupo de Trabalho com objetivo de dispor sobre regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo
Grupo de Trabalho de revisão do Decreto nº 6.869, de 4 de junho de 2009 – medidas preventivas contra incidentes de proteção que afetem navios ou instalações portuárias
Grupo de Trabalho destinado a propor o aperfeiçoamento ao Programa Nacional de Crédito Fundiário
Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de elaborar proposta jurídica para o modelo de operacionalização e manutenção da infraestrutura decorrente do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico
Grupo de Trabalho Interinstitucional para aprimoramento das bases de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
Grupo de Trabalho Interministerial - Apyterewa e Belauto
Grupo de Trabalho Interministerial - Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais
Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de aperfeiçoar as rotinas de verificação cadastral do Benefício de Prestação Continuada
Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas internacionais de prestação de contas dos encargos com militares inativos, observando o marcos normativos internacionais e nacionais, incluindo no escopo do estudo a necessidade de registros contábeis ou elaboração e divulgação de demonstrações específicas sobre a situação das despesas futuras com os militares, objetivando atendimento de recomendação do Tribunal de Contas da União exarada no Acórdão nº 2.461/2015-TCU Plenário.
Grupo de Trabalho Interministerial com objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas

futuras com militares inativos e com pensões militares, observando marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do TCU exarada no Acórdão nº 2.523/16
Grupo de Trabalho Interministerial de Racionalização do Gasto Público
Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional
Grupo de Trabalho Interministerial sobre Política Nacional de Segurança da Informação
Grupo de Trabalho multidisciplinar objetivando a implantação do Projeto piloto do Sistema Eletrônico e Informações (Sei) no âmbito da Presidência da República
Grupo de Trabalho para elaborar os Planos de Dados Abertos dos órgãos essenciais da PR, e para definir critérios para classificação e desclassificação de informações referentes ao tipo de despesa de que trata a Decisão nº 0650/2016-CMRI
Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de Políticas Públicas para a Juventude Rural
Grupo de Trabalho para organizar, uniformizar e acompanhar os procedimentos para aplicação da Lei nº 12.527/11, no âmbito dos órgãos integrantes do Serviço de Informações ao Cidadão
Grupo de Trabalho para os projetos que possam configurar como PPP - Projeto Novo Colégio Militar de Manaus (Exército)
Grupo de Trabalho para os projetos que possam configurar como PPP - Projeto Parques Nacionais de Jericoacara, Serra das Confusões, Sete Cidades e Ubajara (ICMBio/MMA)

Fonte: SE/CC, março de 2018.

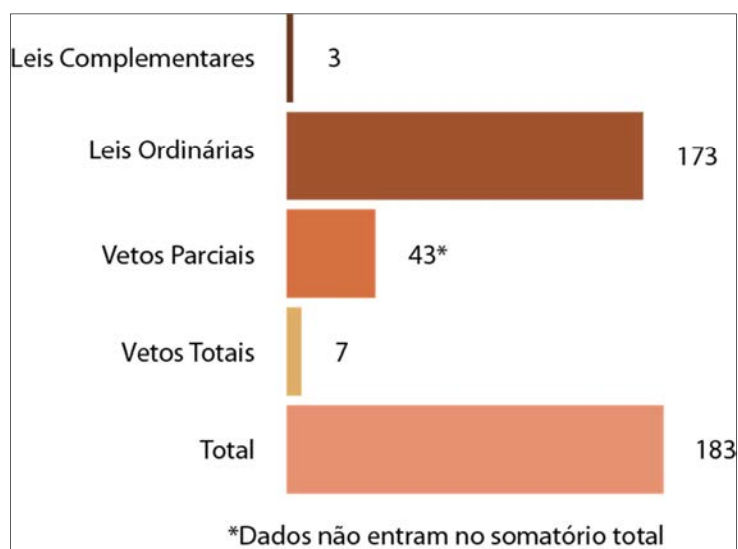
Anexo 2 – Atividade Normativa da Casa Civil da Presidência da República

1. Atos Publicados



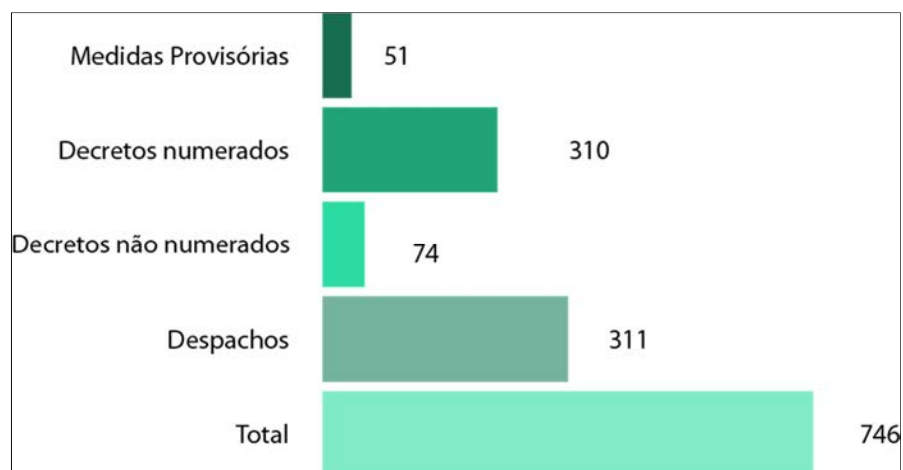
Fonte: Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ), março de 2018.

2. Sanção e Veto



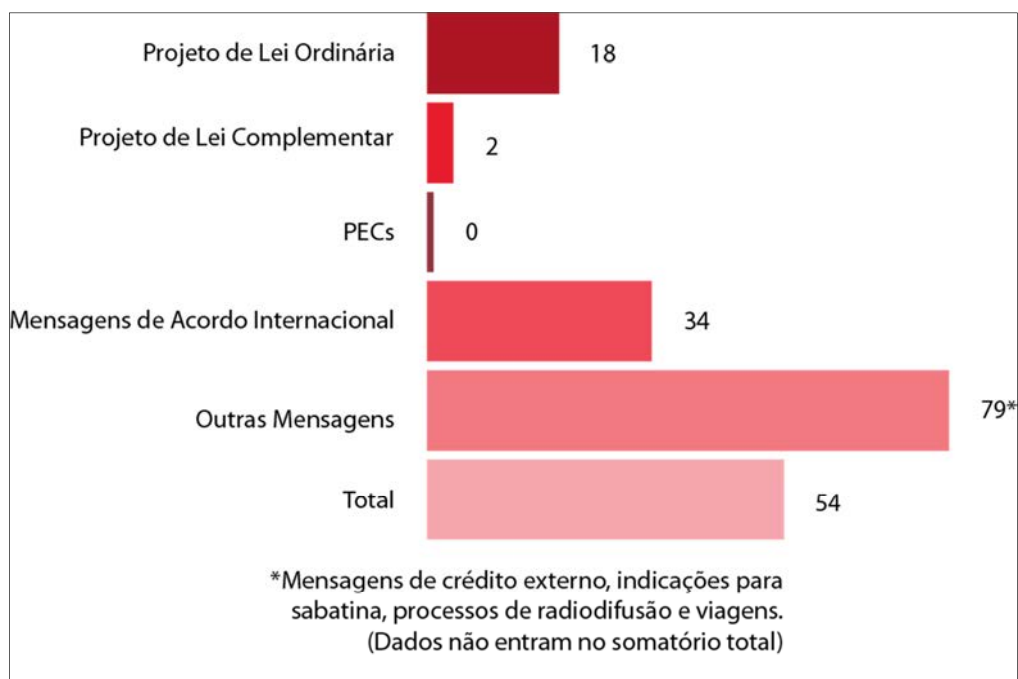
Fonte: SAJ, março de 2018.

3. Atos PR



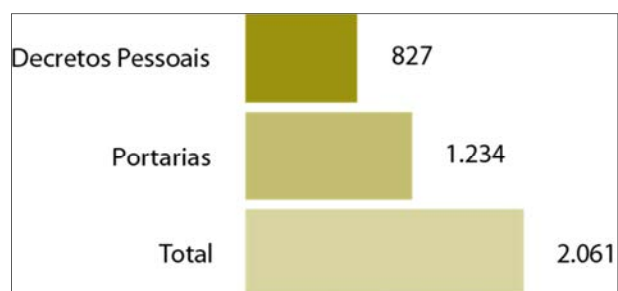
Fonte: SAJ, março de 2018.

4. Mensagens ao Congresso Nacional



Fonte: SAJ, março de 2018.

5. Atos de Pessoal



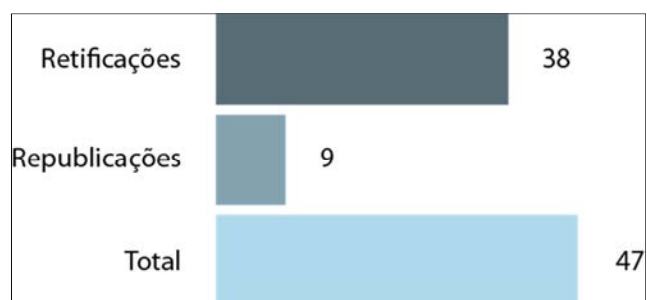
Fonte: SAJ, março de 2018.

6. Pesquisas Referenciais



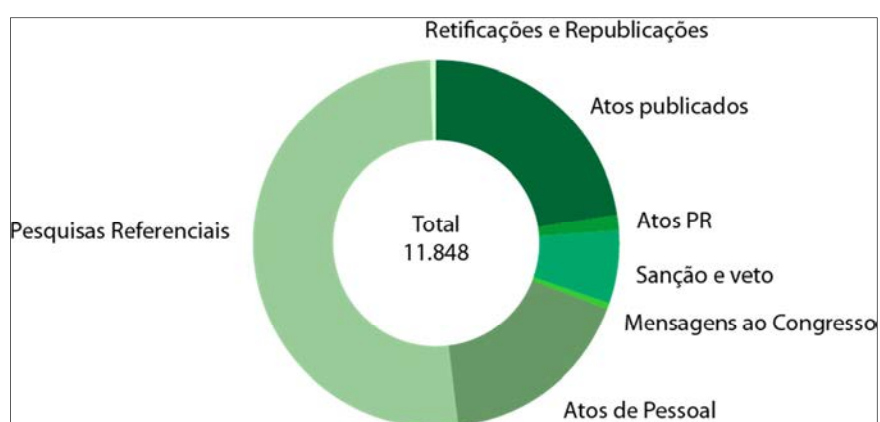
Fonte: SAJ, março de 2018.

7. Retificações e Republicações



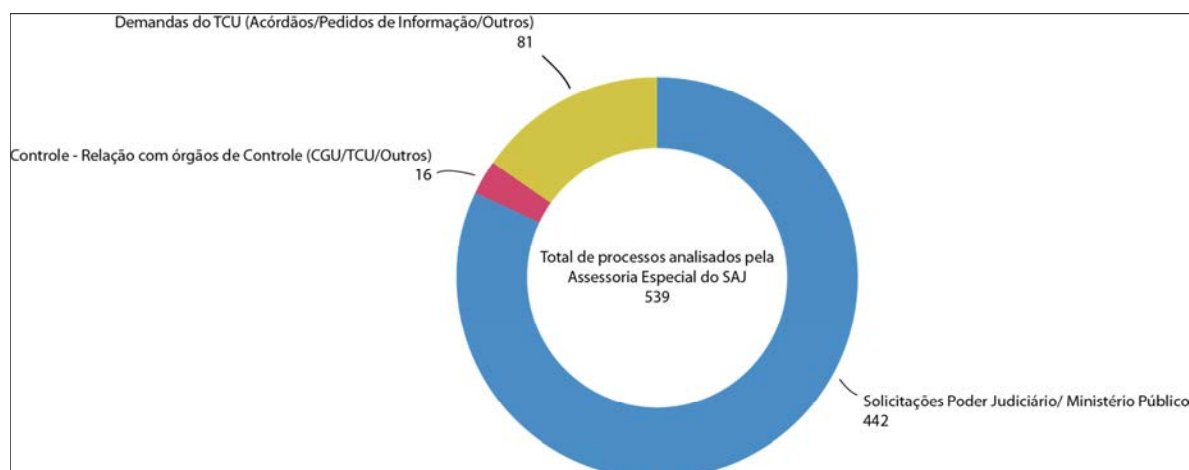
Fonte: SAJ, março de 2018.

8. Total SAJ 2017



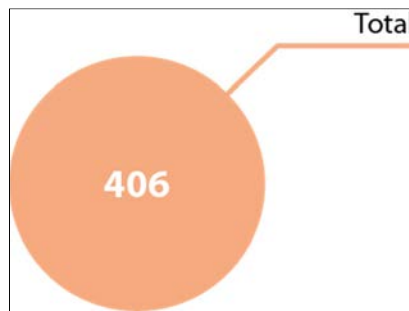
Fonte: SAJ, março de 2018.

9. Assessoria Especial



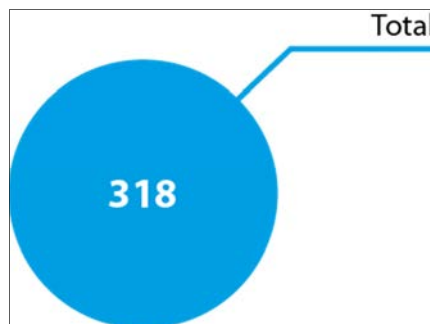
Fonte: SAJ, março de 2018.

10. Subchefia Adjunta de Assuntos Institucionais



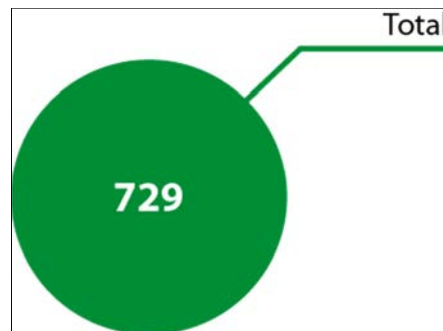
Fonte: SAJ, março de 2018.

11. Subchefia Adjunta de Gestão Pública



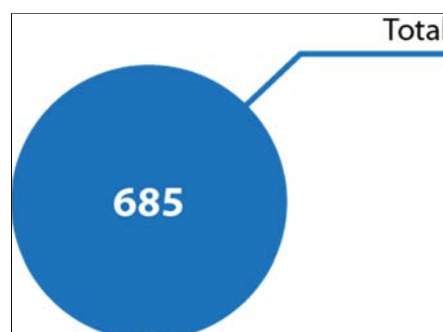
Fonte: SAJ, março de 2018.

12. Subchefia Adjunta de Infraestrutura



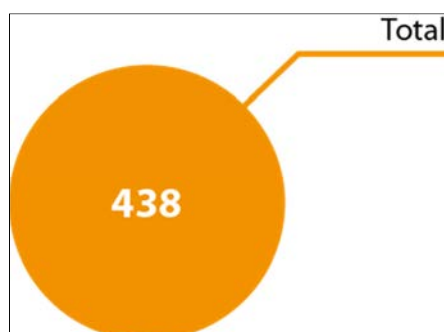
Fonte: SAJ, março de 2018.

13. Subchefia Adjunta de Assuntos Internos



Fonte: SAJ, março de 2018

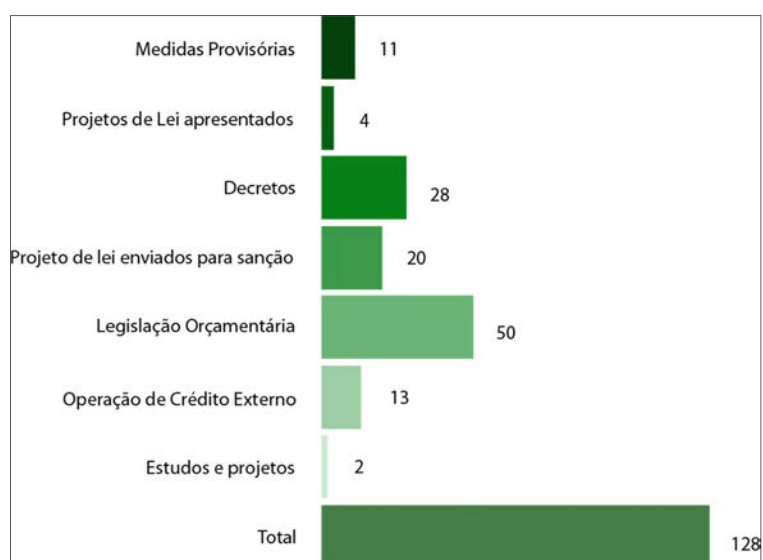
14. Subchefia Adjunta de Políticas Sociais



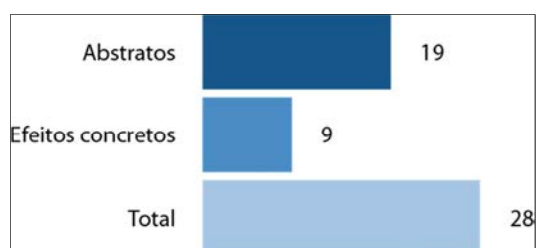
Fonte: SAJ, março de 2018.

15. Subchefia Adjunta de Política Econômica

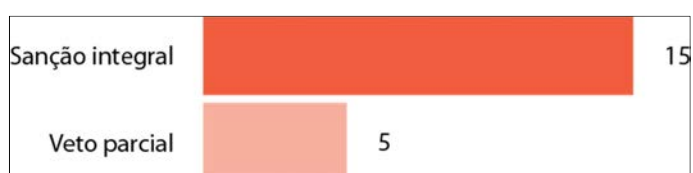
a. Quadro Geral:



b. Decretos editados:

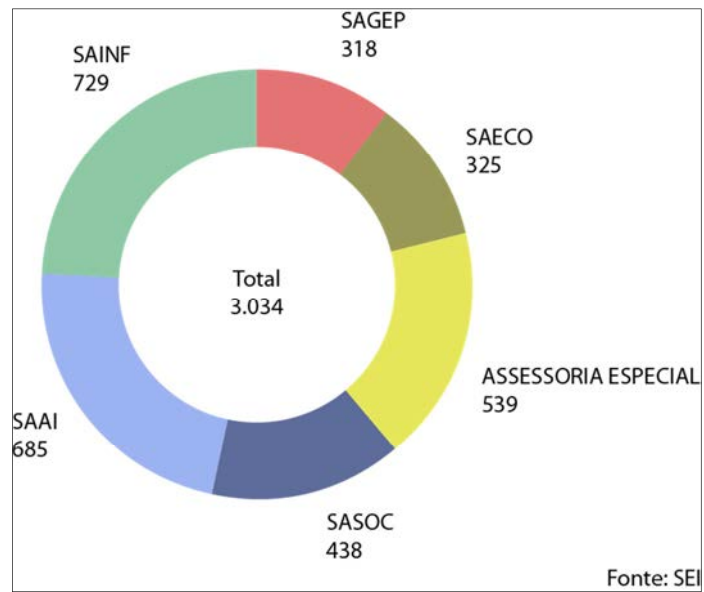


c. Análise de projetos submetidos à sanção e veto:



Fonte: SAJ, março de 2018.

16. Consultas – Processos finalizados pela SAJ/Casa Civil/PR



Fonte: SAJ, março de 2018.

Anexo 3 - Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

(*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

Órgão(s) de referência CC-PR – Casa Civil da Presidência da República

Período de consulta: 1/2017 a 12/2017

1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 412

Média mensal de pedidos: 34,33

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	412



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	413	Total de solicitantes:	269
Perguntas por pedido:	1,00	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	27
		Solicitantes com um único pedido:	218

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Justiça e Legislação - Legislação e jurisprudência	269	65,29%

3/3/2018 22:02:25

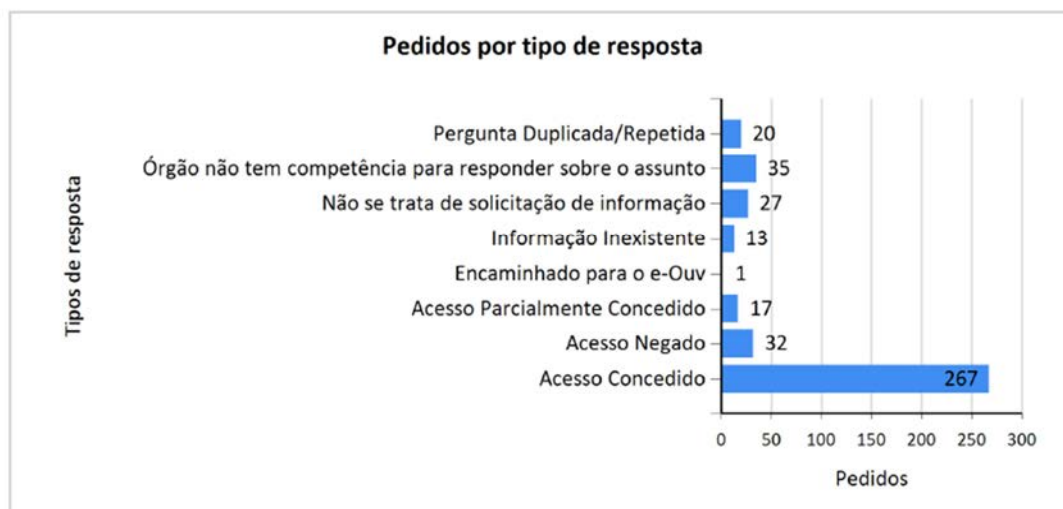
Governo e Política - Administração pública	84	20,39%
Governo e Política - Governo eletrônico	16	3,88%
Governo e Política - Política	6	1,46%
Governo e Política - Fiscalização do estado	5	1,21%
Trabalho - Legislação trabalhista	5	1,21%
Governo e Política - Organização do estado	4	0,97%
Educação - Legislação educacional	2	0,49%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	2	0,49%
Pessoa, família e sociedade - Pessoa	2	0,49%

3. Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 21,27 dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
24	5,83%



Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Processo decisório em curso	12	37,500%	2,91%

Pedido incompreensível	7	21,875%	1,70%
Pedido exige tratamento adicional de dados	6	18,750%	1,46%
Pedido genérico	5	15,625%	1,21%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	2	6,250%	0,49%
TOTAL:	32	100,000%	7,77%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	406	98,54%
Correspondência física (com custo)	4	0,97%
Buscar/Consultar pessoalmente	2	0,49%

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	256	95,17%
Pessoa Jurídica	13	4,83%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AL	2	0,78%	2
AM	1	0,39%	1
BA	3	1,17%	34
CE	4	1,56%	10
DF	59	23,05%	80
ES	4	1,56%	5
GO	3	1,17%	3
MA	3	1,17%	3
MG	19	7,42%	24
MS	2	0,78%	2
PA	5	1,95%	8
PB	1	0,39%	2

PE	5	1,95%	5
PR	7	2,73%	8
RJ	30	11,72%	39
RO	3	1,17%	4
RS	10	3,91%	23
SC	4	1,56%	4
SP	64	25,00%	97
TO	1	0,39%	1
Não Informado	26	10,16%	29

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	67,19%
F	25,78%
Não Informado	7,03%

Escolaridade	
Ensino Superior	42,58%
Pós-graduação	25,00%
Mestrado/Doutorado	14,45%
Não Informado	8,98%
Ensino Médio	8,20%
Ensino Fundamental	0,78%

Profissão	
Servidor público federal	20,31%
Não Informado	15,23%
Outra	11,72%
Empregado - setor privado	10,94%
Estudante	10,55%
Profis. Liberal/autônomo	7,03%
Pesquisador	6,25%
Jornalista	5,86%
Professor	3,52%
Empresário/empreendedor	2,73%

Servidor público estadual	2,73%
Servidor público municipal	1,56%
Representante de sindicato	0,78%
Membro de ONG nacional	0,39%
Membro de partido político	0,39%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Sindicato / Conselho profis.	30,77%
Org. Não Governamental	23,08%
Outro	23,08%
Escritório de advocacia	15,38%
Empresa - PME	7,69%

5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório

Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

- 1) Quantidade de pedidos de acesso a informação:
 - Total de solicitações para o período, sua média mensal e sua evolução absoluta e percentual para o intervalo temporal escolhido.
- 2) Situação e características dos pedidos de acesso a informação:
 - Status das solicitações (quantas já foram respondidas e quantas estão em tramitação – dentro e fora do prazo legal);
 - Total de perguntas realizadas e o número de perguntas por pedido;
 - Total de solicitantes e o número, dentre esses, que realizou um único pedido e a quantidade de demandas realizadas por aquele que mais efetuou requisições de informações no âmbito da LAI;
 - Os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).
- 3) Resposta aos pedidos de acesso a informação:
 - Tempo médio de resposta às demandas cidadãs;
 - Número e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs)

- Tipos de resposta realizados (p.ex. acesso concedido, acesso negado, informação inexistente, etc)
- Motivos de negativa de resposta (como informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito a requisições desarrazoadas ou genéricas, etc)
- Meios de resposta adotados pelos SICs para proverem retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.

4) Perfil dos Solicitantes

- Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).
 - o Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;
 - o Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (p.ex. empresas, organizações não-governamentais, sindicatos, etc).

5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Orientações gerais:

Para exportar o relatório para outros formatos, clique no ícone abaixo identificado, acessível a partir da barra superior de navegação do relatório.

Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), CGU, março 2018.

11. OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

11.1 Rol de Responsáveis

O rol de responsáveis é peça de apresentação obrigatória pelas Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) relacionadas no Anexo I da Decisão Normativa prevista no art. 4º da IN 63/2010 editada em cada ano, conforme estabelece o art. 2º da Lei 8.443/1992.

O rol de responsáveis da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) está especificado no sistema e-Contas e não fará parte do corpo deste Relatório de Gestão (RG). Os dados obrigatórios de cada responsável, que se baseiam no art. 11 da IN TCU nº 63/2010, foram incluídos exclusivamente em formulário eletrônico constante da aba “Relatórios, pareceres e declarações”, conforme instruções do TCU no referido sistema.

11.2 Relatório de instância ou área de correição

A CC/PR encontra-se vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset), órgão setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, a qual exerce as competências de realizar as atividades de auditoria e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e de outros sistemas administrativos e operacionais; por força do inciso I do art. 44 do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

A Ciset que, conforme registros do Sistema Eletrônico de Monitoramento das Ações de Controle (Semac) informou que não houve recomendações endereçadas à CC/PR pendentes de atendimento ou atendidas no exercício de 2017 advindas daquela Secretaria, bem como não existem pendências de outros exercícios em monitoramento no referido Sistema.

11.3 Declarações de Integridade

11.3.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Das unidades da CC/PR contempladas neste RG, a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) é a única com Unidade Gestora (UG) própria e possui, fruto disso, a obrigação de tornar disponíveis dados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais (Siasg), no que é de responsabilidade da UG 110382/00001 – Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A declaração pertinente encontra-se a seguir.

Figura 24 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal - Sedes



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Anexo I-B superior do Palácio do Planalto sala 202
CEP 70.052-900 – Brasília (DF)

DECLARAÇÃO

Eu, Patricia Souto Audi, CPF nº 457.864.021-34, Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), referente à Unidade Gestora 110382/00001 (Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados no exercício de 2017 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2017.

Brasília, 16 de março de 2018.



Patricia Souto Audi
CPF 457.864.021-34
Secretária da SEDES e Ordenadora de Despesas

Fonte: Sedes, fevereiro de 2018.

Ademais, por ser a Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG) o órgão responsável pela supervisão e execução das atividades

administrativas da Presidência da República, bem como no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, entre os quais figura a CC/PR, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, por força do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, apresenta-se também, a seguir, declaração de integridade em nome do Diretor de Recursos Logísticos da SA/SG.

Figura 25 - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal – Diretoria de Recursos Logísticos (Dilog)

DECLARAÇÃO

Eu, **GIRLEY VIEIRA DAMASCENO**, CPF nº 031.843.426-11, **Diretor**, exercido na **Diretoria de Recursos Logísticos**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 pela Unidade Gestora – UG nº 110001 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília/DF, 6 de março de 2018


GIRLEY VIEIRA DAMASCENO
CPF 031.843.426-11
Diretor de Recursos Logísticos
Presidência da República

Fonte: Dilog, fevereiro de 2018.

11.3.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

A declaração abaixo tem por objetivo demonstrar a regularidade do registro dos atributos dos atos de admissão de pessoas e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão do pessoal da Secretaria-Geral e dos demais órgãos da PR, administrados por aquela UPC, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), conforme Instrução Normativa TCU nº 55/2007. Ressalta-se que compete a Secretaria-Geral a gestão dos referidos processos de trabalho para todos os órgãos da PR.

Figura 26 - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal dos órgãos da Presidência da República, administrados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.


Antonia Valéria Martins Cordeiro
226.885.281-49

Diretora de Gestão de Pessoas da
Secretaria de Administração da
Secretaria-Geral da Presidência da República

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), fevereiro de 2018.

Em 2017, participaram do controle administrativo interno para garantir o cumprimento da IN TCU nº 55/2007, que dispõe sobre o envio e a tramitação de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, a Coordenação-Geral de Gestão de Informações Funcionais (Cogif) da Digep e a Secretaria de Controle Interno, ambas da SG/PR.

A Cogif é habilitada pela Ciset a acessar o sistema Sisac. Quando da admissão de novo servidor de cargo efetivo na PR, esta unidade de pessoal realiza o cadastro pessoal e funcional no Sistema de Pessoal da PR e no SIAPE, e lança as informações do ato de admissão, no Sisac. Em seguida, instrui processo eletrônico para Ciset, encaminhando documentos pessoais do servidor. Por fim, acompanha a emissão do parecer legal pela unidade de controle interno.

Os dados do Sisac e do processo eletrônico são analisados pela Ciset. Compete a ela realizar a auditoria nas informações e informar ao TCU.

Vale ressaltar que, em 2017, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Governo (SNPM) não publicou atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou de pensão. A SNPM é a única unidade organizacional da estrutura da Presidência da República sob a responsabilidade da Secretaria-Geral e administrada por aquela UPC, com quadro de pessoal efetivo.

11.3.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

A unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR na Presidência, em relação a esta UPC e aos órgãos cujas atividades administrativas são de responsabilidade da Secretaria-Geral, é a Cogif da Digep.

A autoridade ou servidor obrigado a apresentar a DBR o faz mediante entrega da declaração em papel ou preenche o Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, constante do Anexo II, IN TCU nº 67, de 06 de julho de 2011, em papel.

Os servidores nomeados, ocupantes de cargos em comissão, fornecem regularmente a autorização de acesso à base de dados da Receita Federal ao preencherem o formulário de autorização de acesso constante do KitPosse da Presidência, quando do seu ingresso. O formulário de autorização de acesso fica arquivado na pasta da autoridade ou servidor e a informação da entrega das DBR é registrada no Sistema de Pessoal da PR, no Módulo de Controle de Entrega das DBR. A DBR constitui-se um processo, como determinado pela IN TCU nº 67/2011.

Em 2017, somente quatro servidores fizeram a opção pelo Anexo I, ou seja, fizeram a entrega da DBR em papel.

A declaração abaixo compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados a entregar as Declarações de Bens e Renda (DBR) pela Lei nº 8.730/93.

Figura 27 - Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis, que os servidores da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos órgãos da PR, administrados por esta UPC, obrigados pela Lei 8.730/1993, autorizaram o acesso à base da Receita Federal do Brasil, por meio do Formulário Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, constante do Anexo II, IN TCU nº 67, de 06 de julho de 2011, e que quatro servidores preencheram o formulário constante do Anexo I, da referida IN.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.


Antônia Valéria Martins Cordeiro
226.885.281-49

Diretora de Gestão de Pessoas da
Secretaria de Administração da
Secretaria-Geral da Presidência da República

Fonte: Digepe, fevereiro de 2018.

11.3.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Figura 28 – Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 09 de fevereiro de 2018.


FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
983.896.617-72
Diretor de Planejamento, Orçamento, Finanças
e Contabilidade
DIOF/SA/SG-PR

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Diof), fevereiro de 2018.

11.3.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A CC/PR encontra-se vinculada, para fins contábeis, à SA/SG, para exercer as atividades de órgão setorial contábil dos órgãos integrantes da Presidência da República, de suas entidades vinculadas, da Vice-Presidência da República e de outros determinados em legislação específica, por força do inciso V do art. 8º do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Coube à Dirof, daquela Secretaria fornecer as Declarações do Contador das Unidades Gestoras 110195 - Sedes, 110382 - Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 110584 - Projeto BID 1811, 110619 - Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação e 110620 - Comissão Nacional da Verdade, nos termos do Art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, e da Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017, conforme apresentado a seguir.

Figura 29 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SEDES/PR		110195	
Com o objetivo de que a Declaração de Contador pudesse retratar de forma plena a situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras, esta Setorial Contábil de Órgão Superior encaminhou a todas as unidades jurisdicionadas à Presidência da República diversas Mensagens SIAFI destacando a importância de que por elas fossem atentamente verificados os teores das Macrofunções SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar e 02.03.18 - Encerramento do Exercício, além de especialmente observados os contratos, depreciação, amortização, adiantamento e obrigações de pessoal. Além disso, as mensagens SIAFI também informaram sobre a importância do acompanhamento das conformidades contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, bem como a transação CONDESAUD no SIAFI, a fim de promover as possíveis regularizações das ocorrências em tempo hábil. Em razão do encerramento do exercício de 2017, no dia 01/12/2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 292, de 30/11/2017, da Secretaria de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aprovou o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2017. De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada no Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	24 /Jan/2018
Contador Responsável	CLEOMARA STRZELECKI	CRC nº	61.863-0/O RS

Cleomara Strzelecki
 Coordenadora-Geral de Contabilidade e Custos
 CONT/DIOF/SA/SG/PR

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

11.3.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Figura 30 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi - Sedes

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DO CONS. DE DESENV. ECON. E SOCIAL		110382	
Com o objetivo de que a Declaração de Contador pudesse retratar de forma plena a situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras, esta Setorial Contábil de Órgão Superior encaminhou a todas as unidades jurisdicionadas à Presidência da República diversas Mensagens SIAFI destacando a importância de que por elas fossem atentamente verificados os teores das Macrofunções SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar e 02.03.18 - Encerramento do Exercício, além de especialmente observados os contratos, depreciação, amortização, adiantamento e obrigações de pessoal. Além disso, as mensagens SIAFI também informaram sobre a importância do acompanhamento das conformidades contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, bem como a transação CONDESAUD no SIAFI, a fim de promover as possíveis regularizações das ocorrências em tempo hábil. Em razão do encerramento do exercício de 2017, no dia 01/12/2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 292, de 30/11/2017, da Secretaria de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aprovou o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2017. De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada no Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	25/Jan/2018
Contador Responsável	CLEOMARA STRZELECKI	CRC nº	61.863-0/O RS

Cleomara Strzelecki
 Ordenadora-Geral de Contabilidade e Custos
 CCONT/DIOF/SA/SG/PR

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

**Figura 31- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi
– Projeto BID**

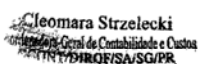
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
PROJ. BID 1811		110584	
Com o objetivo de que a Declaração de Contador pudesse retratar de forma plena a situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras, esta Setorial Contábil de Órgão Superior encaminhou a todas as unidades jurisdicionadas à Presidência da República diversas Mensagens SIAFI destacando a importância de que por elas fossem atentamente verificados os teores das Macrofunções SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar e 02.03.18 - Encerramento do Exercício, além de especialmente observados os contratos, depreciação, amortização, adiantamento e obrigações de pessoal. Além disso, as mensagens SIAFI também informaram sobre a importância do acompanhamento das conformidades contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, bem como a transação CONDESAUD no SIAFI, a fim de promover as possíveis regularizações das ocorrências em tempo hábil. Em razão do encerramento do exercício de 2017, no dia 01/12/2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 292, de 30/11/2017, da Secretaria de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aprovou o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2017. Por fim, ressaltamos que o órgão abaixo não apresentou justificativas a esta Setorial Contábil de Órgão Superior quanto à presença das ocorrências contábeis apontadas no final do exercício 2017, cuja data expirou em 18/01/2018, conforme determinação do item 8) do Quadro III, da Portaria nº 292, de 30/11/2017, em atendimento ao constante nos itens 8.1.1.7 e 8.1.2.6 da Macrofunção SIAFI 02.03.18. De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no tocante à ressalva apresentada abaixo: 1) 667 - NAO FECHAMENTO GRUPO ATIVO COMPENSADO X RETIFICADO Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	29 /Jan/2018
Contador Responsável	CLEOMARA STRZELECKI	CRC nº	61.863-0/O RS

Cleomara Strzelecki
Secretaria-Geral de Contabilidade e Custos
CONT/DIROF/SA/SG/PR

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

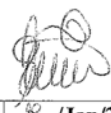
Figura 32 – Relatório de situação contábil

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL
UG: 110584 - PROJ. BID 1811 Gestão: 00001 Mês/Ano: Dezembro/2017
R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L
1) 667 - RESSALVA - NAO FECHAMENTO GRUPO ATIVO COMPENSADO X RETIF Descrição: INCONSISTÊNCIA: USO INDEVIDO DE EVENTOS QUE NÃO PERMITE O FECHAMENTO HORIZONTAL DE GRUPO DO ATIVO COMPENSADO COM RESPECTIVA CONTA RETIFICADORA DO MESMO GRUPO. Fato Gerador: A) Desequilíbrio de R\$ 0,01 apurado entre as conta contábil 79652.00.00 - Controle da UG responsável pelo Projeto versus a conta contábil 89652.00.00 - Fluxo de Desembolso Controle na UG-Oper. Ext. apontado pelo condesaud.
Em 29 /Jan/2018  CLEOMARA STRZELECKI CONTADORA RESPONSÁVEL CRC 61.863-0/O RS


 Cleomara Strzelecki
 Coordenadora Geral de Contabilidade e Custos
 DTF/DIRQF/SA/SG/PR

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

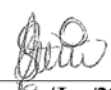
Figura 33 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi – Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
PROG.FORTALEC.DA CAP, INST. P/ GES/REGULAÇÃO		110619	
Com o objetivo de que a Declaração de Contador pudesse retratar de forma plena a situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras, esta Setorial Contábil de Órgão Superior encaminhou a todas as unidades jurisdicionadas à Presidência da República diversas Mensagens SIAFI destacando a importância de que por elas fossem atentamente verificados os teores das Macrofunções SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar e 02.03.18 - Encerramento do Exercício, além de especialmente observados os contratos, depreciação, amortização, adiantamento e obrigações de pessoal. Além disso, as mensagens SIAFI também informaram sobre a importância do acompanhamento das conformidades contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, bem como a transação CONDESAUD no SIAFI, a fim de promover as possíveis regularizações das ocorrências em tempo hábil. Em razão do encerramento do exercício de 2017, no dia 01/12/2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 292, de 30/11/2017, da Secretaria de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aprovou o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2017. De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada no Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. 			
Local	Brasília-DF.,	Data	29 /Jan/2018
Contador Responsável	CLEOMARA STRZELECKI	CRC nº	61.863-0/O RS

Cleomara Strzelecki
 Ordenadora-Geral de Contabilidade e Custos
 CCONT/BIROF/SA/SG/PR

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

Figura 34 - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Siafi – Comissão Nacional da Verdade

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE		110620	
Com o objetivo de que a Declaração de Contador pudesse retratar de forma plena a situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras, esta Setorial Contábil de Órgão Superior encaminhou a todas as unidades jurisdicionadas à Presidência da República diversas Mensagens SIAFI destacando a importância de que por elas fossem atentamente verificados os teores das Macrofunções SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar e 02.03.18 - Encerramento do Exercício, além de especialmente observados os contratos, depreciação, amortização, adiantamento e obrigações de pessoal. Além disso, as mensagens SIAFI também informaram sobre a importância do acompanhamento das conformidades contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, bem como a transação CONDESAUD no SIAFI, a fim de promover as possíveis regularizações das ocorrências em tempo hábil. Em razão do encerramento do exercício de 2017, no dia 01/12/2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 292, de 30/11/2017, da Secretaria de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que aprovou o calendário e as orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2017. De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancetes e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada no Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. 			
Local	Brasília-DF.,	Data	5 /Jan/2018
Contador Responsável	CLEOMARA STRZELECKI	CRC nº	61.863-0/O RS

Cleomara Strzelecki
Coordenadora-Geral de Contabilidade e Custos
CCONT/DIROF/SA/SG/PR

Fonte: Dirof, fevereiro de 2018.

12. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

12.1 Relatório Espelho do Monitoramento – Simplificado do PPA 2016-2019

Como não há programa temático estabelecido no Plano Plurianual (PPA) da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), não há Relatório Espelho do Monitoramento – Simplificado do PPA 2016–2019 desta Unidade Prestadora de Contas (UPC) – Não se aplica.